

Reforçar o Partido

É de enorme importância perspectivar uma acção determinada e convicta para reforçar o Partido em todos os planos, designadamente ampliando os resultados eleitorais e alicerçando-os numa relação de confiança profunda que seja dificilmente abalável.



■ Francisco Lopes Pág. 18

Três notas sobre Timor

A verdade não pode ser apagada: os EUA são o primeiro responsável, na área internacional, pelos massacres que atingiram o povo da futura república de Timor Loro Sae.

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 22 e 23

A guerra dos «Boers»

Há cem anos, a Inglaterra imperialista mobilizava-se para a guerra na África do Sul. O controlo das minas de ouro e diamantes podia correr perigo. Era necessário não permitir que a influência germânica se alargasse.

■ Manoel de Lencastre Págs. 24 e 25

Avante!

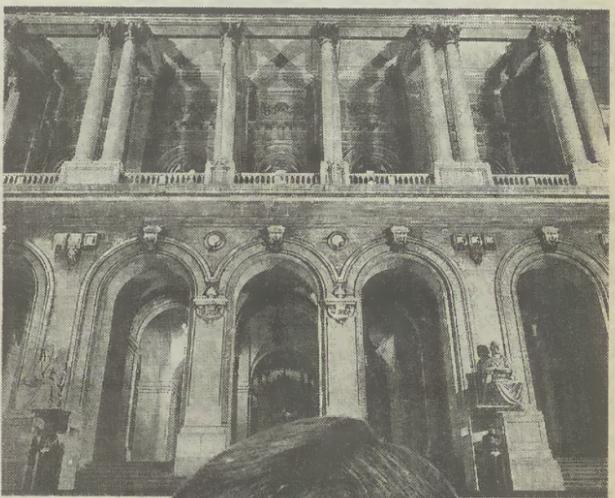
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Novembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1353 • Director: José Casanova

Programa do Governo em apreciação na AR

Governo não leu resultados eleitorais

Em entrevista ao «Avante!», Octávio Teixeira considera que, com este programa, «o Governo pretende aprofundar alguns dos aspectos mais negativos da governação anterior e que reduziram a base de apoio eleitoral do PS à esquerda».

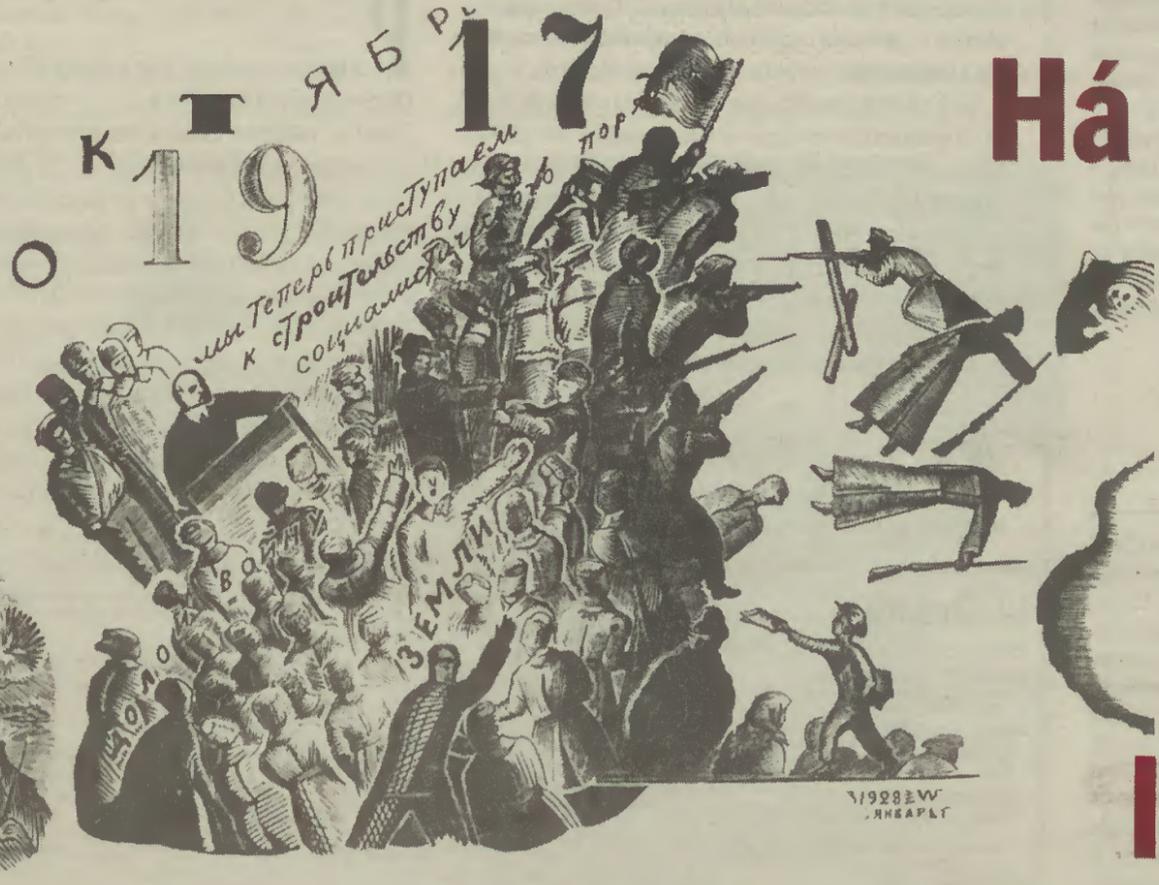


Pág. 5



Comemorar a Grande Revolução de Outubro

Centrais



Há 25 anos pela primeira vez em liberdade

EDITORIAL

Outubro faz falta

E

tempo de assinalarmos, mais uma vez, a passagem do aniversário da Revolução de Outubro, acontecimento maior deste século a pouco mais de um mês do seu termo. É tempo de sublinharmos o significado e o alcance da Revolução de Outubro, a importância do seu triunfo em 1917 e os espantosos avanços e conquistas que daí resultaram para toda a Humanidade. É tempo, igualmente, de termos presente a derrota dessa primeira grande tentativa de construir uma sociedade nova, livre, justa, fraterna, solidária.

Iniciando, na prática, aquilo que até aí era apenas uma hipótese teórica, a Revolução de Outubro, como disse Lênine, colocou os revolucionários que a concretizaram perante «uma tarefa nova, que nunca foi experimentada no Mundo». Convocando as massas trabalhadoras a intervirem activamente na construção da sociedade socialista e demonstrando que a natureza profundamente democrática do socialismo radicava exactamente nessa intervenção activa dos trabalhadores na construção da sua sociedade, a Revolução repercutiu-se e estendeu-se, naturalmente, a todo o Planeta: corporizou sonhos e anseios milenares de milhões de explorados, de humilhados e ofendidos, deu força à luta contra o opressor e explorador sistema capitalista, mostrou que o Futuro é possível — e está, por isso mesmo, ligada a todas as grandes conquistas civilizacionais alcançadas no decorrer deste século.

A derrota desta histórica experiência, decorrente de um conjunto vasto e complexo de factores — e onde avultam, por um lado, erros, desvios, afastamentos e afrontamentos dos ideais que a suportaram e, por outro lado, a violenta e persistente ofensiva de que foi alvo, desde o início, por parte do capitalismo —, constituiu uma tragédia civilizacional cujas consequências são por demais evidentes.

Pretendendo universalizar a ideia de que os erros e perversões ocorridos, a partir de dado momento, no processo de construção da sociedade socialista constituem males intrínsecos do próprio projecto socialista e comunista; e utilizando todos os meios de que dispõe na «demonstração» de que o capitalismo é o «fim da história», o sistema ideal contra o qual não só não se justifica como é inútil lutar — a ofensiva ideológica do imperialismo tenta unanimizar planetariamente a conclusão de que os ideais da Revolução de Outubro, os ideais comunistas estão inexoravelmente mortos.

A vida e a realidade mostram todos os dias, no entanto, que as coisas são bem diferentes, confirmando clamorosamente a essência exploradora e opressora do capitalismo e mostrando que a derrota que levou ao desaparecimento da União Soviética não é a derrota dos ideais que estiveram na origem dessa histórica tentativa de construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados — ideais que permanecem vivos e com flagrante actualidade. E, ao contrário do que profusamente propagam os ideólogos e os panegiristas do sistema capitalista, o século XX ficará na História não como o século da «morte do comunismo» mas como o século em que, com a Revolução de Outubro, o projecto comunista deu os seus primeiros passos no caminho da construção de uma sociedade nova.

A situação que hoje se vive no mundo comprova exemplarmente que o desaparecimento do socialismo como sistema

mundial, desmentindo previsões e profecias, não tornou o mundo melhor, mais democrático, mais justo, mais pacífico, mais humano. Bem pelo contrário: as consequências imediatas desse desaparecimento são visíveis na acentuação brutal da exploração, no aumento crescente das injustiças e das desigualdades, na proliferação e no conteúdo dos conflitos bélicos, na violação multiplicada de direitos e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos, em terríveis regressões civilizacionais, no empobrecimento acelerado da democracia. É assim que, neste Planeta onde vivem cerca de seis mil milhões de pessoas e se produzem alimentos suficientes para alimentar onze mil milhões de seres humanos, quase metade da população passa fome e dezenas de milhões morrem, todos os anos, em consequência disso; é assim que 4% da riqueza acumulada dos 225 homens mais ricos do mundo bastariam para resolver os problemas básicos do conjunto das populações dos países em via de desenvolvimento; é assim que as três pessoas mais ricas do mundo detêm fortunas superiores ao PIB dos 48 países mais pobres...

Nos próprios países onde o socialismo foi derrotado, nomeadamente na ex-União Soviética, o processo de restauração capitalista traz consigo todas as perversões típicas deste sistema: a pilhagem dos recursos nacionais por parte do grande capital internacional, a diminuição drástica da produção de riqueza e a escandalosa injustiça na sua distribuição, a proliferação de mafias organizadas, o desemprego, a exploração, a pobreza, a miséria.

Na maior parte dos países da Confederação dos Estados Independentes (CEI), a esperança de vida dos seus cidadãos é hoje inferior ao que era há trinta anos. O PIB nos 12 países da CEI correspondia, em 1997, a 57% do seu valor de oito anos antes, havendo países onde essas quebras atingem dimensões dramáticas. São particularmente significativos, entre outros, os casos da Ucrânia, da Arménia, da Geórgia e da Moldávia onde o valor actual do PIB corresponde a, respectivamente,

37%, 38%, 32% e 35% do seu valor em 1989.

Quer isto dizer que, como era previsível, a restauração capitalista não resolveu (nem pretendia resolver) os graves e inegáveis problemas existentes na então União Soviética. Pelo contrário: agravou os que existiam e criou outros, na maioria dos casos muito mais dramáticos. Quer isto dizer, também... que a União Soviética nascida dos ideais de Outubro faz falta: aos povos dos seus próprios países e aos povos de todo o mundo.

Por tudo isto, assinalar hoje o aniversário da Revolução de Outubro significa sublinhar a sua importância universal e reafirmar aos modernos falsificadores e re-escritores da história que jamais conseguirão apagar a acção do país da Revolução de Outubro na contenção do imperialismo, na defesa da paz mundial, no apoio solidário, permanente e muitas vezes decisivo à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e às transformações revolucionárias ocorridas no mundo ao longo deste século. E a verdade é que, em novos termos, em novas condições e com novas exigências, continua a luta travada por gerações sucessivas de comunistas — luta marcada por dedicações e vidas que são orgulho da condição humana. E, com ela, continua o movimento de transformação do presente e o sonho de uma sociedade nova de que a Revolução de Outubro foi portadora.



Agostinho Lopes na conferência de imprensa sobre a Organização Mundial do Comércio

RESUMO

27
Quarta-feira

Almeida Santos é reeleito Presidente da Assembleia da República e João Amaral Vice-Presidente ■ A Fenprof promove uma concentração de professores contratados à porta do Ministério da Educação ■ O presidente iraniano Mohammad Khatami inicia uma visita oficial à França ■ O governo angolano convida a Unita a render-se, depois de conquistar dois dos mais importantes bastiões no Planalto Central ■ Durante a campanha eleitoral moçambicana, confrontos entre partidários da Frelimo e da Renamo provocam dezenas de feridos ■ O primeiro-ministro e outros responsáveis arménios são assassinados no Parlamento durante uma tentativa de golpe de Estado.

28
Quinta-feira

O PCP exige, em conferência de imprensa, um debate parlamentar sobre as negociações da Organização Mundial do Comércio ■ Almeida Santos decide não autorizar o Ministério Público a procurar dentro do Parlamento os deputados envolvidos no caso das «viagens fantasmas» ■ O Supremo Tribunal Administrativo recusa o pedido de providência cautelar apresentado pelos espanhóis do BSCH sobre a Mundial Confiança ■ O Parlamento Europeu atribui o Prémio Sakharov ao líder das Falintil, Xanana Gusmão ■ O escritor, poeta e dramaturgo espanhol Rafel Alberti falece, com 96 anos ■ Assinala-se o Dia Mundial da Terceira Idade.

29
Sexta-feira

O Conselho Português para a Paz e Cooperação organiza um protesto em frente ao Parlamento contra a atribuição do Prémio Norte-Sul ao primeiro-ministro marroquino ■ A imprensa noticia que a Ordem dos Dentistas pretende instituir um sistema de acreditação dos consultórios ■ O BCP entrega o pedido de registo da oferta pública de aquisição sobre o capital da Mundial Confiança e dos bancos do grupo Champalimaud ■ A OCDE revela que o acesso dos alunos portugueses aos meios informáticos nas escolas é insuficiente ■ O Comité Científico Director da União Europeia rejeita por unanimidade as dúvidas levantadas pela França sobre os riscos do consumo de carne bovina britânica ■ A Rússia intensifica os bombardeamentos contra a Tchetchénia.

30
Sábado

O «Expresso» noticia que um subchefe da PSP que integra o

corpo de segurança pessoal do Presidente da República foi preso por posse de droga ■ Os últimos elementos do exército indonésio abandonam o território timorense, numa cerimónia testemunhada por Xanana Gusmão ■ O secretário-geral das Nações Unidas afirma que o referendo sobre a independência do Sahara Ocidental pode voltar a ser adiado ■ Realizam-se eleições presidenciais na Ucrânia e Macedónia, legislativas na Geórgia e presidenciais e legislativas no Uruguai ■ Na Colômbia, Luís Alfredo Garavito confessa ter violado, torturado e assassinado 140 crianças e adolescentes durante sete anos ■ Um violento furacão atinge a Índia.

31
Domingo

As eleições de 1969 são recordadas numa sessão comemorativa realizada em Ferreira do Alentejo ■ Os números de telefone fixos e móveis mudam às zero horas ■ O CNRT denuncia que existem 50 militares indonésios «escondidos» em Timor ■ Um boeing da EgyptAir despenha-se na costa norte-americana, provocando a morte de 217 pessoas ■ O Vaticano e a Federação Luterana Mundial assinam um acordo sobre a justificação, uma das questões que levou Lutero a romper com a Igreja Católica.

1
Segunda-feira

Em Oslo, Yasser Arafat, Ehud Barak e Bill Clinton reúnem-se numa cimeira destinada a homenagear Yitzhak Rabin ■ A fronteira entre a Tchetchénia e a Inguchétia abre por alguns instantes e cerca de 150 refugiados conseguem atravessá-la ■ O líder do novo regime paquistanês anuncia a sua intenção de promover um referendo para legitimar o golpe de Estado que dirigiu ■ Duas pessoas morrem e 23 ficam feridas na sequência de um choque entre dois comboios na Suíça.

2
Terça-feira

Carlos Carvalhas visita a CERCI de Lisboa ■ António Guterres alerta o grupo parlamentar do PS para os perigos da «promiscuidade» entre os seus deputados e a comunicação social ■ A China formaliza a condição de não enviar qualquer «guarda avançada» de militares chineses para Macau, antes de 20 de Dezembro ■ O ministro da Economia, Finanças e Indústria francês, Dominique Strauss-Kahn demite-se na sequência da acusação de envolvimento em caso de corrupção ■ A derrocada da fachada do sétimo andar do hospital universitário Marqués de Valdecilla, em Santander, causa quatro mortos e nove feridos, dois dos quais em estado grave.

A situação que hoje se vive no mundo comprova exemplarmente que o desaparecimento do socialismo como sistema mundial, desmentindo previsões e profecias, não tornou o mundo melhor.

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa
Telef: 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef: 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef: 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 - 4470 Maia
Telef: 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef: 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef: 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Ajuste de contas?

Em reportagem com o título «Festa quase estragada...», o «Público» (de 1/11) dava-nos conta da sessão comemorativa da intervenção da oposição democrática nas «eleições» de 1969, realizada no domingo em Ferreira do Alentejo com a presença do Presidente da República, e destacava especialmente as críticas aí produzidas por Maria Barroso à orientação e comportamento alegadamente assumidos pelo PCP naquela época.

Suspeitamos que a Dra. Maria Barroso deve ter olhado a preparação e organização bastante sigilosa desta evocação (muitos democratas com destacado papel na época, designadamente comunistas, souberam da iniciativa alguns dias antes pela comunicação social), deve também ter olhado a lista de oradores da sessão (todos actualmente no PS ou na área do PS), e deve então ter concluído que estava «em casa»...

Felizmente que, no próprio domingo, em artigo publicado no «DN» e significativamente intitulado «Nas eleições de 1969 éramos muitos!», Lino de Carvalho tinha reconstituído com grande rigor alguns factos e questões cruciais relativas àquela grande batalha democrá-

tica, numa indirecta mas oportuna prevenção contra as contrafacções dos costume.

Apesar disso, ou quem sabe por causa disso, o que é certo é que a Dra. Maria Barroso não resistiu à tentação de reescrever as razões de fundo da divisão entre CDE e CEUD, na óbvia tentativa de sepultar a evidência de que nessa circunstância pesaram determinantemente as ilusões, compromissos de «bom comportamento» e expectativas benévolas de Mário Soares e os seus amigos mais próximos face à ascensão ao poder de Marcelo Caetano.

E, por isso, lá debitou a acusação de que os comunistas queriam «dominar e esbater as outras forças políticas» mas «nós não nos queríamos diluir no PCP», ainda aviando chocantemente uma punhalada política póstuma no Prof. Pereira de Moura que qualificou como um «índividuo muito ingénuo que não percebeu as divergências de fundo entre grupos, por ter entrado muito tarde para a oposição democrática».

Infelizmente, a reportagem do «Público» não nos diz se a Dra. Maria Barroso esclareceu como é que ela pessoalmente resolveu em 1969 o momentoso problema da «diluição», uma vez

que foi candidata em Santarém numa lista da CDE, e tendo a seu lado comunistas e outros democratas.

Também não nos esclarece se a Dra. Maria Barroso acaso terá confessado de que a maior «diluição» de que a corrente socialista se safou não foi aquela de que falou mas a que estava implícita nas «sondagens» que, conforme entrevista de Mário Soares ao «DN» de 19.4.93, foram feitas, sem êxito, pelo Melo e Castro da União Nacional para a integração nas suas listas de elementos da Acção Socialista Portuguesa.

E sobretudo a reportagem em causa não nos esclarece se o Dr. Jorge Sampaio, que esteve na CDE com os comunistas, com o Prof. Pereira de Moura e muitos outros católicos progressistas, e que então não foi nada meigo com o Dr. Mário Soares, também terá enfiado a carapuça de «ingénuo».

Tudo visto, quem sabe se o verdadeiro propósito da Dra. Maria Barroso não terá sido afinal o de, à boleia das críticas ao PCP, ajustar contas velhas de 30 anos com outra pessoa, aquela que, segundo a foto, estava mesmo ali ao seu lado, a presidir à sessão.

■ Vítor Dias

A maldade e o proveito

No já habitual jogo de sombras em que o Governo é exímio aí está em cena, sob cuidada preparação da opinião pública, uma nova operação: a de se apresentar agora profundamente comprometido com a causa da descentralização mas já a pensar em novas medidas e propostas que visam justamente o oposto.

Só por fé em poder beneficiar da comprovada curta memória que sobre os actos políticos prevalece na sociedade portuguesa, o PS pode agora tentar ensaiar, com base no anúncio dos «altos-comissários», uma nova simulação de apego à descentralização, provavelmente também destinada a tentar iludir e a ilibar as pesadas responsabilidades que detém pela não criação das Regiões Administrativas.

Recapitemos então os factos, mais que não seja por razões de conviência com a verdade, que deveriam fazer que sobre as consciências do PS e do Governo pesasse a assumida responsabilidade de terem preparado as condições que conduziram à derrota da regionalização e que abriram caminho aos adversários da descentralização. Uma responsabilidade não disfarçável nem atenuada pela intervenção mais ou menos sincera e empenhada na campanha do referendo num quadro em que, antes e prolongadamente, o PS enredara o tema em sucessivas trapalhadas e estendera o tapete por onde haveria de passar com êxito a mais primária campanha de anátemas e falsificações a que a ideia da regionalização foi exposta.

É que não fora ter prevalecido no PS aquela irreprimível inclinação para negociar e ceder à direita em tudo o que é fundamental e estruturante na vida política nacional e a criação das Regiões seria hoje uma realidade. Pelo que para quem à primeira oportunidade transformou a regionalização em moeda de troca no negócio da revisão constitucional cozinhado com o PSD, tem de admitir que, por mais e altissonantes discursos e declarações que faça, dificilmente alguém avisado o leve a sério.

É com legítima suspeita, assente em factos e na prática do Governo em matéria de descentralização, que tem de ser encarada a notícia da criação dos chamados «altos-comissários para a descentralização». Uma suspeita ainda mais reforçada pelo modo como emergiu e por algum do conteúdo que vai sendo desvendado.

Desde logo não deixa de ser estranha esta forma de apresentação do cargo, não assente numa clara definição do seu suporte legal, enquadramento orgânico e definição das funções, mas sim suportado por uma programada fuga de informações para a comunicação social destinada a ir marcando o terreno quanto aos potenciais candidatos ao preenchimento destes novos lugares.

Mas mais inquietante são as indicações que dão razão aos que temem que, mais do que preocupações descentralizadoras, o Governo e o PS buscam com estes cargos um meio de concentrar a acção política do Governo e a dar mais eficácia ao controlo e aplicação das suas orientações e objectivos eleitorais.

As notícias que relevam no papel futuro que os «altos-comissários» poderão vir a exercer o facto de estes passarem a dispor de um enorme poder político, medido designadamente pelo controlo da aplicação dos fundos comunitários, e de se virem a assumir como porta-vozes do Governo junto das regiões e as grandes figuras políticas no futuro das respectivas regiões são disso expressão.

Pelo que não é de estranhar, conhecendo o que aquela casa gasta, que o PS não satisfeito com a maldade então feita à regionalização pretenda ainda, em nome daquele objectivo, cobrar proveitos. Em resultado da criação de novos cargos, sem legitimidade democrática, e essencialmente destinados a manter a mão do Governo na condução e decisão das políticas e investimentos regionais.

■ Jorge Cordeiro

OUTUBRO e a luta pela Paz

Se é verdade que não assinalamos o 7 de Novembro num quadro internacional de relançamento do movimento comunista e revolucionário, não é menos verdade que a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos, que prossegue por toda a parte, tem alcançado importantes resultados. E que os comunistas não só resistiram ao «declínio irreversível» que lhe vaticinavam, como apresentam em muitos países - como Portugal - reais perspectivas de recuperação. Dez anos após a «queda do muro de Berlim» o clima político e ideológico apresenta-se bem mais favorável que então às forças que combatem o capitalismo e que lutam, não apenas contra a sua forma neoliberal agressiva, mas pela sua superação revolucionária.

A correlação de forças na arena mundial continua desfavorável. O imperialismo continua na ofensiva. Múltiplos são os sinais de que será muito complexa, dura e eventualmente prolongada a luta para inverter o curso negativo da evolução mundial. Nunca é de mais insistir no gravíssimo significado do novo conceito estratégico da NATO, do processo de militarização da União Europeia tutelado aliás pelos EUA, no crescimento do expansionismo alemão e do militarismo japonês visivelmente associados a ambiciosos objectivos imperiais. Em matéria de relançamento da corrida aos armamentos, todos os dias surgem notícias muito graves, entretanto tratadas em termos de uma preocupante banalização. Como a da venda de tanques Leopard II à Turquia pela Alemanha ou da intenção do Japão em dotar-se de armamento nuclear, proclamada por um governante demasiado parador e por isso demitido.

Mas o mais grave de tudo diz respeito à demolição pelos EUA do Tratado (dito «ABM») sobre mísseis antibalísticos assinado em 1972. Exibindo provocatoriamente bem sucedidas experiências. Enfrentando com arrogância e cinismo os protestos e avisos da China e da Rússia (que procura envolver no seu projecto como sempre numa posição subalterna) e dos seus próprios aliados. Com argumentos na sua aparência defensivos, os EUA prosseguem o mesmo objectivo que nos tempos de Reagan celebrou o seu paranóico projecto de «guerra das estrelas», ou seja, colocarem-se em condições de desferir um primeiro golpe demolidor, sem correrem o risco de retaliação. Trata-se de um velho sonho acalentado pelos sectores mais reacçãoários e belicistas dos EUA que Clinton aliás alimenta e que, a ir por diante, poderá desencadear uma corrida aos armamentos sem precedentes e desestabilizar toda a situação mundial. O que se revela tanto mais grave quanto os EUA não só não aceitam prescindir das armas nucleares como admitem o seu uso em primeiro lugar e estão a pôr em causa (via Senado), o Tratado de interdição dos ensaios nucleares (dito «CTBT»), o que conduzirá inevitavelmente a uma nova corrida às armas nucleares. Ou seja, a perspectiva inversa da que se colocava em meados dos anos oitenta com a activa política de paz do campo socialista.

A luta pela Paz, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, é na verdade inseparável da luta pelo progresso social e o socialismo. Com a desintegração da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial, prometeram-nos a paz e a harmonia universal. Não foi o que se verificou, mas o contrário. Livre do contrapeso da URSS, o imperialismo manifesta mais plenamente a sua natureza militarista agressiva. Sim, a URSS faz falta ao mundo. Já não são só os comunistas a afirmá-lo, mas quantos se inquietam com os propósitos hegemónicos do imperialismo norte-americano, e os meios terríveis de que se dota para os alcançar. É certo que na URSS veio a configurar-se um «modelo» de socialismo que em aspectos fundamentais contradizia os valores e ideais do socialismo e que era imperioso rectificar. Mas ao deitar fora a água suja do banho havia que preservar «o menino» criado pela revolução operária e camponesa vitoriosa em 1917, não destruindo tudo o que de muito válido foi criado por gerações de soviéticos. Isto é hoje bem mais claro que há dez anos atrás.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

SEMANA

Queda de Boeing egípcio faz mais de 200 mortos

Um Boeing 767 das linhas aéreas do Egipto despenhou-se ao largo da costa atlântica dos EUA, meia hora depois de haver descolado do aeroporto internacional de John F. Kennedy, causando a morte de todos os seus mais de 200 ocupantes. O avião desapareceu subitamente dos radares e supõe-se que entrou em rápida queda livre em direcção ao oceano, onde prosseguem as buscas dos destroços e dos corpos das vítimas. Segundo a EgyptAir, seguiam no avião 62 cidadãos egípcios, 106 norte-americanos, 22 canadianos, três sírios, dois sudaneses e um chileno, além de cerca dos 20 elementos da tripulação, não havendo qualquer esperança de se encontrar sobreviventes. Este é o quarto acidente aéreo ocorrido na mesma área, incluindo o que ocorreu recentemente com um outro Boeing de uma com-

panhia aérea norte-americana matando também mais de 200 pessoas e o que, ainda mais recentemente, vitimou o filho mais velho do ex-presidente dos EUA, John Kennedy, que pilotava pessoalmente o seu avião particular, o que tem originado boatos sobre um alegado «mistério» envolvendo a zona dos acidentes, abrindo caminho a fantasias do género «triângulo das Bermudas». Todavia, a imprensa norte-americana associou de imediato a queda deste último Boeing 767 à queda de outros modelos semelhantes desta construtora norte-americana noutras partes do mundo, aparelhos esses que terão saído, todos, das linhas de montagem da Boeing quando esta estava a proceder a um gigantesco despedimento de trabalhadores, o que coloca a questão de deficiências técnicas sérias dos aparelhos.

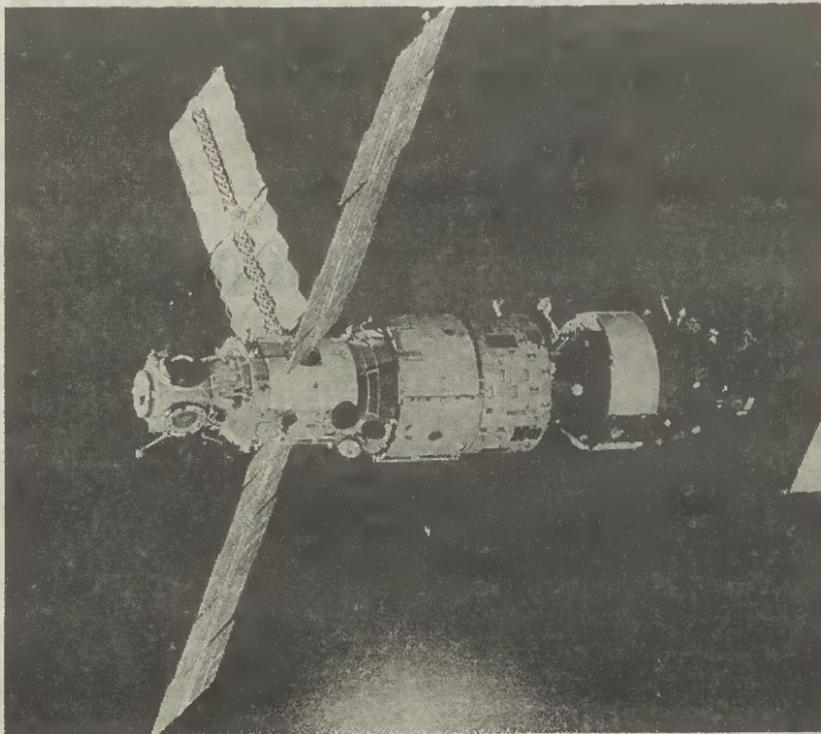


Morreu Rafael Alberti

Morreu, aos 96 anos, um dos maiores poetas de Espanha e do mundo: Rafael Alberti. Juntamente com Miguel Hernández e Alberto Machado, Alberti foi um dos grandes poetas da Guerra Civil espanhola, que viveu em directo, animando pessoalmente, como poeta e comunista, os combatentes republicanos nas próprias frentes de batalha, com os seus poemas a transformarem-se em hinos revolucionários cantados em todo o lado. Perseguido pelo regime franquista, que o queria assassinar, viveu exilado até à viragem democrática surgida em Espanha com a morte do ditador Franco, chegando posteriormente a ter uma breve passagem pelo parlamento espanhol como deputado comunista. Era, inquestionavelmente, o poeta vivo mais prestigiado e querido em toda a Espanha, sendo também inquestionavelmente considerado um dos maiores vultos intelectuais do século XX. Para sobreviver no longo exílio chegou a viver da pintura e, no seu intenso trajecto de vida e de arte, foi amigo íntimo de vultos como Pablo

Picasso (com quem estabeleceu um «pacto» de nunca morrerem...), García Lorca, Salinas, Buñuel ou Manuel de Falla, entre muitos outros. A sua prodigiosa inventiva e capacidade criadora não se ateve à poesia: foi igualmente pintor de mérito, com quadros presentes nas mais famosas galerias mundiais e dramaturgo, autor de mais de duas dezenas de peças.

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou o seguinte telegrama à Comissão Permanente do Partido Comunista de Espanha: «Transmito-vos, e por vosso intermédio a todos os comunistas espanhóis, o mais sentido pesar pelo falecimento de Rafael Alberti - poeta dos maiores de Espanha e do Mundo neste século, convicto camarada na nossa luta, mesmo nas mais difíceis condições, pela generosa causa da emancipação social. O seu exemplo cívico de Homem e a beleza da sua obra de artista são contributos luminosos para prosseguir no nosso empenho de caminhar para um futuro mais livre e mais plenamente humano.»



Fábricas orbitais no século XXI

O recordista da permanência no espaço, o cosmonauta russo Alexander Vikorenko, vaticinou num encontro científico em Madrid que, já

no século XXI, o espaço vai ser um imenso polígono industrial onde se poderão cultivar plantas ou fabricar fármacos «limpos», acrescentando que,

no próximo século, «terá de se criar um laboratório espacial para lançar outras culturas e não depender exclusivamente das que dá a Terra». Convocando a sua experiência de veterano no exterior do planeta, o cosmonauta revelou que já se conseguiu, no espaço, reutilizar o oxigénio e o suor graças a um circuito fechado ultrasofisti-

cado, admitindo novos avanços como o fabrico de fármacos «limpos», novas ligações para semicondutores ou, mesmo, «chegar a Marte». Alexander Vikorenko, actualmente com 52 anos, esteve um total de 509 dias na estação orbital soviética Mir, habitando-a em missões sucessivas realizadas em 1987, 1989, 1992 e 1994.

UNITA e... os diamantes

Segundo um relatório da ONU, elaborado pelo espanhol Bernal-Ballesteros, a UNITA continua a obter armamento sofisticado e a recrutar mercenários, apesar do embargo internacional decretado pela ONU, graças à exportação de diamantes que os bandos de Savimbi continuam a realizar, também ilegalmente e contra a proibição internacional. A exportação de diamantes extraídos e pilhados pela UNITA ao povo e ao Estado angolanos na região das Lundas já ascende a quatro mil milhões de dólares (qualquer coisa como 760 milhões de contos), havendo duas empresas internacionais, referidas mas não nomeadas pelo relatório, que estão por trás deste «esquema» de sobrevivência criminosa da UNITA.

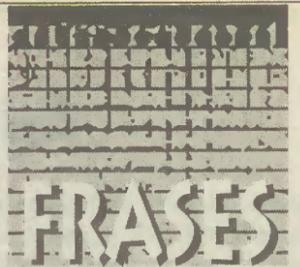
Rogério de Carvalho: «Um exemplo a seguir»

Fernando Barbosa de Oliveira, do Sindicato dos Seguros do Norte, numa pequena brochura de que é autor e editor, lembra a figura e o percurso de Rogério de Carvalho, desaparecido em 20 de Julho deste ano, enquanto destacado sindicalista e durante muitos anos dirigente do PCP.

Nesta recordação de Rogério de Carvalho, considera o autor que tem todo o sentido «olhar para o mundo de hoje. É algo que também lhe devemos: suscitar a nossa reflexão sobre o que somos e o que queremos ser, como actuar perante os problemas que inquietam os trabalhadores, se estamos dispostos a dar as respostas certas, a replicar na justa medida, a furar o cerco intolerável... A conclusão está aos olhos de todos!»

Apesar de ter já terminado os seus dias, Rogério de Carvalho continua, pois, a ser «um símbolo» do Sindicato e do sindicalismo: «Pelo que fez no Sindicato [no caso, o

Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros do Norte (STSN), designado no tempo do fascismo por Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros do Distrito do Porto] e pelo Sindicato, pelos contributos que deu para a sua libertação, pelo seu empenhamento na promoção dos direitos dos trabalhadores de seguros, pelo inegável mérito da orientação que o norteou como dirigente sindical.» A homenagem expressa nesta brochura traça também uma breve resenha do percurso político de Rogério de Carvalho, nomeadamente as três prisões que sofreu às mãos dos esbirros da PIDE: a primeira em 1953, onde foi espancado brutalmente, a segunda em 1958, onde voltou a ser espancado e de onde saíra com Álvaro Cunhal, entre outros, na célebre fuga do Forte de Peniche em 3 de Janeiro de 1960 e, finalmente, em 1965, sendo apenas libertado na madrugada de 26 de Abril de 1974, na sequência da Revolução dos Cravos.



“Entendo ser leviano, por exemplo, o estado de subfinanciamento crónico em que os serviços de acção social escolar se encontram, que não contempla sequer os compromissos salariais e não permite que sejam satisfeitos atempadamente os pagamentos das bolsas de estudo”

(Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, Diário de Notícias, 2.11.99)

“A comunidade internacional vai ser confrontada em breve com a verdade sobre o que se passou no Kosovo. Resta saber quem irá julgar os eventuais crimes praticados pelos vencedores desta primeira guerra “humanitária””

(António Ribeiro Ferreira, idem)

“Se o ministro Pina Moura não me faz sair a mim, no uso das suas competências, e também não esclarece o que é isto tudo para o Governo [estudo da reforma dos impostos encomendado pelo anterior ministro das Finanças, Sousa Franco, e realizado por Medina Carreira], o que é que eu ando a fazer? Nessa altura, se não correrem comigo, saio eu pelo meu pé”

(Medina Carreira, citado pelo Diário de Notícias, 1.11.99)

“Crimes sem castigo na Bolsa”

(título de primeira página do Diário de Notícias, 2.11.99)

“É impossível ignorar as manobras de bastidores, os jogos de influências, as ambições de poder, as inconfidências controladas, as intoxicações de opinião que põem em causa o respeito pela independência da magistratura por parte dela própria”

(Rúben de Carvalho, Diário de Notícias, 29.10.99)

“O último episódio é essa cena de filme de Hollywood de Série C de um magistrado do Ministério Público entrar por S. Bento para notificar por via desse cada vez menos transparente caso das viagens [dos deputados]”

(idem, ibidem)

“Esta modorra judicial é que se torna vergonhosa. É patética. Assassina. Ainda por cima com premeditação. Uma espada pendurada na cabeça do cidadão que baixa conforme as conveniências, fere, destrói dignidade e bom nome, mas não corta a direito como se espera. A maior parte destes processos está longe de ser julgado mas está perto de prescrever”

(Francisco Moita Flores, Diário de Notícias, 1.11.99)

“Pescando à linha deputados suspeitos em todas as bancadas, o procurador-geral da República já não se livra da fama de fazer uma gestão política da justiça”

(Carlos Magno, Diário de Notícias, 31.10.99)

“Mudam os números dos telefones, muda a hora, muda tudo, menos o Procurador-Geral da República”

(João Carreira Bom, idem, ibidem)

Octávio Teixeira ao «Avante!»
sobre o Programa do Governo do PS

Governo não leu resultados eleitorais

Uma resposta à preocupação de distribuir poderes pelas sensibilidades internas do PS e à «arrumação da alguns amigos», assim define Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, a nova orgânica que enforma o Governo, cujo programa, em sua opinião, para além de nada trazer de inovador relativamente ao anterior, não leva em consideração qualquer leitura política dos resultados eleitorais.

Do programa do novo Governo, em debate desde ontem no Parlamento, diz ainda Octávio Teixeira, em entrevista ao «Avante!», ter inscrito nas suas linhas essenciais medidas gravosas em matéria de política laboral, apostando simultaneamente nas privatizações de empresas públicas e da administração central. Uma linha de continuidade de alguns dos aspectos mais negativos do anterior Governo que tem ainda a sua expressão, segundo o presidente da bancada comunista, numa primeira leitura ao programa do Governo, na véspera do debate que hoje encerra, no plano da reforma fiscal, em relação à qual é de rezear que se acentuem as opções de favorecimento para o grande capital, designadamente através de mais benesses fiscais.

Tem-se falado muito na nova orgânica do Governo. Surgiram novas pastas, como o Ministério da Reforma do Estado e da Administração ou o Ministério da Igualdade. O que é que estas opções traduzem?

A orgânica do Governo e a respectiva distribuição de lugares pouco ou nada tem a ver com uma qualquer estratégia de governação ou com a definição

A criação de alguns lugares de Ministros coordenadores parece indiciar que o Primeiro-Ministro se demite, à partida e explicitamente, de assumir a responsabilidade própria de coordenação da actividade do seu Governo.

Como interpreta o papel dos altos comissários designados para as actuais CCRs?

A criação dos «comissários» partidários para as actuais Comissões de Coordenação Regional e o reforço do papel dos Governadores Cívicos revela o intuito claro de criar mais «jobs» para os «boys» do PS e insere-se na «preparação» desde já das próximas eleições autárquicas. Razão tinha o PS para, de facto, não querer a Regionalização. Em vez de entidades eleitas a gerir as regiões, terá agora os «controleiros» partidários.

Falemos do Programa do Governo. Admites que há inovações ou estamos, pura e simplesmente, numa linha de continuidade do anterior.

O Programa do novo Governo não inova nada em relação ao do anterior. O PS e o eng. Guterres, pura e simplesmente,

Queres concretizar...

Isso é perceptível, designadamente, na intenção de estreitar ainda mais as relações (que se podem considerar promíscuas) entre os grupos económicos e o Governo. Aliás, não será por acaso que a junção dos ministérios das Finanças e da Economia só tenha sido aplaudida, na prática, pelas confederações patronais e pelos grupos económicos, possivelmente antevendo desde já mais benesses e benefícios fiscais.

E em matéria laboral, há razões para acreditar num maior respeito pelo mundo do trabalho?

No que respeita ao mundo do trabalho as principais referências continuam a incidir sobre a necessidade de «flexibilidade» e de «flexibilização». No Programa do Governo o PS sente a necessidade de afirmar que «garantir aos portugueses padrões de vida semelhantes aos da União Europeia» é um «desígnio que o Governo propõe às portuguesas e aos portugueses». Repare-se neste preciosismo: o Governo não assume esse «desígnio», propõe-o! E logo vai dizendo que o prioritário é



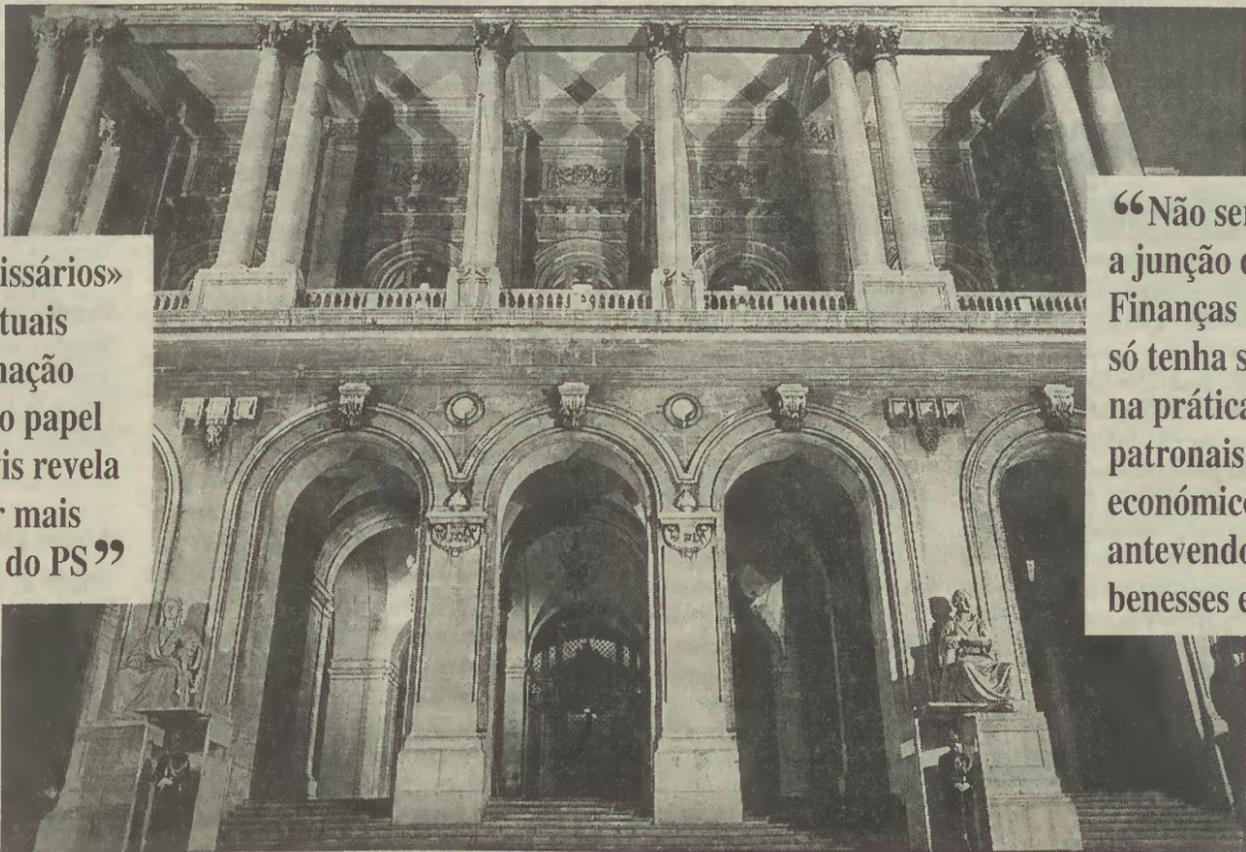
são ou privatização de actividades que possam ser exercidas com maior eficiência económica e social pela iniciativa privada do que pela própria Administração».

É verdade que o novo Governo do eng. Guterres garante «um aprofundamento do papel regulador do Estado». Mas como? Segundo ele, o Governo, isso «passa pela criação de agências reguladoras independentes (das empresas e do próprio Governo)». Se não é caricato, parece: o Governo diz que vai aprofundar o seu papel regulador (pois a regulação pelo Estado é uma responsabilidade que deve ser exercida pelo Governo) através da criação de agências que são independentes do Governo!

da Economia, e às relações privilegiadas que o nomeado Ministro manteve com o grande patronato e com os grupos económicos nos últimos quatro anos de governação, é de molde a fazer rezear que o que vai haver é mais benesses fiscais para o grande capital.

Mas existem referências concretas a essas intenções no Programa do Governo?

São múltiplas. Por exemplo, «a política fiscal terá de ser, cada vez mais, geradora (...) de competitividade para as empresas e para o País, desempenhando um papel estratégico na captação e consolidação de investimento no território nacional», ou «melhorando a aplicação administrativa dos incentivos aos grandes projectos de investimento e à internacionalização das empresas», ou, ainda, «reorientando a despesa fiscal através da reformulação do perfil dos benefícios fiscais».



“A criação dos «comissários» partidários para as actuais Comissões de Coordenação Regional e o reforço do papel dos Governadores Cívicos revela o intuito claro de criar mais «jobs» para os «boys» do PS”

de prioridades governativas. Trata-se, basicamente, de uma orgânica ditada pela distribuição de poderes dentro do Governo às «sensibilidades» internas existentes no seio do PS e pela arrumação de alguns amigos.

Não é de esperar, pois, que desta arrumação resulte nada de bom...

Creio que daí decorrem, por exemplo, estupefações como a de o Ministro das Relações Políticas (e homem forte do aparelho partidário) acumular a pasta das Obras Públicas! Ou de o Ministro da Administração Interna - o «ministro das polícias» - acumular com o Desporto e com o Poder Local. Ou a de

das pastas das Finanças e da Economia na mesma tutela?

A criação do super-ministério das Finanças e da Economia constitui uma medida que suscita os maiores receios sobre uma ainda maior sobreposição do financeiro à economia real.

E como vêes o papel desempenhado pelos chamados ministros coordenadores?

não quiseram ter minimamente em consideração leituras políticas que podem, e deveriam, fazer-se dos resultados eleitorais. Pelo contrário, o que se pode deduzir da leitura desse Programa é que o Governo pretende aprofundar alguns dos aspectos mais negativos da governação anterior e que reduziram a base de apoio eleitoral do PS à esquerda.

garantir a competitividade das empresas, ou que os salários devem crescer menos que a produtividade.

Também no que se refere à política de privatizações parece não haver novidade...

No Programa do Governo, lá continua a aposta nas privatizações. Veja-se, por exemplo, esta medida paradigmática nele contida: «Subcontratação, conces-

Como encaras a prometida reforma fiscal. Há sinais de mudança no sentido da equidade e da justiça tributária?

Creio que em relação à reforma fiscal é de antever que estamos em presença de mais um exemplo indiciador de aprofundamento de alguns dos aspectos mais negativos do anterior Governo. Desde logo, a junção do Ministério das Finanças ao

“Não será por acaso que a junção dos ministérios das Finanças e da Economia só tenha sido aplaudida, na prática, pelas confederações patronais e pelos grupos económicos, possivelmente antevendo desde já mais benesses e benefícios fiscais”

O que é que se pode dizer desde já da fiscalidade sobre os rendimentos do trabalho?

É sintomático que em relação às medidas para o IRS o novo Programa omita por completo o que prometia o anterior e que no essencial não cumpriu. Agora nem promete. Apenas diz que apoiará, «no quadro da UE e da OCDE, as iniciativas que possam conduzir a um desagravamento fiscal dos trabalhadores por conta de outrem» e, da sua responsabilidade directa, apenas propõe como «medida e decisão prioritária a atingir na próxima Legislatura» a «unificação dos Códigos de IRS e do IRC»! Brilhante!

PCP «não dorme» em trabalho

Apesar de a CDU não ter elegido qualquer deputado pelo círculo eleitoral da Guarda, este distrito já fez ouvir a sua voz na Assembleia da República.

É a Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP que o diz, depois da entrega pelos deputados do PCP na Assembleia de requerimentos respeitantes ao não andamento do Quartel dos Bombeiros Voluntários do Gonçalo e às «nebulosas» situações que impendem sobre os trabalhadores da Beiralã e sobre o processo de recuperação da Vodrates.

Na sua análise aos resultados eleitorais, o PCP regozija-se com a subida da CDU de um ponto percentual no distrito e o aumento de 27% da sua votação, relativamente às eleições de 1995 e considera que estes resultados traduzem «uma progressiva confiança e receptividade do eleitorado» às propostas e acção da CDU em prol do

desenvolvimento do distrito, já que este é o quarto acto eleitoral consecutivo em que a coligação aumenta de votação.

De facto, durante a campanha eleitoral a CDU pautou a sua acção pelo aprofundamento do debate em torno de propostas e ideias para a solução dos graves problemas estruturais do distrito, ao mesmo tempo que procurou reflectir as preocupações e sugestões do mundo do trabalho, das associações empresariais, e organismos vivos do concelho.

Agora, os comunistas dizem que «a CDU e o PCP não vão dormir sobre os resultados». Como, aliás, se pode comprovar com a entrega na Assembleia da República dos requerimentos acima referidos.

Açores

A Comissão de Ilha de São Miguel do PCP também está satisfeita com o aumento da percentagem de votos e do número de deputados da CDU nas eleições para a Assembleia da República.

Nos Açores, embora os resultados tivessem ficado muito longe do necessário para eleger um deputado, a CDU manteve no essencial o seu eleitorado, registando mesmo uma ligeira subida em S. Miguel. Por outro lado, sendo certo que o receio de uma vitória do PSD potenciou o «voto útil» no PS, é também verdade que a derrota averbada ao PSD torna «impensável o eventual regresso» deste partido ao poder. Porém, é necessário também evitar que o PS alcance a maioria absoluta de deputados na Assembleia Legislativa Regional. O que só é possível com o crescimento eleitoral da CDU em 2000.

Lisboa

Reforçar intervenção nos locais de trabalho

A Direcção da Organização Regional de Lisboa vai realizar no próximo dia 12 de Novembro um encontro de quadros com vista a reflectir sobre a intervenção dos comunistas do distrito nos locais de trabalho, de forma a alargar a influência social e política do PCP, tendo sempre presente o reforço da sua natureza de classe.

Como em anteriores iniciativas partidárias - Conferência Nacional sob o lema «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos traba-

lhadores», em 1994, XV Congresso do Partido, em 1996, e III e IV Assembleias da ORL, respectivamente em 1996 e 1999 -, o objectivo deste encontro é traçar orientações na base das quais os comunistas de Lisboa vão alicerçar o seu trabalho. Ao mesmo tempo, a DORL, na busca permanente de responder, no plano orgânico e da intervenção do Partido, pretende «reavivar e aprofundar» algumas das orientações já tomadas, vencer atrasos e obstáculos, e consolidar êxitos.

Justiça remuneratória PS recua nos Açores

Em reunião realizada no fim da semana passada, a Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP apreciou o «aparente recuo» verificado nas posições do Governo Regional e do PS quanto às questões de justiça remuneratória na Região.

De facto, depois de o PCP ter retomado, para a sessão de Novembro da Assembleia Legislativa Regional, as suas propostas sobre o Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Regional sobre a Remuneração Complementar para os Trabalhadores da Administração Regional e Local e sobre o Complemento Regional

às Reformas e Pensões, o PSD e PS acabaram por rever as suas posições sobre a matéria. E, reconhecendo agora a necessidade de medidas nesta área, ambos apresentaram propostas: o PSD de Remuneração Complementar para a Função Pública; o Governo do PS, de Complementos Regionais de Rendimento.

Na opinião do PCP, esta mudança não deve, contudo, obstar a que os trabalhadores e os pensionistas estejam atentos aos diferentes projectos, não vá ser-lhes servido em «terrina de prata» alguma «aguada de couves aferventadas».

Na sua reunião, os comunistas apreciaram ainda a situação dos cerca de 200 professores desempregados nos Açores, a quem deverá ser reconhecido o direito ao subsídio de desemprego e à assistência médica e medicamentosa, e os estragos resultantes das últimas intempéries que assolaram a Região, designadamente os Portos de Rabo de Peixe e Mosteiros.

Em Rabo de Peixe, as intempéries evidenciaram a necessidade de proceder-se rapidamente ao realojamento das famílias em risco e, em Mosteiros, o perigo que correm não só as habitações mas também as vias costeiras se não for construído o respectivo muro de protecção.

Por fim, o PCP discutiu o bloqueamento das quotas leiteiras imposto pela União Europeia e as suas graves implicações na economia regional. Não compreendendo como a Região e o Governo puderam estar tão desatentos, deixando passar nas negociações europeias um limite tão restritivo às quotas leiteiras para os Açores, os comunistas esperam que os deputados eleitos pelos Açores para a Assembleia da República não façam o mesmo em relação a este caso.

Negociações da Organização

Recusar a capitalista

PCP exige debate parlamentar

A modificação radical dos objectivos e funcionamento da OMC; o respeito pelas normas adoptadas em fóruns internacionais sobre condições sociais e ambientais; o primado da soberania e interesse de cada Estado, com respeito pelas suas especificidades; o respeito e a promoção de acordos preferenciais com países com menor desenvolvimento são alguns aspectos que a Comissão Política do PCP defende com vista a uma nova «ordem económica internacional, justa e democrática», orientada «pelos valores da paz, da democracia, do progresso social e da amizade entre os povos».

Em conferência de imprensa, realizada na quinta-feira passada, Agostinho Lopes proferiu uma declaração (a seguir transcrita) onde, lamentando a falta de informação do Governo português sobre as negociações da OMC, que terão início no próximo dia 30 de Novembro, em Seattle (EUA), defendeu «a transparência» dos processos de negociação e a divulgação e debate do «que verdadeiramente está em causa».

A agenda das negociações é vastíssima, abrangendo praticamente todas as actividades humanas. As orientações dominantes são conhecidas: liberalização total do comércio, privatização de sectores e serviços públicos, desregulamentação e livre acesso aos mercados públicos. Da produção agrícola às actividades culturais, passando pela saúde, educação, direitos de autor, denominações de origem, transportes, comércio electrónico, investimento estrangeiro, tudo passará a ser uma «mercadoria», susceptível de ser comprada e vendida, transaccionada «livremente» ao nível do planeta.

Os interesses de Portugal e dos restantes países comunitários vão ser representados pela União Europeia, sendo a OMC a primeira estrutura internacional em que tal acontece formalmente.

Particularmente em foco estão as seguintes questões:

– A **segurança alimentar**, na sua dupla acepção – o direito de cada país a uma produção agrícola razoável para a alimentação do seu povo, ou seja, o direito a ter uma agricultura e a exigência de produtos agro-alimentares saudáveis, não agressivos da saúde humana. Segurança alimentar que é explicitamente posta em causa pela liberalização dos mercados agrícolas, pela redução da protecção às produções nacionais, pela concepção dos «produtos agrícolas» apenas como «mercadoria» semelhante a qualquer produto industrial.

– Os **serviços públicos** e, entre outros, da educação e da saúde, com a total liberalização do mercado de serviços, com a redução ou eliminação de excepções, de barreiras não tarifárias (normas de certificação ou de qualidade, por exemplo), na eliminação das restrições no acesso aos mercados públicos nacionais das empresas transnacionais.

– A **«propriedade intelectual»**, os diversos aspectos do direito de propriedade intelectual relacionados com o comércio (TRIPS – Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), tais como os direitos de autor (copyright), marcas comerciais, patentes e projectos industriais. Significativa é a tentativa de apropriação pelas transnacionais da agro-química do património de gerações de agricultores do mundo inteiro e da biodiversidade do planeta, pela tentativa de patentear (e assim monopolizar) sementes e propágulos em simultâneo com os esforços para impor o uso dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

– A **liberalização e protecção dos investimentos do grande capital financeiro**, com a recuperação e integração do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) na OMC. Recorde-se que a tentativa de instituir o AMI – verdadeira carta magna dos direitos das transnacionais, nascida no seio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – foi recentemente derrotada. Com o AMI pretendia-se que a actividade económica, nomeadamente a



possibilidade de investimento, ficasse sob o total domínio do capital transnacional, sem o controlo democrático por parte dos Estados. Passar-se-ia para uma «soberania» das transnacionais e destruir-se-ia a soberania dos Estados e, assim, o controlo democrático de um povo sobre a actividade económica do seu país.

– A **identidade e diversidade cultural dos povos**, através do tratamento das actividades culturais como pura e simples mercadoria, transaccionada e regulada pelo mercado, conforme os interesses do capital transnacional das indústrias do audiovisual.

– A **limitação e condicionamento das normas de trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das normas ambientais**, ao «bom funcionamento» do mercado planetário e interesses do capital transnacional.

– O **direito de dezenas de países e povos do mundo a um desenvolvimento autónomo, equilibrado e sustentado**, pondo em causa, inclusive, acordos preferenciais e vantajosos, como a Convenção de Lomé para os países do ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

O que sabem os portugueses sobre as negociações?

Nada ou quase nada.

Qual a estratégia negocial do Governo português? Que objectivos tem defendido nos Conselhos de Ministros da União Europeia onde estas questões têm sido discutidas? Que estudos sobre as consequências para Portugal dos resultados dessas negociações? O que sabem os partidos da oposição sobre as posições do Governo PS relativamente à OMC? Que consulta foi feita às organizações sociais de trabalhadores, empresários, agricultores?

A Comissão Política do PCP considera particularmente grave o comportamento do Governo nesta matéria. Nada pode explicar a falta de informação ao País e aos partidos da oposição. Porque, assim, é ocultado ao povo português o necessário debate sobre questões essenciais para a sua vida hoje e o seu futuro colectivo amanhã, como País independente.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Pereira David

Faleceu, no dia 25 de Outubro, com 79 anos de idade, o camarada Fernando Pereira David. Militante do Partido desde 1977, pertencia à Organização da Freguesia de Palmela.

José Ferreira

Faleceu, no passado dia 13 de Outubro, com 88 anos de idade, o camarada José Ferreira (Paixão). Era membro do Partido desde 1974. Ex-operário da Parry & Son, estava organizado na freguesia da Ajuda, Lisboa.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Mundial do Comércio globalização



O PCP defende o controlo democrático dos povos sobre a actividade económica dos seus países

Há outros caminhos para a regulação económica internacional

A Comissão Política do PCP, retomando posicionamentos expressos aquando das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, considera que há outros caminhos para a regulação económica internacional.

No quadro do combate por uma nova ordem económica internacional, justa e democrática, «assente na cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos, orientada pelos valores da paz, da democracia, do progresso social e da amizade entre os povos», recusando a globalização comandada pelo capital transnacional e ofensiva dos direitos dos povos e dos equilíbrios ambientais, defendem-se os seguintes aspectos:

- a modificação radical dos objectivos e funcionamento da OMC (aberta à participação de todos os países que o desejem, sem quaisquer tipos de imposições que não sejam a aceitação das regras definidas democraticamente por todos), e norreando a sua acção pelo princípio da cooperação e do desenvolvimento económico que responda às necessidades dos povos; recusando o primado da concorrência e a resolução dos diferendos comerciais internacionais através do recurso à conflitualidade, e decisão final do tipo jurídico, e não pela procura de acordo mutuamente vantajoso (de que são exemplos os conflitos entre a União Europeia e os EUA relativos às bananas e carne com hormonas);

- a contemplação obrigatória do respeito generalizado por condições sociais e ambientais, nomeadamente, pela fixação de regras rigorosas de combate ao *dumping* social e ambiental. O que deverá decorrer no plano social de convenções e recomendações da OIT (de que são exemplo a do trabalho infantil ou a da contratação colectiva), e de outras convenções e recomendações internacionais como as Cimeiras do Rio de Janeiro e Quioto (sobre o meio ambiente e desenvolvimento), de Copenhaga (sobre desenvolvimento social), de Pequim (sobre a promoção da mulher). Ou seja, a incorporação, o respeito e cumprimento pela OMC de normas adoptadas noutros fóruns internacionais;

- o primado da soberania e interesse de cada Estado, respeitando as suas especificidades, necessidades e o papel fundamental dos seus sectores produtivos e públicos. É absolutamente essencial o direito de cada Estado a definir a dimensão do seu sector público e a defender o seu sector produtivo e, em particular, o agro-alimentar;

- o respeito e a promoção de acordos preferenciais com países com menor desenvolvimento (como é o exemplo dos acordos de Lomé, assinados entre a UE e os países do ACP), lutando pela concretização de uma política de cooperação com esses países, que elimine a sua dívida, e que permita e assegure o seu efectivo desenvolvimento;

- o não tratamento de muitas actividades unicamente a partir do conceito de «mercadoria», como a agro-alimentar (assegurando o primado da qualidade alimentar, por exemplo, através da aplicação do princípio da precaução) e a cultural, entre outras;

- a transparência no funcionamento e a democratização dos processos de negociação, divulgando e debatendo «o que verdadeiramente está em causa» e assegurando a participação dos povos através das suas organizações sociais e instituições democráticas;

- a avaliação das consequências da actual globalização capitalista, de que são exemplos: a concentração da riqueza, o aumento das disparidades sociais e regionais, a adulteração do papel dos sectores produtivos, perspectivando-os exclusivamente tendo em vista o máximo lucro (causando, por exemplo na agricultura: o excesso de produção, o êxodo rural, as estratégias agressivas de exportação, a deslocalização de produções, a subalternização da segurança alimentar, a destruição ambiental);

- o controlo dos mercados financeiros e a recusa de um novo «AMI», reformulado ou com outro nome, na OMC;

- a luta contra a legislação extraterritorial, como as Leis Burton-Helms de embargo/bloqueio económico, cujas normas os EUA pretendem ver aplicadas pelas filiais das suas transnacionais presentes noutros países, nas relações comerciais com Cuba (subtraindo-as às legislações nacionais).

O País necessita de informação e da participação da Assembleia da República

A Comissão Política do PCP considera de grande urgência a informação do Governo à Assembleia da República e aos partidos da oposição. Nesse sentido **avancará, logo a seguir ao debate do programa do Governo, com uma proposta de iniciativa parlamentar adequada (debate de urgência ou chamada dos respectivos ministros à Assembleia da República).**

Prosseguiremos e aprofundaremos, no Parlamento Europeu, a intervenção que o Grupo Coligação de Esquerda / Esquerda Verde Nórdica vem desenvolvendo, para que a União Europeia assumna nas negociações uma posição conforme os interesses dos trabalhadores e povos da Europa e do mundo.

Por outro lado, considerando a importância relevante para a vida do País das referidas negociações, **apela aos cidadãos, às Organizações Não Governamentais (ONG) e, em particular, às organizações sociais de trabalhadores, agricultores, pequenos e médios empresários, para uma intervenção activa no sentido de que se verifique uma moratória sobre uma nova liberalização do comércio, e no esclarecimento e informação dos portugueses.**

Honório Novo visita Ovar

Na sequência dos últimos acontecimentos relacionados com as marés vivas, o deputado comunista Honório Novo visitou, no sábado passado, o concelho de Ovar, inteirando-se dos problemas das suas populações.

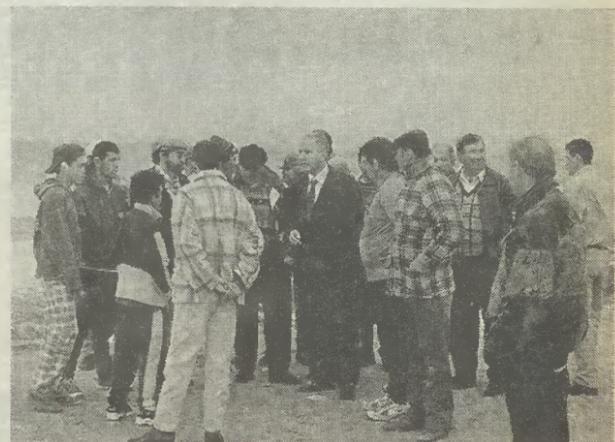
dadeiramente infra-humanas cerca de 14 famílias, que incompreensivelmente não foram ainda alojadas pela Câmara Municipal, apesar de todas as casas estarem

De manhã, a delegação do PCP chegou ao Furadouro onde contactou o responsável pela única campanha que ainda trabalha e um representante do Sindicato dos Pescadores da Zona Norte, de quem ouviu as queixas e o rol de promessas não cumpridas e por cuja concretização anseiam há anos.

É o caso do combustível subsidiado, do posto de vendagem, que apesar de previsto pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira não avança, e do chamado Fundo de Compensação Salarial que não contempla, por exemplo, casos de intempéries ou de defesos que impedem os pescadores de trabalhar. Outro aspecto que surpreendeu a comitiva foi a taxa de 60\$00 paga à Câmara Municipal de Ovar por caixa de pescado e desde logo ilegal pelo facto de aquele espaço estar sob a jurisdição da Docapesca que, por sua vez, já cobra uma taxa de 4% sobre o peixe vendido.

Honório Novo comprometeu-se a avançar imediatamente com a questão do combustível subsidiado e manifestou a intenção de o seu Grupo Parlamentar de procurar alterar a legislação sobre o Fundo de Compensação Salarial, de forma a garantir uma remuneração mínima. E, naturalmente, não ficou insensível ao apelo dos pescadores e do seu Sindicato para a reformulação do cálculo sobre os descontos da Segurança Social do Regime Especial da Pesca Artesanal.

A caminho de Cortegaça, a comitiva do PCP parou na lixeira em Maceda, cuja selagem havia sido anunciada com pompa e cir-



Na sua deslocação ao concelho de Ovar, Honório ouviu muitas queixas dos pescadores

cunstância. Verificando que, apesar da melhoria de condições, o local continua a receber lixo e a formar uma «imensa montanha de detritos», os comunistas propuseram-se questionar o Ministério do Ambiente sobre o andamento do aterro intermunicipal que, projectado há meses, continua sem avançar.

Depois, aproveitando a maré baixa, Honório Novo e os seus acompanhantes contactaram directamente com a pesca da «majoeira», único sustento em tempo ruim para os que vivem da arte xávega, verificando as condições extremamente difíceis desta arte - que obriga os pescadores, para recolher as redes, a penetrar no mar e a ficar muitas vezes com água pelo pescoço, quando não são literalmente engolidos pelas ondas - e comprometendo-se a avançar com uma iniciativa parlamentar no sentido da despenalização e posterior regulamentação desta arte.

Na Praia da Cortegaça, a comitiva do PCP visitou várias barracas onde vivem em condições ver-

prontas e atribuídas, apenas faltando ligar a água e a luz.

Na Praia de Esmoriz, a receber a comitiva, encontravam-se algumas dezenas de pescadores que colocaram a Honório Novo os seus problemas, agravados para alguns com a recente destruição de uma embarcação de arte xávega, durante as marés vivas das últimas semanas.

A questão da defesa da costa; a discriminação de que Esmoriz é alvo face, por exemplo, a Espinho; o realojamento das famílias que vivem sem as mínimas condições de habitação e em risco de serem engolidas pelo mar sensibilizaram também o deputado comunista e os membros da Comissão Concelhia de Ovar que prometeram envidar esforços junto dos vários órgãos autárquicos do concelho, no sentido de melhorar as condições de vida das populações.

A encerrar a jornada, teve lugar uma caldeirada, servida a preceito pelos pescadores da praia e, durante a qual, prosseguiu o aprofundamento dos problemas.

Aterro em Bigorne Estudos são insuficientes

Os estudos para a localização do aterro sanitário em Bigorne são insuficientes, diz a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, preocupada com a situação em torno daquela construção.

Solidário com a intensa luta desenvolvida pelas populações afectadas, o PCP lembra ainda que está em curso a realização de um estudo de impacte ambiental, cujo relatório só ficará pronto dentro de meses.

Assim, e porque pretende que o problema seja resolvido de acordo com os interesses da população, a DORV enviou na semana passada um apelo à Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, no sen-

tido de que sejam suspensas «todas as acções tendentes ao início da obra».

Para além desta medida «fundamental», os comunistas defendem a realização de um debate público aberto à participação de todas as partes interessadas e, para já, pensam levar a cabo contactos com as organizações envolvidas, nomeadamente Juntas de Freguesia e associações ambientalistas e, no plano parlamentar, questionar o Governo sobre a sua intervenção no processo, sugerindo ao Ministério do Ambiente a tutela de um estudo a ser elaborado por uma entidade independente.

Setúbal PS defrauda eleitorado

A tomada de posse dos deputados eleitos para a Assembleia da República, no que respeita ao distrito de Setúbal e ao PS, confirma a «auténtica fraude» a que os eleitores foram sujeitos, denuncia a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

De facto, dos oito deputados eleitos pelo PS, é de esperar que apenas tome assento no hemiciclo Eduardo Pereira, «quicá até novas ordens», uma vez que os presidentes de Câmara de Montijo e

Setúbal já retomaram funções, a Joel Hasse Ferreira, ainda deputado, foi atribuída a função de Comissário para a Descentralização e o Presidente da Federação Distrital de Setúbal do PS vai manter-se como Governador Civil.

Ou seja, os eleitores e a população do distrito podem assim esperar a chamada à Assembleia da República de «uma segunda ou terceira linha de candidatos do PS que, para não deslustrarem a per-

formance do mandato anterior», pouco ou nada irão fazer pela região e pelas suas gentes, quer no decurso da actividade diária da legislatura, quer no debate do Orçamento de Estado e do PID-DAC.

Por seu lado, o PCP e a CDU reafirmam a sua determinação de «assumir todos os compromissos estabelecidos durante a campanha eleitoral» e de manter contactos permanentes e regulares com as populações.

TRABALHADORES

Sindicato vai intervir no Metro do Porto

Trabalho com direitos evitará sinistralidade

A construção civil e obras públicas é o sector que mais contribui para as estatísticas dos acidentes de trabalho (foto de arquivo)

Basta que não existam trabalhadores clandestinos ou precários, para alcançar o objectivo da máxima segurança nas obras do Metropolitano do Porto, afirma o Sindicato da Construção do Norte e Viseu, que anunciou sexta-feira uma campanha especial de sensibilização.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte vai ter acesso livre às obras do Metro do Porto, para desenvolver acções pedagógicas e garantir as condições de segurança fundamentais. «O objectivo é fazer do Porto capital europeia não só da cultura mas também da segurança», disse Albano Ribeiro salientando que para alcançar o objectivo «basta apenas que não existam trabalhadores clandestinos ou precários».

O presidente do sindicato, em conferência de imprensa noticiada pela Lusa, referiu que «cerca de 80 por cento dos

acidentes de trabalho acontecem com trabalhadores clandestinos ou precários, porque estes não dispõem da formação necessária para desenvolver os trabalhos que lhes são atribuídos».

Salientando o «bom entendimento» alcançado com a Normetro – empresa responsável pela obras do Metro do Porto – o dirigente sindical disse ter garantias de que «todos os trabalhadores estarão vinculados a uma empresa, mesmo nas sub-empregadas». Para fiscalizar qualquer eventual «quebra do acordo» alcançado com a Normetro, o sindicato terá, além

de um gabinete no estaleiro principal, três dirigentes a percorrer os diferentes locais onde decorrem as obras.

«Tolerância zero» será o lema desta acção do sindicato, que desta forma pretende garantir a segurança dos cerca de dois mil trabalhadores que participam nas obras do metro e evitar situações idênticas às que ocorreram durante a construção da Ponte Vasco da Gama e Expo'98, onde se registaram «dezenas» de acidentes de trabalhos, alguns deles mortais.

Dados do sindicato revelam que «pelo menos um trabalhador morre por dia útil de trabalho e que pelo menos três ficam incapacitados, sendo reformados por invalidez», razões que levam a direcção da estrutura sindical a solicitar ao Primeiro-Ministro que decrete o dia 15 de Dezembro «Dia Nacional Contra a Sinistralidade».



Intimidação na Brisa

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal acusou na semana passada a Brisa de intimidar os trabalhadores com processos disciplinares e de não respeitar os seus direitos laborais e sindicais.

António Barreira disse à agência Lusa que durante este ano foram instaurados processos disciplinares a 15 trabalhadores da Brisa, alguns dos quais acabaram por ser arquivados sem sequer terem sido ouvidas as testemunhas. «Vive-se na empresa um clima de intimidação e repressão. Sem grandes motivos, a Brisa suspende os trabalhadores e instaura-lhes processos disciplinares, que muitas vezes acabam por ser arquivados de imediato», disse o dirigente do CESP/CGTP, referindo, a título

de exemplo, o caso de um delegado sindical do Norte, a quem foi instaurado um processo disciplinar por ter denunciado um caso de corrupção.

O sindicato acusou ainda a Brisa de não respeitar a lei relativamente às horas a que os dirigentes e delegados sindicais têm direito para desenvolver a sua actividade, descontando-lhas como se se tratasse de uma falta ao trabalho.

A alteração dos horários de trabalho, depois de enviadas as escalas anuais para o Ministério do Trabalho, a discriminação de trabalhadores que, ganhando o mesmo e tendo as mesmas funções, são obrigados a fazer horários maiores e o desrespeito pelas regras de segurança são outras das denúncias feitas pelo CESP.

“Altas” compulsivas na Ford Electrónica

Dezenas de trabalhadores da Ford Electrónica têm estado a receber “alta”, o que os força a interromper os tratamentos das tendinites e a retomar o trabalho «em condições que lhes agravam, irreparavelmente, o debilitado estado de saúde», afirma o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, denunciando «uma acção

concertada entre os médicos dos serviços de Medicina do Trabalho da Ford e os médicos do Serviço Nacional de Saúde».

No comunicado em que anunciou uma greve de 24 horas para a passada sexta-feira, com deslocação dos trabalhadores ao Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, o SIESI/CGTP critica mais uma

vez o «completo desinteresse e passividade» das autoridades de Saúde, que não procederam sequer a um estudo dos factores que já provocaram a contracção de tendinites a mais de 700 trabalhadores, num universo de 2 mil.

Com as acções de dia 29, os trabalhadores e o sindicato pretenderam alertar a opinião pública e exigir do CNPRP que a indemnização por incapacidade temporária absoluta (equivalente ao subsídio de doença) seja paga durante todo o tempo de baixa por doença profissional. Actualmente, o pagamento é cancelado ao fim de 30 meses, o que força os trabalhadores a retomar o trabalho, mesmo sem estarem clinicamente aptos. Por outro lado, acrescenta o sindicato, o Centro «mantém milhares de contos de dívidas aos trabalhadores, decorrentes do não reembolso das despesas efectuadas com o tratamento das tendinites, designadamente em fisioterapia, exames médicos e fármacos».

Na Santos Barosa «sem comentários»

«Se as cartas não fossem timbradas, seria muito difícil dizer qual seria a da empresa ou a da IGT», afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, comentando a resposta da Inspeção Geral do Trabalho a um pedido de intervenção na Santos Barosa.

Um trabalhador e sindicalista foi alvo de inquérito pela empresa, porque deu um passo mais «ousado» na denúncia da falta de condições de segurança no trabalho: escreveu «sem comentários» nos papéis que avisavam do perigo. A empresa respondeu – denunciou em

Agosto o sindicato – com um procedimento disciplinar contra o trabalhador.

O sindicato requereu a intervenção da IGT, pretendendo que não saísse beneficiado o infractor – a empresa que não assegurou devidamente as condições de segurança. Mas, protesta o STIV/CGTP, a actuação da Inspeção centrou-se «não no apuramento das responsabilidades da empresa pela falta de segurança, mas na pseudo circunstância de violação de regras internas por parte do trabalhador». «Independentemente de a IGT também dizer que não se

pode falar em discriminação de representante dos trabalhadores, não podemos interpretar o que se está a passar de outra maneira», contrapõe ainda o sindicato, que promete «recorrer a tribunal, para que o cadastro de José Alberto Matias na empresa seja limpo deste injusto castigo que lhe foi aplicado».

Na nota distribuída ao pessoal da empresa e enviada na semana passada à IGT e à comunicação social, a direcção do STIV e a Comissão de Trabalhadores da Santos Barosa denunciaram ainda «a parcialidade com que está a decorrer» o processo de averiguações e acusam a empresa de «tentar arranjar bodes expiatórios nas pessoas de outros trabalhadores». «Não nos conseguirão calar, nem amedrontar os nossos representantes, com atitudes intimidatórias como as que estão em curso, nomeadamente o injusto castigo aplicado ao trabalhador Florindo das Neves e outros, ficando de fora os que, tendo a responsabilidade máxima da situação, a declinam no sentido descendente da escala hierárquica», conclui a nota.

Carteiros em greve na Costa de Caparica

Os carteiros do Centro de Distribuição Postal da Costa de Caparica entraram anteontem em greve, por 48 horas e, segundo o sindicato do sector, a adesão atingiu os 95 por cento. Os CTT contrataram os serviços de uma empresa externa, a Post Express, para distribuir alguma correspondência, o que levou o Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações a considerar ter havido uma violação da lei da greve, que proíbe a substituição dos grevistas por pessoal estranho à empresa.

O SNTCT/CGTP decidiu comunicar o facto à delegação de Almada da Inspeção do Trabalho, para onde convocou uma concentração de protesto, a ter lugar ontem.

Num comunicado à população utente, o sindicato e os carteiros da Costa de Caparica apontam como motivos da sua luta a

falta de «condições de trabalho condignas», designadamente quanto ao exíguo espaço nas instalações e quanto ao estado obsoleto das motorizadas em que se deslocam. Reclamam ainda a passagem a efectivos dos trabalhadores contratados a prazo que ocupam postos de trabalho permanentes, o pagamento das horas extraordinárias e medidas para pôr termo à sobrecarga de serviço e à imposição de horários que prejudicam trabalhadores e utentes.

Mantém-se a luta na Vimeca

Até ao próximo dia 17, a gerência da Vimeca/Lisboa Transportes deverá apresentar aos sindicatos uma contraproposta de acordo de empresa «que demonstre claramente vontade negocial, vindo ao encontro das reivindicações dos trabalhadores». A exigência, informa a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, foi aprovada na passada quinta-feira, num plenário realizado durante uma greve que contou com a adesão de 95 por cento do pessoal.

No plenário ficaram já marcadas as 3 horas da manhã de 18 de Novembro, para o início de nova paralisação, «caso a empresa mantenha esta atitude, que os trabalhadores consideraram de má fé».

Nessa data, será decidida em plenário a forma que tomará o prosseguimento da luta para que todos os trabalhadores da empresa, com idênticas funções, tenham direito a igual remuneração, independentemente da empresa onde se encontravam antes da Vimeca ter adquirido parte da Rodoviária de Lisboa.

A Festru/CGTP ficou mandatada para estabelecer contactos com a Presidência da República, os grupos parlamentares e o Presidente da AR, o Primeiro-Ministro e o director das Relações de Trabalho, bem como com as câmaras municipais da Amadora, Oeiras e Sintra (concelhos servidos pela Vimeca/Lisboa Transportes).

TRABALHADORES

Sem fornecer documentação oficial Portugal Telecom prepara a maior redução de efectivos

Para melhor enfrentar a liberalização e a concorrência, a PT deveria valorizar os trabalhadores, mobilizar os seus conhecimentos, dignificar o emprego, estancar a onda privatizadora e deixar de entregar trabalhos específicos a empreiteiros, defende o SINTTAV/CGTP.

«Sob a capa da concorrência, a administração de Murteira Nabo tem em vista a maior redução de efectivos alguma vez realizada na Portugal Telecom», que conta «obviamente com cobertura do Governo» – denuncia o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual.

Em comunicado divulgado anteontem, o sindicato acusa a administração da PT de «má-fé, para tentar enganar os trabalhadores», questionando por que razão ainda não foi dado a conhecer o texto do «contrato de suspensão do trabalho», um documento fundamental no previsto processo de redução de efectivos.

As intenções da empresa foram dadas a conhecer aos representantes dos trabalhadores no dia 18, apenas verbalmente, e prevêem ainda o recurso a reformas antecipadas e pré-reformas. No total, relatou o SINTTAV noutro comunicado, apontam para a saída de mais de 2 mil trabalhadores, sobretudo das categorias «indesejáveis, que para a administração só têm a 4.ª classe e nada sabem fazer». Uma vez que a suspensão do

contrato de trabalho seria a via privilegiada, o sindicato exigiu conhecer o projecto que seria proposto aos trabalhadores. A Direcção de Recursos Humanos prometeu entregar uma cópia do documento no dia 20, mas anteontem ainda dizia que ele não estava aprovado.

Entretanto, começaram a chegar a casa dos trabalhadores folhetos sobre as condições oferecidas pela empresa a quem abdicar do emprego. O SINTTAV considera que se trata de «publicidade enganosa», pois «os documentos enviados para casa de cada trabalhador, propositadamente, são um monte de confusões, um diz uma coisa, que no outro já não é assim, e chegam ao cúmulo de esconder dados aos trabalhadores».

O sindicato denuncia também o reacender da competição entre as chefias, para ver quem consegue convencer mais trabalhadores a aceitar a suspensão. «Questionadas sobre algumas condições concretas e sobre o contrato de suspensão de trabalho, essas chefias não têm respostas, só querem o "sim" do trabalhador», protesta o SINTTAV.

Decisão livre e sem pressas

Reafirmando a exigência de que, urgentemente, lhe sejam facultadas as informações pedidas aos Recursos Humanos, para emissão de parecer juridicamente fundamentado, o sindicato alerta que «ninguém deve tomar decisões apressadas». Quem for chamado a entrevistas para convencimento da bondade das propostas da empresa deve ter presente que não é obrigado a responder.

«Depois de todos os esclarecimentos», diz o SINTTAV, «cada trabalhador é, naturalmente, livre de tomar a decisão que julgar ser a melhor». «No entanto, cada dia se conhecem mais casos que confirmam a tese que o SINTTAV sempre tem defendido, de que o posto de trabalho não tem preço», previne o sindicato, que se manifesta também preocupado por ser cada vez menor o número de trabalhadores da PT a descontar para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações.

Também a Comissão de Trabalhadores da PT aguarda que a administração lhe dê a conhecer o texto do contrato de suspensão do trabalho. Em comunicado, sublinha que «nenhum trabalhador deve assiná-lo, sem que antes se esclareça junto das organizações representativas», mesmo admitindo que «este

novo conjunto de medidas gere expectativas e crie a apetência para o abandono da empresa, tendo em conta o estado de espírito criado no seio dos trabalhadores, de pressões e chantagens psicológicas quanto à incerteza do seu futuro na Portugal Telecom».



Passadas as eleições, a administração nomeada pelo Governo deu por encerradas as negociações sobre carreiras e anunciou mais uma redução de efectivos, acentuando a desconfiança e o descontentamento dos trabalhadores (foto de arquivo)

Despedimentos condenados na Riopele

O Supremo Tribunal de Justiça ordenou a reintegração dos trabalhadores que a Riopele despediu em Novembro de 1996, na sequência de um incêndio na Fiação C – informou o Sindicato Têxtil e Vestuário do Minho, congratulando-se porque «venceram os trabalhadores, venceu a justiça, venceram os valores democráticos».

A decisão do Supremo seguiu-se a deliberações, no mesmo sentido, do Tribunal de Trabalho de Famalicão e do Tribunal da Relação do Porto, que já haviam declarado o despedimento de 92 trabalhadores como ilícito.

Os despedidos devem ser reintegrados, terão de receber os salários desde a data do despedimento e verão garantidos os demais direitos (férias, subsídio de férias, 13.º mês, categoria profissional, antiguidade, etc.) – refere a nota de imprensa do sindicato e da comissão sindical na Riopele.

Na altura do despedimento, há 3 anos, a fábrica de Pousa de Saramagos decidiu recorrer à figura do «contrato caducado», procurando escapar à obrigação legal de indemnizar os despedidos. A União dos Sindicatos de Braga acusou então o

Governo e o Instituto do Emprego e Formação Profissional de cumplicidade com a Riopele, pois tinham conhecimento do processo de despedimento, mas decidiram, mesmo assim, conceder à empresa apoios oficiais no valor de 3 milhões de contos.

As decisões judiciais vêm confirmar o que o sindicato, a comissão sindical e a CGTP sempre defenderam, salienta a nota. Dos 92 despedidos em 1996, restam ainda 36 que não cederam às pressões para rescindirem os contratos com a empresa.

PSP foi ao bingo cobrir ataque aos direitos

Chamados pela adjunta do chefe de sala, Manuela Costa, dois agentes da PSP expulsaram uma trabalhadora, no domingo, do Bingo do Salgueiros – denunciou o Sindicato da Hotelaria do Norte. Na nota de imprensa enviada à nossa redacção, o sindicato refere ainda que a trabalhadora tem sido expulsa do trabalho todos os dias, desde 1 de Julho. Porquê? Para o leitor que não se recorda de outros episódios passados naquele estabelecimento, deixamos o relato esclarecedor do sindicato.

No domingo, a trabalhadora pediu para lanchar, pelas 18.45 horas. A adjunta do chefe de sala, sr.ª Manuela Costa, autorizou. Pouco depois, no bar, deu o dito por não dito e mandou a trabalhadora interromper a refeição, mandando-a embora. A trabalhadora recusou ir embora, enquanto não acabasse de lanchar. A adjunta respondeu então que lhe iria arranjar companhia e chamou a PSP. Depois da trabalhadora ter acabado de comer e mudar de roupa, chegaram dois agentes que, mandados pela Manuela Costa, acompanharam a trabalhadora à porta.

Esta trabalhadora, uma das que tem resistido à proibição de lanchar durante o horário, tem sido expulsa todos os dias,

desde o passado dia 1 de Julho. Assim, logo que esta caixa-volante pede para comer e exige o intervalo, conforme outras categorias profissionais e de acordo com o estabelecido no contrato colectivo de trabalho do sector, a empresa manda-a embora e, no final do mês, desconta-lhe no salário o tempo de trabalho que ela própria recusou à trabalhadora.

A nota do sindicato lembra que «nesta sala de bingo continua a haver um clima laboral altamente repressivo, onde os caixas-volantes são obrigados a comer e trabalhar ao mesmo tempo e onde os empregados de bar estão impedidos de exercer funções, desde a última greve realizada».

Refere ainda que correm no tribunal duas queixas-crime, apresentadas pelo sindicato contra a direcção do Salgueiros, pelo facto de a empresa não reconhecer aos caixas-volantes o direito a intervalo para refeição e ter deixado de fazer o desconto da quota sindical no recibo do salário. Os trabalhadores, testemunhas no processo, iam ser ouvidos ontem pelo Ministério Público.

Corre ainda uma providência cautelar, apresentada por um trabalhador, para exigir igualmente o intervalo para a refeição.



Os tribunais demoraram três anos a reconhecer a razão dos trabalhadores (foto de arquivo)

Plenários hoje na Sanofi/Synthelabo

A multinacional francesa «não está, de facto, empenhada em solucionar correctamente a angustiante situação que criou aos trabalhadores» e «é responsável por uma tentativa de despedimento colectivo que constitui uma autêntica provocação aos trabalhadores e uma grosseira infracção da legislação nacional», acusa o Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas.

O Sinqifa/CGTP viu confirmada esta conclusão ao fim de duas horas de reunião com a direcção geral da multinacional farmacêutica, no dia 28 de Outubro.

A posição da empresa assume ainda maior gravidade, salienta o sindicato, na nota que distri-

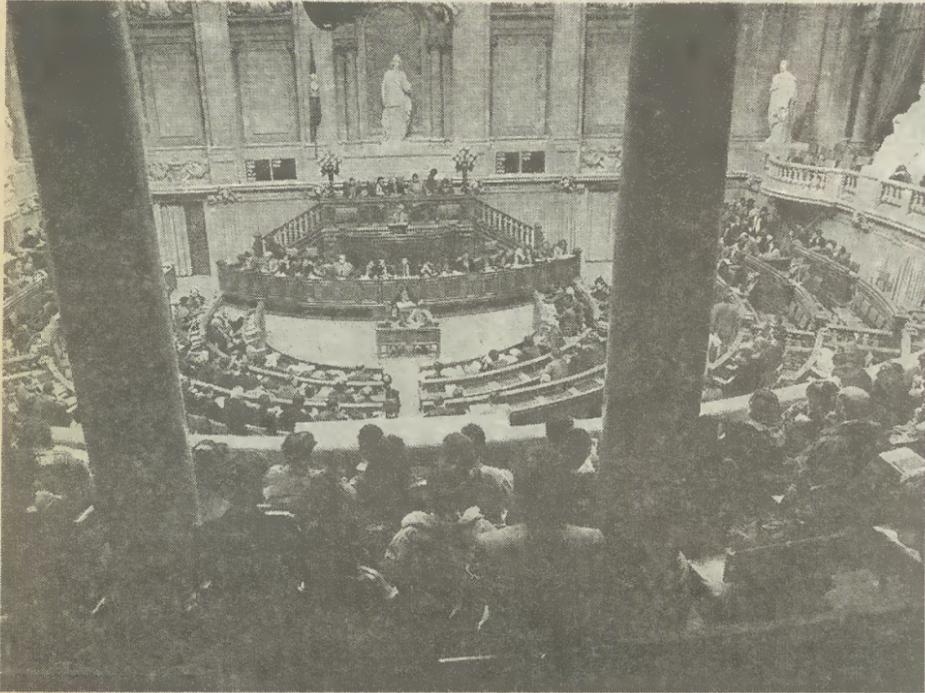
buiu sexta-feira à comunicação social, porque, ao mesmo tempo que decorrem negociações tripartidas, envolvendo também representantes do Ministério do Trabalho, a empresa «mantém ao seu serviço trabalhadores com vínculo precário, contratados a prazo e recrutados em empresas de aluguer de mão-de-obra, e faz admissões para postos de trabalho que são ocupados por trabalhadores alvo de pressões para aceitar a cessação do seu contrato».

Recordando que a empresa alcançou, em 1998, um volume de vendas superior a 153 milhões de contos e que «goza de uma invejável situação financeira», o sindicato defende que não há «nenhuma razão económica,

nem de qualquer outra natureza», para o anunciado despedimento colectivo de 45 trabalhadores.

Face ao resultado da reunião, solicitada pela Sanofi/Synthelabo, o sindicato decidiu convocar para hoje, durante todo o período de laboração, um plenário geral de trabalhadores, com saída para o exterior das instalações de Romeiras, Coimbra e Porto. Pelas 12 horas, tem lugar uma concentração junto da nova sede da multinacional em Lisboa, na Praça Duque de Saldanha.

Por esta situação, o sindicato responsabiliza o Governo e exige do Ministério do Trabalho e do IDICT «uma rápida e enérgica intervenção, visando o acatamento e respeito da legislação nacional».



O desaparecimento do deputado comunista deixou um vazio na Assembleia da República

Homenagem a Luís Sá

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do camarada Luís Sá. Subscrito pelo Grupo comunista, o voto suscitou em todas as bancadas sentidas palavras de homenagem ao «empenhado lutador das causas das populações e dos trabalhadores», que «deixa um vazio nesta Assembleia da República e profunda dor em todos os deputados que com ele privaram e que admiraram a sua actividade de político, cidadão e intelectual».

Sublinhada no texto é a «notabilíssima carreira universitária» do militante comunista, falecido aos 47 anos, «Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciências Sociais, que «ganhou prestígio e admiração, entre colegas e alunos» nas várias universidades em que leccionou.

«Como estudioso, cientista e intelectual, Luís Sá legou uma vasta obra», repartida pelas mais

variadas áreas, recorda o voto de pesar, no qual se realça igualmente o facto de Luís Sá ter desenvolvido toda esta actividade em simultâneo com uma «intensa acção de intervenção política a que generosamente se entregou».

Disso é testemunho o «papel de primeira linha» por si desempenhado na «construção do Poder Local, quer pelas responsabilidades que detinha no PCP, quer pela sua actividade de estudo e de director da revista Poder Local».

Como dirigente do PCP, assinala ainda o texto do voto de pesar, Luís Sá «exerceu altas responsabilidades com inteiro mérito e dedicação», o mesmo sucedendo com as funções por si exercidas enquanto deputado, eleito a partir de 1991, impondo-se «pela profundidade com que trabalhava as questões, pela firmeza com que defendia os princípios e pela persistência e abertura com que procurava as melhores soluções».

No distrito de Santarém Comerciantes aguardam apoios prometidos

Quase todos os comerciantes que se candidataram em vários concelhos do distrito de Santarém a apoios financeiros ao abrigo do PROCOM, passados dois anos sobre a formalização dos processos, continuam à espera de receber os prometidos apoios financeiros.

Atingidos por este atraso estão perto de seis dezenas de comerciantes que através da Associação Comercial dos Concelhos de Abrantes, Constância, Mação e Sardoal apresentaram em 1998 as suas candidaturas para a obtenção de apoios à modernização dos seus estabelecimentos.

Particularmente afectados por esta situação estão, segundo a deputada comunista Luísa Mesquita, os comerciantes que já realizaram os investimentos, muitos deles com o recurso a créditos bancários.

Em requerimento dirigido na passada semana ao Governo, a parlamentar do PCP recorda que apenas três das 62 candidaturas receberam até à data apoio financeiro, não obstante muitos dos comerciantes já terem entregue todo os documentos comprovativos dos investimentos realizados.

Apesar de todos os esforços envidados pela Associação Comercial junto do Governo no sentido de obter esclarecimentos sobre os motivos do atraso, nenhuma explicação foi dada até agora, facto que levou Luísa Mesquita a insistir na necessidade de saber qual a situação actual das candidaturas e de saber quais as razões para esta «espera, sem nenhum esclarecimento, apesar do cumprimento integral dos normativos impostos».

Deputados elegem órgãos da AR

Com 187 votos favoráveis e 34 brancos, Almeida Santos foi reeleito presidente da Assembleia da República. Os deputados elegeram ainda por sufrágio secreto, na passada semana, os quatro vice-presidentes da AR: Manuel Alegre (168 votos favoráveis, 50 brancos e três nulos); Mota Amaral (183 votos a favor, 35 brancos e três nulos); João Amaral (175 votos a favor, 43 brancos e três nulos); Narana Coissoró (134 favoráveis, 84 brancos e três nulos).

Eleitos foram também os secretários da mesa: Artur Penedos (PS), José Cesário (PSD), Rodeia Machado (PCP) e António Carlos Pinho (CDS/PP).

Os deputados aprovaram ainda a lista única para o Conselho de Administração da Assembleia da República. Com 205 votos a favor, 12 contra e quatro nulos, este órgão é constituído pelos deputados Rui Vieira (PS), Miguel Relvas (PSD), Rodeia Machado (PCP), Sílvio Cervan (CDS/PP), Heloísa Apolónia (PEV) e Luís Fazenda (BE).

Alcoutim

CDU exige novas acessibilidades

A Coordenadora da CDU de Alcoutim exigiu a construção do IC27 e de uma ponte que ligue Alcoutim a Sanlúcar. Igualmente urgente, na sua perspectiva, é o estudo e a construção da ligação da rede viária do concelho à auto-estrada do Algarve.

A não se concretizarem rapidamente estas medidas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento do concelho e a fixação das populações, corre-se o risco, alerta a CDU de Alcoutim, de um dia saber-se «em Lisboa que aqui não há ninguém.»

Em comunicado onde reitera estas reivindicações, agora que o novo Governo do PS acaba de tomar posse, a CDU de Alcoutim analisa também os resultados das eleições legislativas.

Regozijando-se pela votação obtida pela CDU a nível nacional, que lhe confere «mais força e capacidade para intervir em defesa das grandes causas do nosso povo», sublinha que também no plano regional, no conjunto do Algarve, a CDU «aumentou a percentagem da sua votação e reduziu para metade o número de votos necessários para voltar a eleger um deputado pelo círculo de Faro».

No caso concreto do concelho de Alcoutim, segundo a CDU, o aspecto mais saliente do resultado das eleições reside no facto de estas terem evidenciado que desde 1995, em quatro anos, ter ocorrido uma redução de cerca de 300 eleitores inscri-

tos, cerca de sete por cento, «o que é uma viva demonstração de que a desertificação continua».

Para este facto concorre o sucessivo adiamento da

melhoria das acessibilidades, não obstante o reconhecimento de que esta é uma das formas de combater a desertificação, bem como a «escandalosa lentidão» com que na opinião da CDU são feitas as obras da administração central, como bem exemplificam as da pouxada da juventude, só agora iniciadas, mas depois de se terem perdido duas épocas balneares.



Por proposta da CDU Silves homenageia Timor

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Silves propuseram a atribuição do nome «Praça de Timor Loro Sae» ao actual espaço conhecido por Largo das Finanças. Com esta proposta, apresentada na última reunião de Câmara, os eleitos querem homenagear a heróica luta do povo maubere contra a ocupação e opressão indonésia.

«Silves, na história mais recente – recorda a Coordenadora Concelhia da CDU em comunicado aos órgãos de comunicação social –, é também portadora de um inegável e assinalável património no quadro da resistência à ditadura imposta pelo regime de Salazar e Caetano, tendo muitos dos seus filhos sido perseguidos, torturados e encarcerados durante muitos anos nas masmorras fascistas».

Para os vereadores da CDU, responsáveis directos pelo lançamento da renovação urbana da Zona Ribeirinha de Silves, na qual se inclui o arranjo urbanístico do Largo das Finanças – uma obra, recordam, que «permitiu a transformação radical da cidade de Silves –, esta sua proposta «corresponde à vontade profunda da população» da cidade e do concelho de Silves.

Municípios debatem política de desporto

As políticas desportivas, a nível local, regional e nacional vão ser o tema em debate em encontro nacional a realizar nos próximos dias 25 e 26 de Novembro, em Santarém. Promovida pela Associação Nacional de Municípios Portuguesas (ANMP), esta iniciativa culmina um conjunto de três encontros regionais sobre o mesmo tema, o último dos quais, abrangendo a região Norte, teve lugar ontem, dia 3, em Santo Tirso. Anteriormente tiveram lugar encontros em Lagoa (região Sul), no passado dia 20 e em Loures (região Sul), no dia 27 de Outubro.

A atenção dos participantes, em qualquer das iniciativas, centrou-se na análise das experiências de trabalho desportivo nas autarquias, com destaque para as questões relacionadas com os equipamentos, as actividades, o financiamento e os modelos de organização na gestão.

Trata-se, sobretudo, de identificar os equipamentos, actividades e praticantes desportivos, visando, designadamente, apresentar soluções de planeamento, gestão e financiamento nesta área de intervenção dos municípios.

Loures melhora atendimento a munícipes

Enquadrado nas comemorações do Dia Nacional da Desburocratização, celebrado no passado dia 28 de Outubro, a Câmara Municipal de Loures abriu uma linha directa de atendimento aos seus munícipes.

Qualificar e tornar mais acessível o serviço prestado à população, com resposta no prazo máximo de um dia, constituem os objectivos que presidiram à criação desta linha directa, a funcionar 24 horas por dia, com atendimento às questões colocadas sobre processos em apreciação no Departamento Administrativo da Câmara Municipal.

O mesmo serviço vai estar disponível através de correio electrónico, com o endereço c.loures.dadm@mail.telepac.pt.

Também o boletim de deliberações dos órgãos municipais e despachos da presidência e vereadores estarão disponíveis no site da Câmara Municipal, em <http://www.cm-loures.pt>.

Portugal na UNESCO

Portugal foi eleito pela primeira vez membro do Comité Permanente do Património Mundial da UNESCO, onde será representado pelo arqueólogo Cláudio Torres, actualmente director do Campo Arqueológico de Mértola e do Parque Natural do Guadiana. Durante uma reunião do fórum deste organismo, ao qual pertencem 136 países, mas apenas cerca de duas dezenas têm assento no Comité Permanente, foram eleitos, além de Portugal, a Bélgica e a Colômbia. Cláudio Torres nasceu em Tondela e estudou História de Arte em Coimbra, tendo fugido ao regime fascista para Marrocos e França. Quando regressou a Portugal tornou-se professor na Universidade de Letras de Lisboa, desligando-se do ensino a convite da Câmara de Mértola para fazer um levantamento arqueológico na região. Pelo seu trabalho de investigação pioneiro foi-lhe atribuído o Prémio Pessoa em 1992. Agora eleito em Paris, Cláudio Torres afirmou ir lutar pelo conceito de património a uma «perspectiva mais humana». «Património também é a intervenção directa do homem na paisagem e a cultura. Nós, europeus, ligamos muito a ideia de património a monumentos porque eles são numerosos, mas há muitas culturas noutros continentes, como a África, em que a realidade patrimonial é diferente», disse.

MURPI promove concentração em Lisboa

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI - vai promover, na tarde do próximo dia 13, sábado, no Terreiro do Paço, em Lisboa, uma concentração de protesto pela política que tem vindo a ser seguida nesta área. O MURPI exige maior justiça social, melhores cuidados de saúde, reformas e pensões dignas, o reconhecimento da Confederação como parceiro social, a construção de centros de dia e de convívio. E alerta: «o Governo tem que nos ouvir!»

Casas sociais à venda?

Os eleitos da CDU em Cascais, foram abordados por moradores de Mato Cheirinhos e outras localidades da freguesia de S. Domingos de Rana, indignados por haver casas sociais de promoção municipal e em regime de CDH (Contrato de Desenvolvimento Habitacional) apoiadas pelo INH (Instituto Nacional de Habitação) que estavam à venda por imobiliárias, em alguns casos por valores superiores a 19 mil contos. Em comunicado de imprensa, a CDU/Cascais informou a população da freguesia de S. Domingos de Rana e do concelho que, na reunião da Câmara Municipal de Cascais de dia 27 de Outubro, foi porta voz dessa indignação e colocou a necessidade do total esclarecimento da situação e apuramento de responsabilidades.

Sem abrigo

Os números crescem

Os sem abrigo são cada vez mais jovens e alguns até universitários, mantendo-se a dificuldade em romper o ciclo da pobreza. Em 1998, a Assistência Médica Internacional (AMI) registou 1730 novos casos de sem abrigo nos seis centros de acolhimento Porta Amiga que criou em várias cidades do país, o que equivale a mais 558 casos do que no ano anterior. Um facto que, na opinião de uma responsável pela acção social da AMI, ilustra o agravamento do fenómeno, derivado da «falta de respostas em matéria de habitação e políticas de emprego». Em causa estão, nomeadamente, o elevado valor das rendas e as dificuldades de acesso ao trabalho. Entretanto, e de acordo com a mesma responsável da AMI, «se antes os sem abrigo eram principalmente pessoas de baixos recursos que haviam emigrado para as cidades, ou indivíduos provenientes de famílias com graves problemas de pobreza e de relacionamento, hoje há cada vez mais jovens afectados, principalmente devido à toxicod dependência».

Bombeiros em Congresso

O Congresso Nacional dos Bombeiros terminou domingo passado com um pedido de celebração de um pacto entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo para reformar o modelo de financiamento dos corpos de bombeiros. O 37.º Congresso Nacional dos Bombeiros, que decorreu em Torres Vedras, concluiu que o actual modelo de financiamento dos bombeiros está desajustado e que, com este pacto, devem ser definidos os apoios a dar às associações de bombeiros. O Presidente da República, Jorge Sampaio, um dos convidados da sessão de encerramento, destacou a importância da cooperação entre a Liga dos Bombeiros, os municípios e o Governo, afirmando que «não há descentralização sem estar garantido o financiamento às associações». O Congresso aprovou a criação urgente de grupos de bombeiros em regime de permanência que possam estar preparados para as primeiras intervenções de socorro. Foram ainda aprovadas as bases de um futuro serviço de saúde dos bombeiros. O objectivo é criar estruturas regionais com médicos e enfermeiros, que possam fazer inspecções e exames médicos aos bombeiros. A continuação do apoio ao voluntariado como «única forma de valorizar as estruturas e manter a sua dinâmica e espírito de missão», foi outra das conclusões do Congresso.

Pneumonia está a aumentar

A pneumonia está a aumentar em Portugal, tendo conduzido ao internamento de 21 242 indivíduos em 1997, dos quais 2806 (13,2 por cento) acabaram por morrer. O envelhecimento da população portuguesa está na origem destes valores por se tratar de uma doença que os idosos são mais vulneráveis. A caracterização etária da doença permite concluir que a idade média dos doentes é 68,6 anos, razão por que o conhecimento de casos acompanha o envelhecimento da população portuguesa.

CDU em campanha Eleições intercalares na Póvoa de Varzim

Vamos eleger «o órgão executivo que está mais próximo da população e que tem como função principal trabalhar e resolver os problemas», sublinha-se no documento da CDU sobre a campanha eleitoral para as eleições intercalares de 28 de Novembro à Assembleia de Freguesia da Póvoa de Varzim.

Em conferência de imprensa realizada, sexta-feira passada, no Centro de Trabalho do PCP, na Póvoa de Varzim, que contou com a presença dos candidatos Manuel Rocha, Lázaro Silva, Catarina Silva, Trocado da Costa e José Rui, a CDU assumiu, como objectivo principal da sua campanha, «a mudança da composição política da Assembleia de Freguesia, com o reforço da votação e dos eleitos» da coligação unitária.

Com esta perspectiva, os candidatos da CDU irão orientar-se «para uma campanha

pela dignificação e reforço dos poderes da Junta, pelo debate político com paixão e elevação, pela defesa de que queremos uma Junta com a dimensão da cidade, e não a gestão do que existe hoje, que é muito pouco e serve mal a população».

Concretamente a CDU pretende criticar o que está mal e apresentar propostas alternativas «com incidências maiores para alguns problemas mais concretos que melhorem a qualidade de vida da população, como a educação, saúde, actividades económicas e

emprego e desenvolvimento económico, social e cultural».

Está desde já pedido um significativo conjunto de entrevistas a diversas instituições e organizações da cidade, ligadas à educação, ao turismo, à saúde, às pescas, e a agentes económicos, organizações de trabalhadores e grandes colectividades.

A candidatura visitará todas as zonas da cidade, estando prevista a realização de um magusto de apoiantes, dia 13 deste mês, onde serão apresentados à cidade os candidatos e que contará nomeadamente com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. Dia 14 será o arranque da campanha, com um passeio cicloturístico organizado pela Juventude CDU. O encerramento da campanha, dia 26, inclui um grande caravana automóvel pelas ruas da cidade.

A campanha apoiar-se-á em iniciativas da Juventude CDU, «pelo direito à indignação, pelo rejuvenescimento político da Póvoa e pela maior participação dos jovens nos destinos da sua terra».

Um facto já anteriormente salientado pelo primeiro candidato, Manuel Rocha, na declaração política divulgada quando da entrega formal da lista no Tribunal da Póvoa de Varzim, dia 1 de Outubro.

Manuel Rocha sublinhou então que a lista integra um fortíssima componente juvenil. O que representa um «contributo da CDU ao indispensável rejuvenescimento político da nossa terra e, simultaneamente, um grande apelo aos jovens da Póvoa para tomar os destinos da sua terra nas suas mãos».

Venda do Alcaide, ano 2000

Alguém pediu a Graça Andrade, trabalhadora da Câmara Municipal de Palmela, que fizesse o levantamento de quantos estavam na iniciativa, do que resultou um manuscrito constante: *33 adultos, 14 jovens e 3 crianças*.

E foram estes que, da maneira mais informal, aproveitaram o passado domingo, 31 de Outubro, para um almoço-convívio no quintal da camarada Odete Brás, perto da Venda do Alcaide, para festejarem os resultados positivos da CDU no país, na região e, em particular, no concelho de Palmela, a 10 de Outubro.

Dos jovens, rapazes e raparigas, dois levaram guitarras, um adulto uma gaita de beijos, a animação teve pois causas variadas.

Um cheirinho a emulação atravessou a iniciativa. Elisa Costa, responsável pela organização da freguesia de Palmela do PCP, anunciou que a próxima reunião da Comissão de Freguesia seria na noite de dia 9, em Brejos do Assa, em casa do camarada Salvador Novo, antecedida de água pé e castanhas. Descentralização, claro!

Edgar Pereira, engenheiro agrónomo ligado à luta dos agricultores do Poceirão, tomou nota das preocupações de um pequeno produtor de azeitonas oriundo da Marateca, face ao encerramento de lagares na região.

Um empresário de transportes pesados, obrigado a fazer a Nacional 10 para evitar custos maiores, ameaçava: *Qualquer dia atravesso o camião na portagem Setúbal-Palmela!*

A filha de Lúcia, dos Barris, distribuía a tarjeta a anunciar a iniciativa *Mais CDU é uma Festa*, a ter lugar no dia seguinte, na Casa da Cultura da Quimigal, no Barreiro.

Gil, do Bairro Alentejano, pediu-lhe meia dúzia lá para a organização, um camarada da EDP igualmente.

Jorge Custódio, de Palmela, também distribuía um outro documento, desta feita o plano organizativo do Partido para os próximos tempos, no concelho, com uma recomendação: *É para ler em casa*. E mesmo os que ainda não aderiram ao Partido comprometeram-se a fazê-lo!

Valdemar Santos foi rápido no discurso. *Para o ano não há eleições, mas proponho que nos encontremos de novo por esta altura no que poderá ser chamado, se houver acordo, o Convívio dos Fazedores da Festa do Avante!*



Poucos minutos antes, maldoso, metera-se com Malveiro, perguntando-lhe porque não trouxera o resto das EP's para vender, ao que o camarada respondeu: *Ora essa, a nossa meta (do Pinhal Novo) era de 170, vendemos quase 250!*

Vitor Borrego, presidente da Assembleia Municipal de Palmela, arrancava mais cedo para Ferreira do Alentejo, onde ainda naquele dia se comemorava a vitória da oposição, nas eleições de há 30 anos. A quem, no passo, lhe dizia: *Se os outros soubessem que isto aqui ia correr tão bem, teriam aparecido!*, retorquiu, no seu timbre bonacheirão: *O castigo que lhes damos é não terem vindo!*

Outro que tivera de sair mais cedo foi o João Pinto, independente da CDU eleito na Assembleia Municipal, prestigiado veterinário da Quinta do Anjo. Supostamente partira para o aeródromo da SAPEC.

Quando a avioneta sobrevoou três vezes o local, todos se puseram a acenar e a gritar: *João Pinto! João Pinto!*

Quem quer que seja, está a ver-nos, dizia-se.

Alguém, aproveitando-se da desgraça dos outros, ordenou: *Tragam lá essa muleta, pomos-lhe esta bandeira da CDU e seja quem for há-de saber quem somos!*

CPPC contesta prémio para Marrocos



Por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC -, activistas pela paz manifestaram-se frente à Assembleia da República contra a atribuição do Prémio Norte-Sul ao primeiro ministro marroquino.

Com esta acção simbólica o CPPC pretendeu chamar a atenção para a situação do povo sahari, vítima de repressão nos últimos 24 anos, por parte do regime marroquino que lhe tem vindo a negar o direito a uma pátria.

NACIONAL

JCP solidária com Mumia Abu Jamal

Mumia Abu Jamal (ainda) é um jornalista norte-americano, negro, tendo sido membro dos Panteiras Negras. Este homem é um militante da causa anti-racista, incansável defensor dos direitos dos negros, ou melhor dos direitos humanos e da justiça social, nos quais se insere o árduo combate à discriminação racial nos EUA.

Abul Jamal fez da sua profissão, o jornalismo, um caminho para «dar voz aos que não têm voz», denunciou os abusos de poder que são diariamente cometidos pela polícia norte-americana, nomeadamente as muitas mortes que resultam da intervenção policial, os julgamentos injustos e visivelmente mal conduzidos, as inadequadas e ilegítimas penas que são aplicadas, das quais é exemplo máximo a desumana pena de morte.

E como se não bastassem todas estas situações para ilustrar a profunda falta de respeito pelos direitos humanos, que se vive nos EUA, é importante referir que muitas das pessoas que morrem nas mãos da «justiça» norte-americana são crianças.

Assim Mumia Abu Jamal viu-se apanhado numa armadilha que ele próprio havia denunciado. Este jornalista foi envolvido na cena de um crime que levou à morte um polícia, membro da reacçãoária Ordem Fraternal da Polícia, acabando por ser acusado de homicídio.

O julgamento de Abu Jamal iniciou-se sem quaisquer garantias de imparcialidade e justiça, foi um julgamento falseado e instrumentalizado por uma pseudo justiça norte-americana profundamente racista e anti-democrática.

Este julgamento foi presidido por Albert Sabo, também ele membro da Ordem Fraternal da Justiça, um juiz que ordenou a execução de mais homens do que qualquer outro juiz no país e cujas vítimas, à excepção de uma, eram negras.

Apesar das provas apresentadas em julgamento não serem verosímeis, desde o calibre da bala encontrada no corpo do polícia não coincidir com o calibre da arma usada por Abu Jamal, até ao ponto das testemunhas de defesa não serem ouvidas, ainda assim Mumia foi condenado à pena capital em 1982, encontrando-se há 17 anos no corredor da morte.

Em 1995 o processo de Mumia Abu Jamal foi reaberto e Albert Sapo foi chamado novamente a presidir-lo, isto apesar de estar já reformado. Sabo recusou-se a admitir a alteração do testemunho de uma prostituta que havia dito ter visto Abu Jamal a matar o polícia, e que agora afirma ter mentido, por ter sido vítima de ameaças de agentes policiais. Este testemunho, que ilibaria Abu Jamal, foi completamente ignorado. E, enquanto isto, a Organização Fraternal da Polícia divulgava uma «lista negra» de apoiantes de Abu Jamal e pagava anúncios publicitários em várias publicações exigindo a execução deste homem.

Não se pense que durante os 17 anos vividos na prisão Abul Jamal teve os seus direitos assegurados, claro que isto não aconteceu, desde o correio violado até à proibição de ver o seu advogado e os meios de comunicação social, tudo aconteceu. Até

mesmo terem-no enviado para a solitária por ter recusado cortar o cabelo que usa longo por motivos relacionados com a sua religião.

Neste percurso foram várias as instituições que se pronunciaram contra a injustiça de que Abu Jamal tem vindo a ser alvo, como a Amnistia Internacional, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e até mesmo o Parlamento Europeu, sem que isto tivesse qualquer repercussão do ponto de vista político junto do Governo e dos tribunais norte-americanos.

Durante todo este tempo Mumia Abu Jamal não desistiu, continuando a escrever e a denunciar a injustiça com que se confronta diariamente. Ele escreveu sobre Che Guevara dizendo que «Che viu um continente acorrentado na pobreza e na miséria, (...) que viu países atrás de países submetidos aos interesses (lucros) dos EUA», e diz que o exemplo de Che Guevara «continua a ser uma inspiração».

Também Mumia Abu Jamal nos deve servir de inspiração pois, tal como Che, denuncia o papel dos EUA e do imperialismo à escala mundial, e demonstra-nos também as flagrantes contradições existentes no seio da sociedade norte-americana.

A vida de Mumia mostra, até a quem não quer ver, que os EUA não correspondem àquela imagem de democracia e prosperidade que interessa ao capitalismo fazer passar. Por trás de todos os sorrisos bonitos que aparecem nos filmes, das famílias felizes, das casas com jardim e com automóvel à frente da garagem, vivem muitas famílias no limiar da pobreza, em verdadeiros bairros de lata - os afro-americanos, os italo-americanos, os hispano-americanos, e todos os outros americanos que interessa ao sistema continuar a discriminar e oprimir.

Comecei este artigo dizendo «Mumia Abu Jamal ainda é um jornalista», esta afirmação pode soar mal, não ser a mais adequada ao momento, ser de mau gosto, ainda assim decidi usá-la pois considero que corresponde à realidade.

É urgente que se exija a libertação de Abu Jamal e o fim da pena de morte.

No próximo dia 9 de Novembro assinala-se o Dia Internacional Contra o Racismo, esta pode ser uma oportunidade de divulgar esta causa, para isso a Juventude Comunista Portuguesa irá promover um debate «Abu Jamal - os movimentos anti-racistas», com a participação dos camaradas Henrique Sousa e António Filipe.

No entanto não podemos ficar por aqui, a urgência desta causa exige de cada um de nós o empenho e a responsabilidade de encontrar os instrumentos e as formas para que os Direitos Humanos deixem de ser apenas duas palavras fáceis de dizer por qualquer um e para que passem a ser respeitados e praticados por todos.

■ Vanessa Silva

Membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP

Homenagem a Virgínia Moura

Um busto de Virgínia Moura vai ser inaugurado, no Porto, a 17 de Dezembro, data em que se assinalam 50 anos sobre a sua primeira prisão pela PIDE.

Uma homenagem promovida por um grupo de 20 mulheres que, para o efeito, tinha solicitado ao vereador da CDU na Câmara do Porto, Rui Sá, a procura nos arquivos do PCP de uma data simbólica para a inauguração do busto.

A ideia de homenagear Virgínia Moura surgiu ainda antes da sua morte, ocorrida em 19 de Abril de 1998, tendo a inauguração da escultura sido pensada para o primeiro aniversário do falecimento e sucessivamente adiada para os 25 anos do 25 de Abril, o seu aniversário de nascimento (19 de Julho), Dia da República (5 de Outubro) e agora para 17 de Dezembro.

O busto é da autoria do escul-

tor Manuel Dias, professor da Faculdade de Belas Artes do Porto e autor da escultura do ardi-na que se encontra num passeio na Praça da Liberdade, também no Porto.

O grupo promotor da homenagem pretende convidar para a inauguração militantes comunistas que conheceram, lutaram e conviveram com Virgínia Moura.

Virgínia Moura foi a primeira mulher portuguesa a licenciar-se em Engenharia Civil, mas foi impedida de trabalhar na função pública por ser opositora do regime salazarista.

Até ao 25 de Abril foi presa 17 vezes, tendo participado em várias acções políticas na clandestinidade, particularmente a partir dos 18 anos, quando aderiu ao PCP, partido a quem doou toda a sua herança.



TIMOR



Timor-Leste Na hora da reconstrução

Timor-Leste vive os seus primeiros dias sem a presença das tropas indonésias. A tradicional procissão em honra de Nossa Senhora de Fátima transformou-se em manifestação de regozijo, de celebração da liberdade conquistada. Mas nem só de festa se trata. O país está destruído e propostas do Banco Mundial que colocam a possibilidade de oficialização da língua e/ou da moeda indonésia geram legítimos receios e a questão fulcral sobre o papel das instituições internacionais.

As últimas tropas indonésias estacionadas em Timor-Leste deixaram o porto de Díli sábado à noite, terminando assim 24 anos de ocupação. Uma partida discreta, presenciada apenas por um pequeno grupo de militares da força internacional e alguns timorenses, no porto praticamente deserto e mergulhado na escuridão, devido a uma falha no fornecimento de energia eléctrica à cidade.

Horas antes, no porto de Díli, cruzavam-se os navios cheios de refugiados de Timor-Ocidental, de regresso, enquanto outros se preparavam para levar militares indonésios para Jacarta. Festa pela chegada dos refugiados, vaias a acompanhar os militares que finalmente partiam de território timorense, enquadrados por forte presença da força multinacional da INTERFET.

A INTERFET cortou o trânsito entre o Bairro do Farol, onde se concentravam os últimos soldados indonésios, e o porto, e cada camião que passava cheio de militares indonésios era escoltado por um carro de combate da força multinacional.

Também junto a outras instalações militares de Jacarta, abandonadas quinta-feira passada, se concentraram timorenses, para não perderem a derradeira oportunidade de manifestar o seu repúdio face aos soldados que mantiveram o regime repressivo indonésio que vigorou no território desde a invasão de 1975.

Um momento de grande alegria em que as preocupações em relação ao futuro se vão entretanto perfilando.

Dirigentes do Banco Mundial estão a pressionar os dirigentes timorenses a abdicarem do escudo como moeda e do português como língua oficial de Timor-Leste, propondo os dólares australianos ou de Singapura e o inglês ou o bahasa indonésio como idioma.

Propostas que vão ao arripio das decisões do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) e de que este não tenciona abdicar. Mas que colocam uma questão, de alguma forma sintetizada no comentário do antigo governador de Timor-Leste e actual dirigente do CNRT, Mário Carrascalão: «Dá a impressão que temos novos patrões. Não se sabe é quem são». Para lembrar, de seguida, que a ONU só vai administrar o território durante um período de dois a três anos, passados os quais a antiga colónia portuguesa passará a ser - finalmente - da responsabilidade dos timorenses.

Um outro problema que se levantou nestes dias é o da possível permanência ainda, em território timorense, de alguns militares indonésios.

O Conselho Nacional da Resistência tem informações de que continuam no território cerca de 50 militares indonésios, apesar de, oficialmente, todos os soldados de Jacarta terem partido no sábado.

Segundo o coordenador do CNRT, Leandro Isaac, estes soldados indonésios «terão como objectivo continuado a criar instabilidade para os (milícias e militares) que estão na fronteira (com Timor-Ocidental) poderem agir e a Indonésia continuar a mentir à comunidade internacional sobre a política deles».

Reconstrução

A reconstrução das infra-estruturas de Timor-Leste, destruídas pelos ataques das milícias e militares indonésios em Setembro passado, deverá ficar concluída até final do próximo ano. A reabilitação abrange principalmente as casas e edifícios que, no caso da capital timorense, ficaram destruídos em cerca de 90 por cento.

Quanto ao plano de reabilitação de todas as estruturas timorenses, da habitação à administração, deverá prolongar-se entre 2000 e 2003. Este um primeiro cálculo da equipa do Banco Mundial - constituída por cerca de 50 elementos, metade dos quais timorenses - que está a preparar um relatório que deverá estar concluído no próximo dia 16. Desde a sua chegada, a equipa do BM dividiu-se em vários grupos de trabalho que têm vindo a realizar visitas a diferentes pontos do território para avaliar as necessidades dos vários sectores da sociedade timorense, da justiça às infra-estruturas, da educação à agricultura.

Uma outra questão preocupante é o nível rudimentar em que ficou a economia timorense, um território onde «toda a estrutura empresarial era indonésia».

Falta de emprego e de rendimentos, inflação galopante, escassez de bens essenciais, marcam neste momento o dia-a-dia dos timorenses. No mercado de Díli, o preço do óleo registou um aumento de 550 por cento, os preços do sal e do feijão quadruplicaram.

A economia do território era essencialmente controlada por indonésios e por timorenses de etnia chinesa. Pesca, agricultura e outras actividades do sector primário eram essencialmente de subsistência, produzindo produtos suficientes para um mercado interno relativamente vasto que dominava a vida das principais localidades.

Entretanto, o impacto da profunda destruição que devastou o país faz-se sentir a todos os níveis, nomeadamente no sector da agricultura, já que o grande número de populações deslocadas afastou muitos dos agricultores dos seus campos de cultivo.

O momento é assim de reconstrução e de regresso dos muitos que foram obrigados a fugir. Dia 28 um primeiro grupo de cerca de 40 refugiados timorenses em Darwin regressou a Timor-Leste para participar nas múltiplas tarefas de reconstrução. Um processo que deverá entretanto ser acelerado.

Também na perspectiva do inadiável processo de regresso de refugiados - um dos grandes dramas humanos que ainda não terminou - o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) solicitou à vice-presidente indonésia o livre acesso aos campos de Timor-Ocidental onde, segundo dados do governo indonésio, se encontram 219 mil refugiados. A ACNUR tem actualmente apenas um acesso limitado aos campos, dada a presença de milícias pró-indonésias.

Prémio a Xanana foi iniciativa do PCP

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu congratulam-se e felicitam Xanana Gusmão, presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, pela atribuição do Prémio Sakharov, considerando que este significa o reconhecimento da heróica e abnegada luta do povo de Timor-Leste pela conquista da sua independência. Os deputados do PCP recordam que, por sua iniciativa, o Grupo de Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), do qual fazem parte, foi o primeiro grupo a propor a atribuição do Prémio Sakharov a Xanana Gusmão, como forma de homenagear e solidarizar-se com a luta do povo de Timor-Leste. Esta proposta inseriu-se num conjunto de iniciativas que visam colocar a questão de Timor-Leste como uma das preocupações da União Europeia, de que é exemplo a inscrição no orçamento da União Europeia da possibilidade de apoio a organizações não governamentais que operassem neste território.

Multinacionais fora de controlo

A eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, defendeu na passada semana o reforço urgente da legislação europeia e dos Estados-membros para proteger os direitos dos trabalhadores, designadamente o seu emprego, e impedir que as multinacionais continuem a agir de forma arbitrária, só para conseguirem aumentar os seus lucros. A declaração de Ilda Figueiredo, feita a propósito da proposta de resolução sobre a estruturação de empresas, designadamente na Michelin, sublinha que a «reestruturação e deslocalização de empresas, designadamente de multinacionais, em toda a Europa, tem provocado dezenas de milhares de despedimentos, situação que é inaceitável e condenável pelas graves consequências económicas e sociais para os trabalhadores, a região e o país atingidos». Lembrando os casos como o da Michelin em França, da Renault, Grundig, Simens e Texas Instruments, entre outros, em Portugal, a eurodeputada considerou que deve ser dada «particular atenção à concessão de qualquer tipo de apoios a estas empresas, os quais devem sempre estar condicionados à manutenção do emprego, prevendo-se pesadas sanções e obrigando à restituição das verbas quando assim não acontecer». Por último, defendeu a tomada de medidas para «aumentar os direitos e as condições de intervenção dos comités de empresa europeus previstos na directiva 94/95, designadamente quanto ao direito à suspensão dos despedimentos».

EUA ameaçam tratado antinuclear

O Grupo de Esquerda Unitária Europeia apresentou na passada semana uma proposta de resolução em que condena o Senado americano por este se ter recusado a ratificar o Tratado de interdição dos ensaios nucleares. O Tratado foi concluído em 6 de Setembro de 1996 e proíbe qualquer explosão nuclear, militar ou civil, na atmosfera ou subterrânea, tendo sido subscrito por 154 países, embora apenas 26 o tenham posteriormente ratificado, dos quais duas potências nucleares. Ora, o tratado apenas poderá entrar em vigor se for ratificado por 44 Estados que dispõem de instalações nucleares, assumindo particular importância a posição dos Estados Unidos. A recusa do Senado americano é vista pelo Grupo da Esquerda Unitária como uma ameaça ao tratado já que pode encorajar ao reinício dos ensaios nucleares e aumentar os riscos de uma proliferação nuclear. O texto apela à União Europeia e aos Estados membros para que empreendam iniciativas no sentido de que os Estados Unidos, mas também a Rússia, a China e Israel ratifiquem o Tratado.

Pinho português pode ser embargado

A Comissão Europeia irá tomar uma decisão final, no próximo dia 15 de Novembro, sobre as restrições à comercialização do pinho português, alegando a necessidade de controlar a propagação da doença que afecta as árvores na região de Setúbal. Actualmente apenas a madeira da península de Setúbal tem de passar por um tratamento térmico para poder ser exportada, mas a proposta da Comissão prevê que esta medida seja alargada a todo o território nacional. Até ao momento, apenas a Finlândia já tomou medidas contra a importação de madeira de pinho portuguesa, mas caso a Comissão imponha novas restrições o sector poderá ter a sua viabilidade comprometida já que o tratamento exigido implica um acréscimo de custos na ordem dos 20 a 25 por cento. As principais afectadas seriam as pequenas e médias serrações espalhadas por todo o país que são responsáveis por entre 9 a 12 milhões de contos de madeira. A doença é provocada por um micro-insecto que infecta um outro de maior dimensão e que, por sua vez, deposita as suas larvas nos pinheiros selvagens. As larvas reproduzem-se em tão elevada quantidade que impedem a produção de resina pela árvore provocando-lhe em seguida a morte.

Acordo de pescas com Marrocos Frota pesqueira pode paralisar

O Acordo de Pescas entre a União Europeia e Marrocos termina no final deste mês e o arrastamento das negociações para a sua renovação poderá implicar a paralisação da frota provocando tensões e consideráveis custos sociais.

Os pescadores europeus, em especial portugueses e espanhóis, estão assim na iminência de perderem o acesso às águas marroquinas, tanto mais que o comissário Franz Fischler, mandatado para iniciar negociações com Rabat, só na passada sexta-feira propôs datas para o início das conversações (dias 8 e 9, ou 18 e 19, ou ainda 23 e 25 de Novembro).

Num declaração à imprensa, os deputados do PCP sublinham que «os acordos de pescas estabelecidos pela UE assumem importância relevante, não só para o abastecimento de pescado, mas também pelo número de postos de trabalho directos e indirectos que representam». Citando dados do instituto francês IFREMER, os comunistas portugueses adiantam que «os benefícios dos acordos de pescas, na sua globalidade, são três vezes superiores aos seus custos».

Em Portugal, actualmente o acordo representa a manutenção de cerca de 50 embarcações de pesca (na maioria artesanal e com menos de 12 metros), mais de 1500 postos de trabalho directos, uma produção no valor de quase sete milhões de contos e cerca de 11 por cento da produção de pescado no país.

Novas concessões são inaceitáveis

O atraso negocial deve-se sobretudo ao governo marroqui-

no que há muito afirma não pretender renovar o acordo. Para amenizar esta posição, o citado comissário europeu manifestou na passada semana estar disposto a fazer novas concessões agrícolas a Marrocos, correspondendo ao grande interesse deste país africano de aumentar as suas exportações agrícolas, sobretudo de tomate e laranja.

de económica por ambas as partes».

A propósito, o PCP recorda que logo em 1995 defendeu que «o acordo de pescas devia ser incluído no acordo geral de cooperação, devendo para além disso existir uma cláusula de condicionalidade entre um e outro».

Ao invés foram acordadas várias concessões comerciais permanentes no domínio agrícola, sobretudo ao nível das frutas e legumes, e na indústria conserveira, sem que simultaneamente se garantisse a continuação do acordo de pescas.

empresas mistas, a obrigação do desembarque do pescado nos portos do país, bem como mais concessões no domínio agrícola».

Na actual situação, o PCP considera que a Comissão Europeia deve tomar desde já medidas no sentido de «aactualizar e compensar os custos de uma previsível paralisação da frota comunitária», reclamando, por outro lado, que o Governo português faça «uma avaliação dos eventuais prejuízos económicos para o sector das pescas e para os sectores dele dependentes, nomeada-



Mais de 1500 postos de trabalho directos dependem da pesca nas águas marroquinas

Esta ideia é contrariada pelos deputados do PCP que recusam novas concessões no domínio agrícola, sustentando que o novo acordo deve ser inserido no acordo de cooperação, «melhorando e dando prioridade à manutenção de postos de trabalho no mar e em terra e ao aumento da activida-

Em consequência deste grave erro - como afirmou Joaquim Miranda no debate realizado quinta-feira da passada semana em Estrasburgo - Marrocos exige agora «mais marinheiros marroquinos nas embarcações comunitárias, o licenciamento de pesca restritamente conectado com novas

mente a indústria conserveira, em caso de paralisação».

Entretanto, o PE a aprovou a verba de 125 milhões de euros, proposta pela Comissão Europeia, como montante inicial a oferecer a Marrocos pela renovação do acordo de pescas entre a União Europeia e Rabat.

Orçamento 2000

Timor recebe sinal positivo

O Parlamento Europeu aprovou uma verba de 30 milhões de euros (seis milhões de contos) para ajuda à reconstrução de Timor-Leste, um montante que apesar de insuficiente, foi considerado pelos deputados portugueses como um importante sinal político de apoio do PE ao território.

Joaquim Miranda, na intervenção que fez no debate sobre o Orçamento 2000, registou com agrado o facto de Timor constituir uma das prioridades do documento, congratulando-se com a aceitação da nova alínea específica, que foi proposta e aprovada em sede da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação, à qual preside.

Contudo, fez questão de sublinhar que a verba proposta é insuficiente, interpretando-a como «uma mera base de parti-

da para um montante definitivo a estabelecer num futuro próximo e no quadro da conferência de dados que está em marcha e em que a União Europeia participa». Da mesma forma, disse o eurodeputado do PCP, «só entendemos a inscrição desta linha numa perspectiva plurianual a considerar igualmente num quadro internacional».

Por outro lado, adiantou que «uma missão do Banco Mundial já está em Timor para fazer uma avaliação da situação, pelo que é possível que até ao final do processo de aprovação orçamental já haja dados mais concretos e alteração das verbas agora aprovadas».

Sérias apreensões

Ainda no mesmo debate, Joaquim Miranda afirmou que

o Orçamento em análise «vem confirmar e reforçar sérias apreensões» já manifestadas por ocasião dos debates sobre a Agenda 2000 e o Acordo Interinstitucional que a acompanha.

Concretamente, é apontada como «nota mais saliente deste orçamento» a «manifestação insuficiência de verbas para fazer face a determinados objectivos», em particular na categoria quatro relativa à política externa e cooperação.

A este propósito o deputado manifestou «um profundo desacordo com os cortes horizontais e indiscriminados do Conselho», afirmando-se de acordo com a estratégia proposta no relatório do eurodeputado Bourlanges que aponta para «uma revisão das perspectivas financeiras, de forma a

dar resposta a novas prioridades [nomeadamente a reconstrução de Timor], sem que com isso sejam afectados objectivos anteriores».

Esta foi de resto a orientação aprovada pelo parlamento Europeu que assim se opôs à intenção da Comissão de financiar os novos projectos de apoio a Timor, Kosovo, Turquia e acordo de pescas com Marrocos com verbas a retirar de outras rubricas, optando por aumentar as verbas.

Agora é a vez de o Conselho e Comissão se pronunciarem sobre a leitura aprovada no Parlamento Europeu, regressando depois o projecto ao hemiciclo de Estrasburgo que, em Dezembro, fará nova leitura e emitirá a sua posição final sobre o documento que orientará financeiramente a União no próximo ano.

EUA apoiam oposição iraquiana

Trezentos delegados da «oposição» iraquiana reuniram-se em congresso em Nova Iorque, de 30 de Outubro a 1 de Novembro, sob o beneplácito dos EUA, de quem receberam a promessa de apoio aos seus esforços para derrubar o regime de Saddam Hussein. A promessa foi feita por Thomas Pickering, subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos, que prometeu «protecção e ajuda aos grupos de oposição iraquianos que lutam por uma mudança de poder». Ausentes do congresso estiveram importantes formações da oposição, nomeadamente xiitas, instaladas no Irão, que não quiseram deslocar-se a Nova Iorque. No final dos trabalhos, a nova liderança da oposição prometeu manter uma linha independente de Washington e trabalhar para unir as facções que tentam derrubar Saddam Hussein.

Campanha de educação em Moçambique

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral de Moçambique (STAE) lançou no início da semana uma campanha nacional de educação cívica para a votação nas segundas eleições gerais e multipartidárias do país, a 3 e 4 de Dezembro. A iniciativa vai decorrer a par da campanha eleitoral em curso, até 30 de Novembro, envolvendo cerca de 1200 agentes e a utilização dos meios de comunicação social, unidades móveis, comunicação interpessoal, centros de informação e distribuição de materiais educativos. A segunda fase da campanha visa informar e esclarecer os eleitores sobre os seus direitos e deveres fundamentais relativos ao sufrágio, explicar o funcionamento dos órgãos eleitorais e apelar à participação no acto eleitoral.

Israel testa míssil

Israel testou segunda-feira, com sucesso, o míssil anti-míssil Hetz (Flecha, em hebraico), anunciou a Rádio Israel. O ensaio, não confirmado pelo Ministério da Defesa de Telavive, constituiu um avanço significativo no projecto de desenvolvimento da nova arma, orçado em 2000 milhões de dólares, financiado em grande parte pelos Estados Unidos. O Hetz deverá ser incluído numa rede de baterias de mísseis anti-míssil, baptizada Homa (muralha), para defesa do território israelita contra eventuais ataques, mas também será posto à venda. Israel expôs pela primeira vez um modelo do míssil Hetz este ano no Salão Aeronáutico do Bourget, em França.

Angola Regresso da ONU para acção humanitária

O governo angolano aceita a abertura de um Gabinete das Nações Unidas em Angola (BUNUA), mas exige que a respectiva actividade se limite à assistência humanitária e à situação de Direitos Humanos, foi anunciado segunda-feira em Luanda.

A decisão, comunicada por carta enviada ao presidente do Conselho de Segurança pelo ministro das Relações Exteriores angolano, João Miranda, surge na sequência da adopção, a 15 de Outubro, da resolução 1268, em que o Conselho de Segurança aprovou a criação de um gabinete de cerca de 30 pessoas para Angola. De acordo com a resolução, o gabinete deve, nomeadamente, «procurar encontrar medidas eficazes que permitam o restabelecimento da paz».

Pelo seu lado, Luanda pretende que a acção da ONU se limite à ajuda humanitária às centenas de milhar de refugiados que fugiram das zonas de guerra, que opõe as forças governamentais à UNITA, deixando às autoridades angolanas a condução do processo para pôr termo ao conflito reactivado em Novembro de 1998. Esta atitude prende-se com o facto de Luanda considerar que a ONU, cuja anterior missão foi encerrada em

finais de Fevereiro, falhou o objectivo de fazer aplicar os acordos de paz. Segundo o governo angolano, os cerca de mil 'capacetes azuis' então estacionados no país nada fizeram para obrigar a UNITA a respeitar os compromissos assumidos, o que permitiu ao movimento de Jonas Savimbi manter e renovar o seu arsenal bélico para prosseguir a guerra.

Segundo o Programa Alimentar Mundial (PAM), cerca de 1,1 milhões de angolanos necessitam da ajuda de urgência.

Forças da UNITA em fuga

O Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA) lançou entretanto um apelo de rendição às forças armadas da UNITA em todo o território angolano.

Segundo uma notícia divulgada a semana passada pelo "Jornal

de Angola", que cita fonte militar, os oficiais e soldados da UNITA deverão depor as armas e apresentar-se às unidades do exército governamental que estão a repor a administração do Estado nas zonas do país antes controladas pela UNITA.

A fonte militar, contactada em Catumbela, principal base aérea do exército governamental angolano, garantiu o respeito pela vida de todos os oficiais e soldados que se entreguem voluntariamente nas frentes de combate.

De acordo com o Estado Maior-General das FAA, as principais forças militares da UNITA foram destroçadas no centro do país e o exército nacional leva agora a cabo uma "feroz" perseguição aos chefes militares e ao que resta das hostes das tropas de Jonas Savimbi.

De acordo com informações da Lusa, as autoridades governamentais angolanas alertaram sexta-feira passada a polícia fronteiriça da República Democrática do Congo para o facto de mercenários baniamulengues ao serviço da UNITA nos combates no interior de Angola estarem a abandonar algumas localidades do território angolano, devido aos últimos avanços das FAA no planalto central, sobretudo com a

O número de refugiados angolanos que fogem da guerra continua a aumentar



retomada dos municípios do Andulo e Bailundo.

Em consequência, a polícia fronteiriça da República Democrática do Congo reforçou a fiscalização de entradas no país a partir de Angola, refere a Lusa citando uma fonte religiosa.

A fonte precisou que estes congoleses se movimentam a partir de áreas controladas pela UNITA junto à fronteira com a província do Uige, onde se estará a registar um "êxodo" populacional notório desde a semana passada, tendo 300 pessoas procedentes de Maquela do Zombo penetrado já para o interior do território congolês.

A fonte eclesiástica referiu ainda que cidadãos congoleses idos de Angola estão a concentrar-se na localidade de Quipango (RD Congo), onde são investigados pela polícia local.

Entretanto, nas duas últimas semanas, várias dezenas de angolanos afluíram a Kisenge, na República Democrática do Congo. Estes refugiados afirmam ter sido expulsos das suas casas e utilizados como escudos humanos pela UNITA, em retirada devido aos bombardeamentos das forças governamentais, salientando terem sido obrigados a fugir de noite.

Aumentam os refugiados

Um porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), informou por seu lado que mais de 1500 angolanos fugiram de Angola em direcção à Zâmbia, desde 8 de Outubro, devido aos combates entre as forças governamentais e da UNITA na província do Maxico, no Leste de Angola.

O ACNUR enviou colunas humanitárias, com comida e tendas, para três localidades zambianas junto à fronteira com Angola, onde se concentram os refugiados: Chavuma, Zambezi e Kalabo. A maior parte dos refugiados chega à Zâmbia enfraquecida depois de uma marcha de vários dias e «angustiada» pela situação existente no seu país, refere o pessoal da ONU.

De acordo com os números do ACNUR, no último ano, em média, uma centena de refugiados angolanos passou mensalmente a fronteira para a Zâmbia. As estimativas do ACNUR apontam para a existência de mais de 150 mil refugiados angolanos na Zâmbia, nos campos de Meheba e Mayukwayukwa e zonas fronteiriças.

Indonésia

Wahid procura pacificação interna

Milhares de pessoas exigiram anteontem em Aceh um referendo imediato sobre a independência daquela província indonésia, um dia depois de o presidente Abdurrahman Wahid ter afirmado não ser esta a altura para discutir o assunto.

No domingo, Wahid encetou negociações em Jacarta com os independentistas de Aceh numa tentativa de pacificar a região, situada no norte da ilha de Sumatra, onde desde há uma década se trava uma luta pela independência que já fez mais de 2000 mortos e 150 000 refugiados.

Segundo o Procurador-Geral da República, Marzuki Darusman, o governo do presidente Abdurrahman Wahid está disposto a escutar as reivindicações do movimento separatista Aceh Merdeka (Aceh Livre), cuja principal exigência imediata é a retirada das tropas indonésias de Aceh.

O presidente indonésio considera que esta não é a altura para pensar num referendo sobre uma eventual alteração do estatuto da região. No entanto, na segunda-feira, num gesto de boa vontade, Wahid ordenou que todas as unidades militares destacadas em Aceh regressassem a Jacarta. O gesto presidencial ficou ensombrado pelo facto de, no mesmo dia, centenas de soldados terem atacado aldeias na região norte da província, em retaliação pela morte de um companheiro de armas. O comandante militar local confirmou o ataque, adiantando que 36 casas foram queimadas e 136 pessoas detidas.

«Foi difícil controlar os soldados, que estavam perturbados por terem descoberto que um dos seus colegas tinha sido morto a tiro pelos rebeldes», disse a mesma fonte, citada pela Lusa.

Segundo a Cruz Vermelha, pelo menos quatro pessoas foram feridas no ataque, incluindo dois

funcionários da organização que estava a prestar assistência aos feridos.

Em Java Oeste, por outro lado, registou-se terça-feira uma nova onda de violência inter-religiosa: cerca de 200 muçulmanos armados incendiaram uma igreja protestante, na aldeia de Depok, 35 quilómetros a sul de Jacarta.

À procura de investimentos

Para além das iniciativas de pacificação interna, o presidente indonésio está também preocupado em melhorar a imagem do país a nível externo e em recuperar a confiança dos investidores estrangeiros.

A Indonésia, que atravessa a sua pior crise económica das últimas três décadas, precisa urgentemente de ajuda económica e de investimento estrangeiro. Segundo analistas, mais de 40 000 milhões de dólares pertencentes à comunidade chinesa fugiram do país na sequência dos graves motins de Maio de 1998 que levaram à queda do presidente Suharto.

Neste contexto, Abdurrahman Wahid inicia sábado uma digressão de cinco dias aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com visitas a Singapura e Malásia. Wahid propõe-se visitar todos os países da ASEAN antes da cimeira da organização prevista para o final do mês em Manila. A digressão de Wahid inclui também visitas ao Camboja, Vietname, Filipinas e Brunei. As questões económicas ocupam um lugar de destaque na agenda do presidente indonésio, embora Wahid considere este périplo regional como visitas «informais», reservando para a China a sua primeira visita «oficial».

Panamá EUA entregam bases

Os EUA transferiram formalmente para o Panamá, na passada segunda-feira, as bases militares de Howard, Kobbe e Farfán, no âmbito do acordo assinado pelos presidentes Omar Torrijos e Jimmy Carter em 1977, que transferem a soberania do Canal do Panamá para este país em 31 de Dezembro de 1999.

Para a presidente panamiana, Mireya Moscoso, a transferência agora realizada é não só um sinal de respeito dos EUA pelo anseio do Panamá em alcançar a plena soberania nacional, mas também o começo de uma nova era das relações bilaterais entre os dois países.

Das dez bases militares, habitações e instalações industriais que os Estados Unidos ocupavam no Panamá falta apenas proceder à transferência do Forte Clayton, agendada para o próximo dia 30, que foi durante 85 anos a sede do Exército Sul do Pentágono, agora instalada no Porto Rico.

As diversas instalações vão ser recuperadas para actividades civis, incluindo transportes de mercadorias e unidades turísticas.

A presença militar norte-americana no Canal do Panamá, que durante a II Guerra Mundial chegou a ser de 50 000 homens, cessará formalmente ao meio dia local do dia 31 de Dezembro.

Uruguai Coligação de esquerda com vitória histórica

A coligação de esquerda Frente Ampla obteve 38,5 por cento dos votos na primeira volta das eleições presidenciais de domingo no Uruguai, o maior total já conseguido na história do país. A Frente conseguiu igualmente tornar-se a primeira força política parlamentar.

«Na América Latina está a produzir-se uma revolução cautelosa» - as palavras são de Tabaré Vázquez, vencedor da primeira volta das presidenciais no Uruguai, para quem o resultado deste escrutínio, a exemplo do que já sucedeu na Argentina e pode vir a suceder no Chile, abre caminho «à alternativa ao modelo neoliberal, [abre caminho] ao progresso», procurando uma saída para «uma situação que mergulhou a região na injustiça».

Segundo dados do Ministério do Interior, a coligação liderada por Tabaré Vázquez conquistou 854 170 votos, número recorde nunca antes alcançado (o ainda presidente Julio Maria Sanguinetti obteve 777 701 votos nas eleições de 1984, as primeiras após o fim do regime militar). Vázquez passa assim à segunda

volta, que se realizará no dia 28 de Novembro, tendo como adversário o representante do Partido Colorado - no poder - Jorge Battle.

Numa eleições que registaram uma elevadíssima participação - 92,33 por cento - a Frente Ampla tornou-se na primeira força política com 38,5 por cento, à frente do Partido Colorado (31,3 por cento), do Partido Nacional (21,2 por cento) e do Novo Espaço (4,3 por cento).

A Frente tornou-se também na maior força parlamentar. Na Câmara dos deputados, a coligação assegurou 40 lugares (tinha 31 na anterior legislatura), enquanto o Partido Colorado fica com os 32 que já detinha, o Partido Nacional fica com 23 (contra 31) e o Novo Espaço com quatro.

No Senado, a Frente terá 12

lugares (tinha nove), o Partido Colorado 10 (11), o Partido Nacional sete (10) e o Novo Espaço um lugar.

Um voto de mudança

A derrota do Partido Colorado, que neste século esteve 74 anos à frente do governo, era dada como certa em todas as sondagens realizadas antes do escrutínio. Numa tentativa de inverter os resultados, o Partido Colorado desenvolveu uma campanha particularmente violenta, capitaneada pelo próprio Presidente da República, Julio Maria Sanguinetti, alertando para «o perigo» de votar numa aliança de esquerda que abrange comunistas e ex-guerrilheiros tupamaros defensores, na sua óptica, de «ideias totalitárias».

Sanguinetti chegou mesmo ao ponto de afirmar, numa entrevista divulgada semanas antes do escrutínio, que «ser comunista era como ser nazi».

A campanha contra a Frente, em que *colorados* e *brancos* (do Partido Nacional) conjugaram



O candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez (à esquerda da foto) e Jorge Battle, do Partido Colorado, vão defrontar-se a 28 de Novembro na segunda volta das presidenciais no Uruguai

esforços, passou também pela agitação dos velhos fantasmas das alegadas consequências económicas de uma política de esquerda: desvalorização da moeda, subida em flecha da inflação, aumento do défice, recusa de pagamento da dívida externa, entre outras coisas.

As ameaças não surtiram efeito. O que teve eco no eleitorado, pelo contrário, foi a denúncia insistentemente repetida pela Frente da crise económica que abala o país e, sobretudo, das terríveis consequências sociais para a esmagadora maioria dos três milhões de habitantes do Uruguai da política neoliberal levada a cabo pelo governo de coligação *colorado* e *branco*. Para fazer face a esta situação a Frente propõe-se implementar um Plano de Emergência contra a pobreza e o desemprego, que no ano passado atingia mais de 10 por cento da população activa, em que investirá de imediato 300 milhões de dólares.

Simultaneamente, a Frente

não se poupou a esforços para tranquilizar a comunidade internacional e os investidores estrangeiros. «Não trazemos aventuras nem soluções mágicas», disse Tabaré Vázquez na noite de domingo, reafirmando que a coligação cumprirá todos os seus compromissos. Até à segunda volta, os esforços vão ser redobrados. Três delegações da Frente Ampla vão explicar o seu programa à União Europeia, em Bruxelas; ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington; e aos dirigentes latino-americanos do Mercosul. A mensagem é clara: «A nossa política económica será gradualista, excepto em duas áreas: a luta contra a corrupção e contra a pobreza», disse Vázquez.

A questão que agora se coloca é a de saber se, na segunda volta das presidenciais, Tabaré Vázquez conseguirá vencer a previsível concentração de votos dos partidos conservadores.

Ulster Negociações em Belfast

Sob a égide do mediador norte-americano George Mitchell, dirigentes protestantes e católicos da Irlanda do Norte reataram no início do mês, em Belfast, as negociações de paz para a região. «Pensamos agora que há possibilidades de que (estas discussões) sejam um êxito», afirmou um dos negociadores do Sinn Fein, Alex Maskey.

Em causa está a partilha do poder entre católicos e protestantes, que estes últimos fazem depender do desarmamento prévio do Exército Republicano Irlandês (IRA).

Os católicos rejeitam esta condição prévia, que não consta do acordo de paz assinado em Stormont, e reclamam uma sequência precisamente inversa: primeiro, a partilha do poder, depois, o desarmamento.

De salientar que ao subscreverem o compromisso histórico de Sexta-Feira Santa, há mais de 18 meses, contra o parecer da sua ala mais radical, os protestantes do partido de David Trimble aceitaram, tacitamente, remeter para mais tarde a questão do desarmamento do IRA.

No domingo, um dos negociadores protestantes, Ken Maginnis, considerou necessário «chegar-se a qualquer coisa que seja compreendida da mesma maneira por toda a gente».

«Qualquer que seja o tempo que isso demore a conseguir, valerá a pena», acrescentou.

As negociações em curso centram-se na busca de uma fórmula que permita articular a formação do governo e o desarmamento do IRA, sem que qualquer destes actos pareça, formalmente, preceder o outro.

Atacantes do parlamento arménio processados por terrorismo

Os cinco autores do ataque da semana passada ao parlamento arménio foram processados por «terrorismo» e «assassinio premeditado com circunstâncias agravantes», anunciou o Procurador-Geral da Arménia. Durante o ataque, levado a cabo por um comando armado chefiado por Nauri Unanian, antigo jornalista e ex-membro do partido nacionalista Dachnaksutiun, foram mortas oito pessoas, incluindo o primeiro-ministro, Vazgen Sarkissian, e o presidente da assembleia, Karen Demirtchuan.

Ao tiroteio seguiram-se prolongadas negociações, após o que o comando acabou por libertar as 41 pessoas que manteve reféns durante uma noite e render-se às autoridades. Os acusados podem ser condenados à pena de morte.

Eleições na Macedónia

O candidato social-democrata à presidência da ex-república jugoslava da Macedónia, Tito Petkovski, declarou-se vencedor da primeira volta das eleições de domingo. «As eleições, com escassíssimas excepções, desenrolaram-se num clima democrático e honesto. Estou convencido de que ganharemos também a segunda volta», declarou Petkovski. O principal opositor de Petkovski, Boris Trajkovski, do Partido Revolucionário Macedónio, atribuiu a vantagem do seu adversário ao facto deste ter «jogado a cartada de uma posição anti-albanesa e anti-NATO», mas manifestou-se confiante em que «a situação se alterará na segunda volta», no próximo dia 14.

Geórgia quer entrar na NATO

O presidente da Geórgia, Eduard Shevardnadze, cujo partido, a «União dos Cidadãos», venceu as legislativas de domingo, declarou que aspira conseguir a entrada do país na NATO em 2005.

«A entrada na NATO é o nosso objectivo estratégico a longo prazo», disse Shevardnadze. A «União dos Cidadãos» da Geórgia deverá assegurar 225 dos 235 lugares do parlamento. De acordo com a Constituição do país, só têm representação parlamentar os partidos que ultrapassam a fasquia dos 7 por cento.

República Checa Comunistas à frente nas sondagens

A um mês do décimo aniversário da «Revolução de Veludo» e do fim da Checoslováquia, o Partido Comunista da República Checa (KSCM) lidera as sondagens sobre as intenções de votos com 23 por cento, um aumento de três por cento desde Setembro. Esta é a mais alta percentagem dos comunistas em sondagens de opinião e a primeira vez que alcançam o primeiro lugar.

Os democratas cívicos de Vaclav Havel (direita) posicionam-se em segundo lugar com 21 por cento, enquanto os sociais democratas do primeiro-ministro Milos Zeman têm 17,5 por cento. Outros dois partidos de direita, os cristãos democratas e a União da Liberdade, têm 12 e 11 por cento respectivamente.

A directora do Instituto de Investigação da Opinião Pública, responsável pela sondagem, anunciou que o KSCM ganhou eleitores aos sociais democratas e ao grupo dos indecisos e declarou

que os comunistas ganharam apoio especialmente entre os eleitores com o ensino secundário completo, mas profissionalmente considerados semi-especializados ou não especializados. Este grupo tem sido o mais afectado pelo desemprego desde 1989, bem como as mulheres e a etnia cigana. Actualmente esta percentagem é de nove por cento e tende a subir.

Nas eleições eleitorais do ano passado, o KSCM ficou com 11 por cento dos votos e 24 deputados num parlamento com um total de 200 lugares. Com os 23 por cento da pesquisa, os comunistas conseguiriam eleger 51 deputados.

O deputado do KSCM Miroslav Grebenicek não se mostrou surpreendido com o crescimento da influência do partido. «Os governos dos últimos dez anos devastaram a economia e destruíram o Estado e o povo procura uma solução», afirmou recentemente em declarações à imprensa.

Lituânia Crise no governo

Pela segunda vez em seis meses a Lituânia enfrenta uma crise governativa, com a demissão do primeiro-ministro, Rolandas Paksas, que a exemplo do seu antecessor, Gediminas Vagnorius, discorda do processo de privatização do monopólio petrolífero Mazeikiiai.

Rolandas Paksas, designado para chefiar o governo em Maio último, recusou-se a assinar um projecto, aprovado pelo Parlamento e apoiado por vários ministros, que concede à empresa norte-americana «Williams International Company» 51 por cento das acções da Mazeikiiai, a maior refinaria dos países balcânicos. De acordo com o projecto, e como passo prévio para a privatização, a Lituânia terá de disponibilizar 350 milhões de dóla-

res a título de compensação das perdas registadas pela sua empresa petrolífera.

«Não quero ser responsável pelas consequências desta decisão», afirmou Paksas ao apresentar a sua demissão no passado dia 27 de Outubro. Uma semana antes, também os ministros da Economia e das Finanças se demitiram por considerarem que o acordo com a Williams fará subir o já elevado défice público do país e tornar ainda mais difíceis as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a concessão de um novo empréstimo.

O presidente Adamkus, que encurtou uma visita ao Canadá devido à crise desencadeada por esta nova crise, aceitou de imediato a demissão de Paksas e nomeou um primeiro-ministro interino.



Comemorar o 7 de Novembro

Há 25 anos pela primeira vez em liberdade

Certamente que a Revolução de Outubro sempre se comemorou em Portugal, desde os seus primeiros aniversários. E das primeiras vezes em liberdade, mesmo antes da fundação do Partido Comunista Português que em 1921 teve lugar, sob a influência desse grande e extraordinário acontecimento que fica para sempre a marcar o nosso século. Operários e intelectuais certamente se reuniram no nosso país para celebrarem a data e, mais do que a data, o significado histórico que nos primeiros anos se adivinhava e se foi consolidando nos seus passos.

Uma revolução, aliás, não é uma data, nem um assalto a um Palácio de Inverno, mas todo um processo que tem, é certo, uma culminância e um momento que fica depois emblemático. No dia 25 de Outubro de 1917, pelo antigo calendário em vigor na Rússia, a que corresponde o dia 7 de Novembro, às 10 horas da manhã, Lênine escrevia a famosa mensagem Aos Cidadãos da Rússia, anunciando a passagem do poder do Estado para o Comité Militar Revolucionário do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado:

«A causa pela qual o povo lutou - a proposta imediata de uma paz democrática, a supressão da propriedade latifundiária da terra, o controlo operário sobre a produção, a criação de um Governo Soviético - esta causa está assegurada. Viva a Revolução dos operários, soldados e camponeses!»

Outros momentos houve antes e depois de lançada essa mensagem. Nesse dia, uma

convergência organizada de movimentos em que as grandes massas de operários e de soldados participaram tomando a iniciativa concluíram o processo insurreccional e abriram um novo caminho. Não apenas para a Rússia de então, mas para os povos oprimidos de todo o mundo.

Por isso, pelo significado que esta primeira revolução proletária encerra para os trabalhadores de todo o mundo, pela libertação que conquistou quebrando as cadeias milenares da exploração do homem pelo homem, pelos avanços económicos, sociais e culturais que fez ao longo de um caminho árduo e cercado de inimigos, pela bandeira de esperança que ergueu no planeta, o 7 de Novembro foi sempre comemorado nos cantos mais remotos da Terra. E continua a ser celebrado, apesar da derrota sofrida, recolhidas as experiências de vitórias e erros. A sua generosa contribuição para o progresso da humanidade não será esquecida.

Em Portugal, mesmo nos tempos do fascismo, longos de 48 anos, sempre, mesmo nas ocasiões mais difíceis, se comemorou a Grande Revolução de Outubro. Dizêmo-lo de memória transmitida e de experiência. Quantos magustos e são martininhos, em redor de um punhado de castanhas e de um copo, os trabalhadores deste país - os comunistas sempre e muitos outros que conosco lutaram e simpatizaram - não murmuraram palavras esperançosas lembrando Outubro e fazendo votos para que um dia os mesmos ideais que animaram um povo longínquo também aqui vencessem e conquistas sem a liberdade? Quantas vezes, nesses anos, cantaram baixinho a Internacional?

Há 25 anos, pela primeira vez em liberdade depois de quase meio século, a festa transbordou. E, num momento roubado às numerosas e exaltantes tarefas que aos comunistas eram cometidas - as de aprofundar e defender a Revolução democrática de Abril -, foram muitas as manifestações, por todo o País, que comemoraram o 7 de Novembro.

«Impossível nos é fazer aqui», escrevia-se no "Avante!" de então, «um balanço completo quanto possível das iniciativas que por esse País fora assinalaram o 57.º aniversário da Revolução de Outubro». E mais adiante: «Muito antes do dia 7 já as iniciativas se multiplicavam nos arredores de Lisboa, na província, já dezenas de sessões de esclarecimento, comícios, exposições fotográficas, etc., estavam em marcha.»

O nosso jornal não deixava de assinalar algumas das iniciativas de que tivera notícia, de Norte a Sul, destacando o grande comício do Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, no qual tomou a palavra o camarada José Magro, ou o espectáculo de danças e canções a que assistiu o então embaixador da URSS, camarada Kalinine.

Desde então, em liberdade, nunca os comunistas deixaram de assinalar a data. E de, nessas comemorações, encontrarem inspiração para as suas tarefas e lutas por um futuro mais justo e democrático.

Lénine



Setenta e cinco anos depois da sua morte e menos de uma década após a derrota da primeira grande tentativa de construção de uma sociedade socialista - tentativa de que ele foi o grande e lúcido organizador - o nome, o pensamento e a obra de Lênine continuam plenos de actualidade e no centro da vida social, política, intelectual da humanidade; continuam conosco - comunistas que nos orgulhamos de o ser neste complexo e difícil fim de milénio - integrando os nossos sonhos e dando força à nossa confiança no futuro; continuam com todos os que persistem em lutar pela libertação da humanidade da opressão e da exploração capitalistas e pela construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Figura maior deste século e principal continuador da obra de Marx, Lênine teve um papel singular no desenvolvimento criador da doutrina marxista de acordo com as novas condições históricas da sua época, elevou-a a um grau superior e novo e deu-lhe a expressão prática até aí inexistente - assim justificando que a teoria revolucionária da época do imperialismo e das revoluções proletárias tenha passado a designar-se por marxismo-leninismo. De tal forma que, como a experiência evidencia, todas as tentativas de separar Lênine de Marx, começando pela negação assumida do primeiro culminam inexoravelmente no abandono mal disfarçado do segundo. Foi nesse processo de desenvolvimento da teoria marxista que nasceu o partido de novo tipo, o partido comunista, com o seu projecto revolucionário de sociedade, com a sua estreita ligação às massas trabalhadoras e populares, com as suas específicas bases orgânicas, ideológicas, teóricas, de classe e do qual Lênine foi o principal inspirador.

A Revolução de Outubro e as suas conquistas históricas encontram-se indissolúvelmente ligadas ao pensamento e à acção de Lênine, tanto quanto a derrota dessa experiência decorre, em grande medida, de uma prática de afastamento e afrontamento desse pensamento e dessa acção. Lênine considerava que a participação das massas trabalhadoras na construção do socialismo constituía a condição indispensável para a vitória do socialismo. E acrescentava que a natureza profundamente democrática do socialismo se manifestava nessa realidade, no facto de serem os próprios trabalhadores a construírem a sua nova vida. O facto de estes ensinamentos básicos não terem sido levados em conta será, certamente, uma das causas fundamentais da derrota ulterior dessa experiência. É incontestável, no entanto, que as ideias de Lênine permanecem vivas e continuam a influenciar e impulsionar a luta, os anseios e as aspirações de milhões de pessoas. E que o seu exemplo de pensador criativo, não dogmático e profundamente revolucionário, continua a ser fonte de inspiração para os comunistas de todo o mundo.

Logo em 1974, e depois disso todos os anos, os comunistas e conosco muitos amigos comemoram a Grande Revolução de Outubro, em numerosas iniciativas e em todo o País. Na foto, o grande comício realizado em 1975, no Pavilhão dos Desportos, com a participação do camarada Álvaro Cunhal



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão
Política

Reforçar o Partido

AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS de 10 de Outubro encerram múltiplos significados, dos quais se destaca a importância a vários títulos, incluindo no plano ideológico, dos resultados obtidos pela CDU que representaram uma contrariedade ou mesmo um choque para todos aqueles que se preparavam mais uma vez, confundindo os seus desejos com as realidades, para festejar o enfraquecimento do PCP e dos seus aliados.

Ao longo dos anos foi isto que fizeram em torno de cada eleição em que houve insucesso eleitoral das coligações que o PCP integrou, dramatizando situações, procurando criar a ideia de que a força de um partido se mede apenas pela expressão eleitoral ou institucional que teve num dado momento.

A força de um partido comunista avalia-se pela sua expressão eleitoral e pela sua representação institucional, pelo que isso traduz de influência e de possibilidades de intervenção, mas avalia-se por muitos outros aspectos, vários deles decisivos, incluindo para a própria expressão eleitoral. Entre esses aspectos decisivos contam-se o nível da sua organização, a sua influência e capacidade de mobilização, as suas raízes na classe operária, nos trabalhadores, na juventude, no povo, a relação de confiança que tem com a sua base de apoio, a influência nos movimentos sociais, os seus princípios de funcionamento, a afirmação convicta do ideal comunista.

Tudo isto define a força de um partido comunista que será tanto mais forte quanto mais se fortaleçam estas características. Estes são elementos que é bom ter presente num momento em que se alcança um resultado eleitoral positivo, para que se valorizem experiências e para que se vençam insuficiências em vários dos aspectos referidos, ao mesmo tempo que justamente sublinhamos a importância do resultado eleitoral obtido que obriga os profetas do declínio irreversível do PCP a meter a viola no saco, ou a mudar de estratégia.

Um outro aspecto a ter presente na avaliação de eleições, para um partido como o PCP, para a sua luta e intervenção futura, é que a importância de alcançar bons resultados eleitorais se acrescenta o objectivo de conseguir que esses resultados não sejam apenas um elemento circunstancial fruto de uma dada conjuntura, mas que traduzam uma relação de confiança com reflexos numa influência duradoura.

Ao longo dos últimos vinte cinco anos, apareceram na vida política nacional dezenas de formações políticas, algumas das quais conseguiram fulgurantes sucessos eleitorais atingindo mesmo representação parlamentar. Formações políticas que foram dadas como exemplo de intervenção para o sucesso político e eleitoral, mas rapidamente se esfumaram, e o PCP cá está continuando o seu combate, exactamente porque, tendo em conta a especificidade de cada acto eleitoral, perspectivou sempre a sua interven-

determinada e convicta para reforçar o Partido em todos os planos, designadamente ampliando os resultados eleitorais e alicerçando-os numa relação de confiança profunda que seja dificilmente abalável.

Um dos elementos essenciais deste reforço do PCP está no reforço das suas raízes na classe operária, nos trabalhadores, mas também em outras camadas sociais, nos agricultores, nos intelectuais, na juventude, nos pequenos e médios empresários. Um partido que não vê os trabalhadores com a perspectiva redutora de uma massa a que vai buscar votos, que não se afirma apenas como uma instância a que eles recorrem num momento de dificuldade e que por isso devem apoiar, mas que se assume como o seu partido, a expressão política da sua força organizada e que assume essa identidade, essa natureza de classe, em todos os aspectos da sua intervenção.

Este é um elemento essencial para o futuro, um futuro que exige e possibilita um real reforço do Partido, num momento em que existem factores favoráveis, mas em que inimigos e detractores não desistem. Eles não querem, nem toleram a existência de um partido com as características e o papel do Partido Comunista Português.

O PS com a sua política ao serviço do grande capital gos-

nhas políticas de que se destacam as acções junto dos trabalhadores. São consequência de toda uma intervenção e enraizamento que se reflectiu nas eleições mas que se projecta para além delas.

É assim de enorme importância perspectivar uma acção

uma vez as transformações que na sua opinião o PCP deveria empreender para se tornar um partido "útil" — útil para o PS, naturalmente...

Dizia: «Há que criar condições, e isso depende mais deles, para que a prazo, o PCP seja integrável nas soluções governativas do país. Se o PCP alterar as suas posições em duas ou três matérias, nomeadamente em relação à economia de mercado e à participação de Portugal na União Europeia, isso é possível», e acrescentava «Um PCP mais aberto, que compreenda e se adapte melhor às realidades do nosso tempo, sem prejuízo de continuar a ser uma voz mais crítica à esquerda do PS, pode ser útil numa solução governativa».

O que querem está à vista

Não pode estar em causa a posição do PCP sobre as questões europeias, posição sobejamente conhecida de defesa de uma Europa de cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos. Não pode estar em causa a posição do PCP sobre o papel do mercado na econo-

mia, sobejamente desenvolvida no seu programa incluindo no projecto de uma sociedade socialista. Não pode estar em causa a preocupação do PCP em compreender melhor e mais profundamente as realidades do nosso tempo, em particular as características do capitalismo na actualidade que confirmam a sua natureza exploradora e agressiva, para dar a resposta eficaz para a sua substituição por uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão.

O que está afinal em causa é o desejo, a vaga esperança, o conselho «amigo», para que o PCP abdique da defesa dos interesses nacionais e se renda ao actual rumo da União Europeia, para que aceite o poder dos grupos económicos e financeiros e se integre na gestão dos seus interesses, para que compreenda, se adapte e se insira na

defesa do capitalismo e da inevitabilidade do seu domínio e assim, como uma voz que critique o acessório e deixe de tocar no essencial, se governamentalize, se torne útil ao PS e se abra à sua política.

Desenganem-se! Rejeitando a agressividade ou os cantos de sereia, o PCP continua a ser e será por vontade e intervenção dos seus militantes, o Partido Comunista Português. Um partido que existe para ser útil aos trabalhadores, ao povo e ao país, na luta pela defesa dos seus interesses. Um partido que responde aos problemas do mundo de hoje sublinhando a sua diferença, cujo reforço passa pela afirmação da sua natureza de classe como partido da classe operária

É de enorme importância perspectivar uma acção determinada e convicta para reforçar o Partido em todos os planos, designadamente ampliando os resultados eleitorais e alicerçando-os numa relação de confiança profunda que seja dificilmente abalável.

taria de ter um PCP dócil, adaptado aos interesses dominantes, sujeito ao poder dos grupos económicos e financeiros. Isso mesmo transparece nas declarações de um seu alto responsável, que em recente entrevista a um semanário, explicitou uma autêntica agenda do PS para o PCP, pretendendo definir mais



ção para além das circunstâncias de cada um deles.

Aliás os resultados positivos agora alcançados além da campanha eleitoral e da intervenção militante que nela tiveram milhares e milhares de militantes comunistas e de outros seus aliados na CDU, foram construídos ao longo dos anos, no esclarecimento, na mobilização e na luta contra a política de direita do Governo PS, nomeadamente em torno do pacote laboral, na acção e iniciativa política do PCP nas instituições e fora delas, em grandes campa-



de e de todos os trabalhadores, do seu estilo e princípios de funcionamento e da sua identidade comunista. Um partido que é preciso fortalecer, que está nas nossas mãos defender, desenvolver e projectar para o futuro, como grande partido comunista indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para o povo português, para Portugal no novo século em que estamos prestes a entrar.

Eles não desistem Nós também não!

Aproveitemos as condições criadas pelos resultados eleitorais, a satisfação, o ânimo, para com um novo dinamismo reforçar o Partido, vencer dificuldades e eliminar insuficiências, fortalecer a organização, intensificar a acção política, alargar o apoio à luta por uma política e uma alternativa de esquerda, enfim, para a afirmação do nosso ideal e projecto comunista, o ideal e projecto da liberdade, da democracia, do socialismo.

José Genoio,
deputado federal brasileiro

O fracasso das reformas

Agora já não são apenas o discurso da oposição, mas também a criteriosa análise do Banco Mundial e de organismos técnicos da ONU que dizem que as reformas neoliberais fracassaram no Brasil e nos países em desenvolvimento. O relatório de Setembro do Banco Mundial (BM) mostra que, na década de 90, enquanto o Brasil e outros países aderiram às reformas neoliberais abrindo as suas economias, diminuindo o papel do Estado e permitindo uma descontrolada entrada de capitais financeiros, os países mais ricos tenderam a adoptar medidas proteccionistas nas suas economias. A consequência desse processo foi o aprofundamento do abismo que separa os países ricos dos países pobres, que se traduz no empobrecimento da maior parte dos habitantes destes últimos.

Na prática, nos países ricos protege-se o emprego e os sectores industriais, comerciais e de serviços. No Brasil e nos países pobres, a abertura significou a privatização de indústrias, de sectores comerciais, de prestadores de serviços, bem como desemprego. A abertura comercial do Brasil, promovida pelos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique, produziu exactamente os efeitos descritos pelo BM.

Hoje um bilião e quinhentos milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia. Em 1987, era um bilião e duzentos milhões. O BM afirma que a pobreza tende a aumentar nos próximos anos, enquanto um relatório da ONU divulgado em Setembro mostra que, pela primeira vez na década de 90, no ano passado os países pobres cresceram menos do que os países ricos, facto que confirma a tendência de distanciamento entre os dois grupos. Na América Latina, o Brasil, juntamente com o Paraguai, tem a pior distribuição do rendimento.

Quanto ao nível de escolaridade, o Brasil ocupa a terceira pior posição: está à frente apenas do México e de El Salvador. Como no mundo de hoje o conhecimento é um dos principais factores para o desenvolvimento económico e social, este dado deve deixar todos os brasileiros preocupados. No Brasil, para cada ano de estudo dos 10 por cento mais pobres da população, os 10 por cento mais ricos têm 5,3 anos. Na Argentina, essa mesma relação está de um ano para 1,9 ano de estudo.

Assim, enquanto na Argentina e em outros países se tende para uma maior igualdade de condições entre todos e a um maior potencial futuro de crescimento, no Brasil a tendência é inversa: um aprofundamento da desigualdade e um menor potencial de crescimento. Além de perdermos a corrida no mundo, corremos o risco de perder a corrida até mesmo na América Latina.

Proteger sectores não competitivos

Outro dado revelador do efeito das reformas neoliberais no Brasil e na América Latina diz respeito ao crescimento económico. De 1965 a 1980, a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na região foi de seis por cento ao ano. Na década de 90, sob a égide das reformas, a taxa é bem menor. Veja-se o caso do desempenho do PIB no Brasil: em 1991 foi de 0,4 por cento; em 1992 de menos 1,2; em 1993 de 5,3; em 1994 de 5,8; em 1995 de 4,1; em 1996 de 3,1; em 1997 de 3,8; e em 1998 de menos 0,1.

O desempenho económico da América Latina fica muito abaixo do desempenho do Sudeste Asiático e foi medíocre em termos de redução de pobreza. Aliás, o Banco Mundial adverte que crescimento económico e o melhoramento do rendimento médio não significam necessariamente a diminuição de pobreza, já que existem efeitos terrivelmente concentradores, especialmente no Brasil.

O fracasso da abertura económica e das reformas neoliberais dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique não pode autorizar a esquerda a sustentar a posição de que reformas e mudanças não são necessárias. Nós, que somos críticos do estatismo autárquico, devemos propor reformas noutra sentida. Quanto à abertura económica, defendemos que deveria ter sido feita de forma diferente: proteger sectores sem condições de competição estabelecendo prazos e metas para se modernizarem; não permitir a abertura em determinadas áreas do comércio e serviços; e promover a abertura nos sectores com capacidade de competição internacional.

Ainda na área económica, estudos de especialistas revelam que os países que se desenvolveram nas últimas décadas orientaram as suas economias para a exportação. No Brasil, a economia foi orientada para a importação. Mas não basta exportar produtos primários com baixos preços internacionais. Os países que crescem exportam produtos com alto valor acrescentado, produtos industrializados.

Mudanças climáticas O comércio dos direitos de poluir ou a hipocrisia dos países ricos

Termina hoje, em Bona, a V Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, depois de 11 dias de discussão que envolveu mais de cinco mil delegados de 160 países. O objectivo principal era debater a aplicação do protocolo de Quioto, adoptado em 1997 e ainda não aplicado. Poucos resultados se esperavam desta cimeira, encarada apenas como uma iniciativa preparatória da próxima conferência, com realização prevista para o Outono de 2000 em Haia. Prevê-se que essa conferência seja tão importante como a de Quioto. No entanto, Michael Zammit Cutajar, secretário da convenção do Rio, afirmou já que esta deverá ser adiada para a Primavera de 2001, de forma a evitar qualquer «infeliz coincidência» com as eleições presidenciais nos EUA.

O protocolo de Quioto, adoptado em Dezembro de 1997 no quadro da Convenção do Rio sobre as mudanças climáticas realizado em 1992, obriga «teoricamente» os 159 países presentes na cimeira a reduzir uma média de cinco por cento nas emissões de gás carbónico e de cinco outros gases responsáveis pelo aquecimento do planeta. O ano de referência é 1990 e os primeiros resultados deverão aparecer entre 2008 e 2010. Na prática, este empenhamento não envolve mais do que 38 países industrializados, estando por agora os países em desenvolvimento excluídos de qualquer obrigação no que respeita às emissões de gases.

O protocolo prevê reduções diferenciadas entre vários países (sete por cento para os EUA, seis por cento para o Japão, zero por cento para a Rússia e oito por cento para a União Europeia). No entanto, estas reduções podem ser contornadas por «mecanismos» de flexibilidade. Concretamente, países poluentes e menos poluentes podem trocar excedentes e déficits de emissão no mercado mundial de dióxido de carbono criado em Quioto. Resta saber se essas trocas devem ser ou não limitadas. Os europeus defendem que se devem fixar nos 50 por cento, enquanto os norte-americanos consideram que não deve haver um montante para essas trocas.

Considerado como o tratado mais ambicioso em matéria de ambiente, o protocolo de Quioto foi assinado apenas por 84 países, entre os quais a Rússia, que esperou pelo último dia para o subscrever. Ainda mais inquietante é o facto de só 15 países terem ratificado o texto, a maioria pequenos Estados ameaçados directamente pelo aquecimento. Para que o acordo entre em vigor é necessário que pelo menos 55 países

o ratifiquem, o que corresponde a cerca de 55 por cento das emissões de gases de efeito de estufa atribuíveis aos países desenvolvidos.

Para a Rede Mundial de Acção Climática, plataforma de 281 associações entre as quais o Greenpeace e a WWF, os atrasos nas negociações não se devem unicamente às discussões sobre os pormenores das medidas de Quioto. «Vários países ricos como os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e algumas nações europeias exploram as mínimas falhas para evitarem eles mesmos passar à acção», afirmou em Junho

um representante das associações, Eduardo Sanhueza. «São os países que criaram o problema do efeito de estufa que agora menos se esforçam na redução das emissões, ao mesmo tempo que tentam colocar a responsabilidade nos países em desenvolvimento», acrescenta.

Ricos e pobres

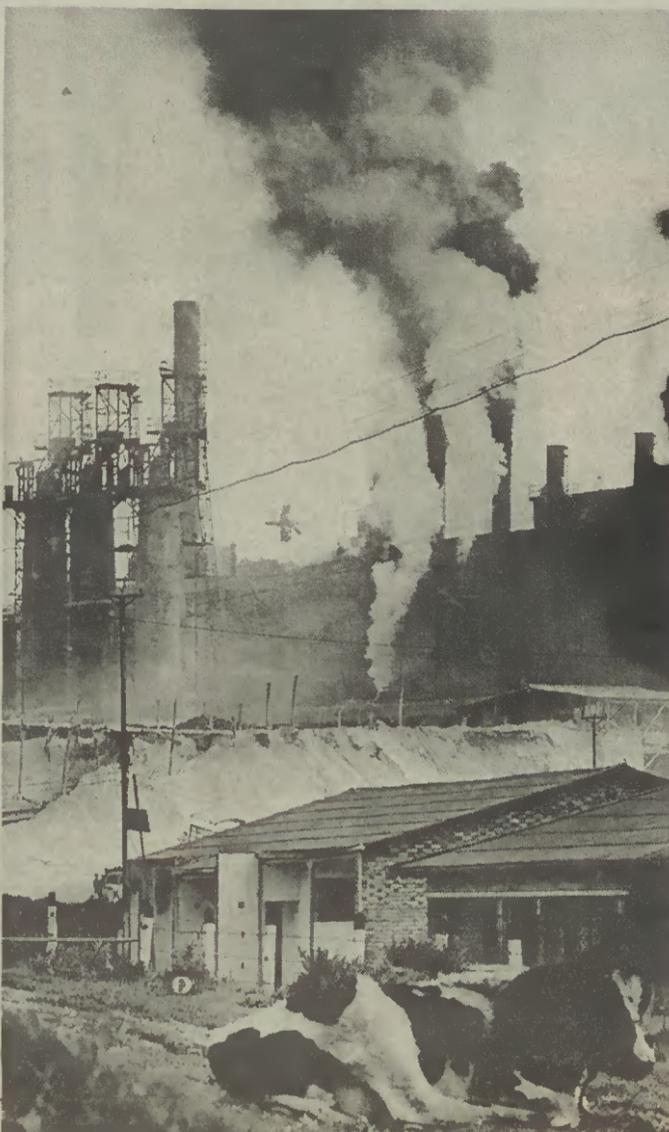
A polémica assenta essencialmente em dois aspectos do protocolo: o futuro mercado mundial de dióxido de carbono e as sanções financeiras aplicáveis aos países que violem os compromissos assumidos.

O governo dos Estados Unidos, pressionado pelos lobbies industriais e particularmente petrolíferos, opõem-se fortemente a estas penalizações, defendendo uma concepção liberal, mesmo comercial, deste mercado do dióxido de carbono, que lhes permitiria comprar «licenças para poluir», evitando desta forma tomar quaisquer medidas restritivas contra o todo poderoso e todo poluente automóvel. Actualmente, os EUA são responsáveis por 30 por cento do total das emissões mundiais de gases responsáveis pelo efeito de estufa. Os valores não param de crescer, tendo aumentado 10,8 por cento desde 1990, pondo de facto em causa o compromisso assumido há dois anos de baixar em sete por cento.

Os europeus, por seu lado, estão unidos nestas negociações de Bona, defendendo a ideia de que sem medidas restritivas nacionais os objectivos de Quioto não poderão ser respeitados. Um grupo *ad hoc* será criado com o objectivo de construir um verdadeiro «direito internacional do efeito de estufa», apoiado em medidas de controlo e sanções.

Outro ponto de desacordo entre europeus e americanos é o envolvimento dos países em vias de desenvolvimento no controlo das emissões poluentes. Se todos reconhecem que é impossível deixar sem resposta a questão da forma de associação dos países em desenvolvimento nas negociações, falta ainda chegar a um entendimento sobre os principais objectivos. Para os europeus, os países industrializados devem primeiro dar o exemplo antes de exigir políticas de crescimento ecológicas aos países em desenvolvimento. Os americanos, pelo contrário, exigem que estes países se empenhem desde já na redução quantificada das suas emissões.

Apesar de no passado terem estado solidários com a luta contra o efeito de estufa, os países do terceiro mundo não mantêm hoje a mesma homogeneidade. Alguns, como a Coreia, a Argentina e o México, dizem-se prontos a adoptar este tipo de política, enquanto outros prometem fazê-lo, mas só depois dos países ricos. Outros ainda, liderados pela China, opõem-se a qualquer envolvimento. Os países da OPEP, à frente dos quais surge a Arábia Saudita, constituem outro grupo, tendo como objectivo impedir a entrada em vigor do protocolo de Quioto.



Prossegue o trabalho preparatório

Faltam cinco semanas para o Congresso da CGTP



Com a participação prevista de um milhar de delegados de todo o País, vai ter lugar no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL, na Junqueira), nos dias 10 e 11 de Dezembro, o 9.º Congresso da CGTP-IN. Um dos principais documentos que está em discussão neste período preparatório e que vai ser colocado à apreciação do Congresso é o Programa de Acção, de cujo projecto divulgamos mais alguns excertos nestas páginas (com fotos de Sérgio Moraes, na manifestação nacional de 25 de Março de 1999, em Lisboa, contra o pacote laboral).

De acordo com o Regulamento aprovado pelo Conselho Nacional da Inter, o congresso é constituído pelos sindicatos filiados. Os não filiados participam no Congresso, a convite do Conselho Nacional, em igualdade, excepto no que respeita à votação dos Estatutos, Regulamento de Funcionamento e Regulamento Eleitoral.

Os delegados são eleitos pelos sindicatos, por consulta directa aos trabalhadores e aos delegados sindicais, ou por eleição no seio dos órgãos dirigentes, procurando assegurar a representação dos corpos gerentes do sindicato; das empresas, de acordo com o número de trabalhadores sindicalizados e sua importância no sector; dos trabalhadores em geral inscritos no sindicato, tendo em conta a implantação e o seu âmbito geográfico; dos diferentes grupos sócio-profissionais e correntes de opinião; das mulheres, dos jovens e também dos reformados, quando estes estejam organizados no sindicato e gozem de plenos direitos estatutários.

As uniões e federações participam no congresso com direito a voto, cabendo a sua representação aos respectivos órgãos de direcção. O Conselho Nacional da CGTP decidirá o número de delegados a atribuir a cada uma. A Interjovem e a Inter-Reformados participam no Congresso, com direito a voto, cabendo a cada uma dois delegados.

A inscrição dos delegados decorre até quinze dias antes da data do início do Congresso. No início dos trabalhos, o Conselho Nacional divulgará a lista dos sindicatos inscritos, que pode ser objecto de reclamações dirigidas à Mesa do Congresso.

O objectivo da coesão e motivos de apreensão

«A CGTP-IN considera que a extensão e aprofundamento do conceito de coesão económica e social é elemento importante para a promoção de desenvolvimento do país e para o êxito da concretização da ideia da construção europeia.

«A coesão económica e social deverá ser obtida através de uma política global que assegure o desenvolvimento económico, dando prioridade ao emprego, garantindo os direitos dos trabalhadores e visando a aproximação progressiva dos níveis de desenvolvimento e das condições de vida dos Estados-membros.

«É dentro desta linha de ideias que a CGTP-IN olha com apreensão alguns discursos e linhas correctoras desta orientação, como as que parecem decorrer do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, onde prevalece o critério da convergência nominal ao da convergência das condições de vida e de desenvolvimento.»

Os Fundos no fundo...

«Portugal é o país da União Europeia em que os fundos estruturais representam uma maior percentagem do produto.

«Contudo, o balanço que hoje se pode fazer da execução de dois quadros comunitários de apoio levanta, concluir pela sua deficiente utilização.

«Se, por um lado, contribuíram para esbater o fosso entre Portugal e os países mais desenvolvidos da Europa, ao nível interno, por outro, contribuíram para agravar as desigualdades regionais.

«A modernização do aparelho produtivo tem sido feita com enormes sacrifícios sociais e sem garantias de hoje poderemos dispor de bases económicas que assegurem um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

«Ao nível da qualificação dos recursos humanos, foi dado um importante contributo na formação dos jovens que, contudo, não encontram respostas adequadas no mercado de trabalho. Mas quanto à recuperação do atraso estrutural ao nível da escolarização e qualificação dos trabalhadores adultos, quase tudo está ainda por fazer, apesar do volume significativo de meios financeiros disponibilizados.

«Não temos dúvidas em afirmar que esta apreciação crítica resulta, em grande parte, da forma autista como os sucessivos governos têm gerido os fundos estruturais.

«Agindo como se de uma quinta se tratasse, gerem

ao sabor de interesses *lobísticos* e de estratégias político-partidárias, e não de critérios de lógica e razoabilidade.

«Não é por isso de estranhar que, quer os governos de Cavaco Silva, quer o actual se escusem à efectiva participação dos parceiros económicos e sociais na definição das orientações globais e no permanente e eficaz acompanhamento da execução das medidas.»

Lições e reivindicações

«Tudo parece indicar que o 3.º Quadro Comunitário de Apoio

(2000-2006) será o último de que Portugal poderá dispor antes do(s) alargamento(s) da União Europeia a países da Europa Central e de Leste.

«Como tal, e como se refere no parecer do Conselho Económico e Social sobre a execução do QCA II em 1997, "as suas orientações fundamentais serão decisivas para se conseguir responder às alterações do enquadramento europeu e internacional - nomeadamente com a entrada em vigor do Euro -, para promover o desenvolvimento e a modernização da economia portuguesa, para reduzir as desigualdades e combater as principais carências sociais".

«Consciente desta situação e dentro da linha de acção que a tem norteado, a CGTP-IN reivindica, e continuará a exigir, participar com as suas propostas na definição das grandes linhas de desenvolvimento nacional, regional e local, e reclama do Governo que ponha em funcionamento um sistema adequado e transparente de acompanhamento e de avaliação do impacto e dos resultados da aplicação dos fundos, programa e iniciativas comunitárias.

Deste modo, a orientação sindical deverá ser norteada pelos seguintes princípios:

- reforço da coesão económica e social, através de mecanismos que contribuam para a convergência real das economias e para o desenvolvimento dos países e das regiões periféricas, com reconhecimento do carácter específico da economia portuguesa;

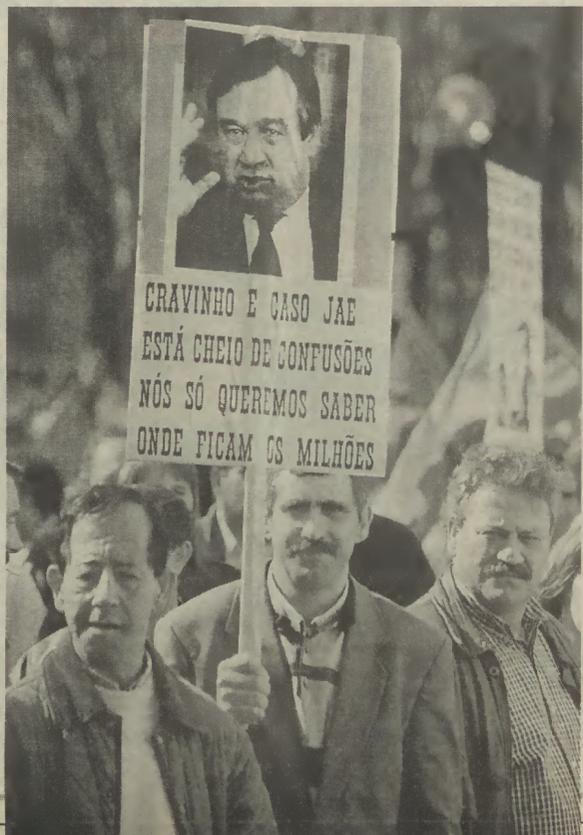
- dinamização de estratégias de desenvolvimento regional a nível nacional, tendo como referência:

• desenvolvimento regional, dando prioridade às necessidades reais das populações e à redução das assimetrias regionais;

• a efectiva valorização, modernização e reorganização do aparelho produtivo, tendo por base a salvaguarda e promoção do emprego e a melhoria das condições de vida e de trabalho, acatando e prevenindo as consequências sociais da introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho;

• a valorização acelerada do factor trabalho, como questão estruturante essencial à superação do atraso de Portugal, através de políticas coordenadas e articuladas de intervenção nos domínios do ensino e da formação profissional, associando-se a qualificação à valorização profissional, à melhoria da qualidade do emprego e ao crescimento dos salários.»

(Coesão Económica e Social, ponto VII.2)



Modernizaram... para trás

«A pretéxia da modernização, abriram-se sectores fundamentais da economia ao capital nacional e internacional, venderam-se ao desbarato empresas públicas com um valioso património, entregaram-se milhares de hectares de terra e milhões de contos aos latifundiários, privatizaram-se serviços públicos ou ofereceu-se equipamento hospitalar à iniciativa privada, desenvolveram-se opera-

ções especulativas, fomentou-se a falência de empresas, com gravíssimas consequências no campo social: despedimentos, precarização do emprego, repressão, etc.

«A concessão de isenções de todo o tipo e de apoios financeiros importantes a projectos de interesse duvidoso levou ao alargamento da corrupção nos níveis de decisão, à ostentação de níveis de riqueza incompatíveis com os rendimentos (não) declarados, e à apologia do individualismo.

«A transparência dos apoios prestados aos investidores é, por isso mesmo, não só uma condição necessária para assegurar uma distribuição mais eficiente dos benefícios, mas também um meio de controlar a aplicação dos dinheiros públicos.»

Qual estrangeiro?

«A abertura e internacionalização da nossa economia e o relevo e as facilidades concedidas pelos sucessivos governos neo-liberais ao grande capital nacional e internacional contrastam com os obstáculos e limitações sempre postos às empresas nacionais produtivas da indústria, da agricultura e dos serviços.»

(...) «A reestruturação e modernização do aparelho produtivo têm necessidade do investimento estrangeiro e da tecnologia de que o país não dispõe, mas torna-se necessário adoptar uma atitude selectiva face ao investimento estrangeiro que mais interessa ao país: que respeite os direitos legais e constitucionais dos trabalhadores; que dê garantias de estabilidade e permanência; que garanta mais e melhor emprego; que efective a transferência de tecnologia; que permita o desenvolvimento das empresas a nível regional e local. Mas a reestruturação e modernização do aparelho produtivo necessitam, também, que as empresas existentes possam ser convenientemente apoiadas para se poderem reconverter e desenvolver.»

Modernizar para avançar

«O pleno aproveitamento das capacidades nacionais de investigação e de desenvolvimento tecnológico são condições essenciais para garantir que a renovação e modernização do tecido produtivo se pro-

cesse de uma forma mais adequada às necessidades e que constitua uma base para o desenvolvimento sustentado da economia nacional.

«A modernização exige uma política de ensino e de formação com vista ao domínio da tecnologia instalada, para que esta não se traduza em maior dependência externa.

«Os atrasos graves que se verificam no processo de modernização da economia, com a manutenção, em múltiplos sectores, de uma estrutura produtiva ultrapassada que ocupa a maioria da força de trabalho; a existência de sectores e camadas de trabalhadores com dificuldades crescentes, devido à situação do aparelho produtivo, à política de baixos salários, aos défices de formação profissional e de qualificação dos trabalhadores e, ainda, pelo aumento da precariedade das relações de trabalho; a situação, particularmente mais grave, dos trabalhadores de níveis etários mais elevados que laboram nas empresas e sectores mais tradicionais e, consequentemente, se encontram mais sujeitos aos encerramentos e falências - são aspectos essenciais que caracterizam a actual situação, a par da existência de um pequeno, mas crescente, número de trabalhadores em sectores e empresas dinâmicas, com empregos bem remunerados e com perspectivas de futuro.

«As injustiças sociais que esta situação provoca são obstáculos importantes ao progresso do conjunto da economia portuguesa.

«O crescimento económico anárquico, especulativo e desequilibrado que se tem vindo a verificar, aliado às mutações sociológicas profundas a ele inerentes, impõe, adicionalmente, ao movimento sindical, uma redobrada atenção e a tomada de medidas adequadas.

«O desenvolvimento económico e social exige a modernização do aparelho produtivo a todos os níveis, na indústria, agricultura, pescas e serviços, no sentido da sua aplicação e promovendo o emprego e a melhoria das condições de vida e de trabalho.

«A CGTP-IN lutará por um efectivo desenvolvimento e modernização do aparelho produtivo, procurando conhecer com mais rigor as alterações que se vão processando e incidirá a sua acção na dinâmica mais geral da evolução social, na perspectiva do direito ao trabalho e da dignificação das condições do seu exercício.»

(A reestruturação e modernização do aparelho produtivo, ponto III.2.1)

Serviços públicos melhores

«Uma Administração Pública organizada e dirigida para a prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos é indispensável para o desenvolvimento económico social e cultural do País, cabendo-lhe funções determinantes para a prevenção e correcção de desequilíbrios, assimetrias e injustiças e para a garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

«A melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos é indissociável da adopção de medidas estruturais, obedecendo a critérios amplamente consensuados, em que a meta seja a prossecução do mais largo interesse público e não a mera "desintervenção", "privatização" ou "emagrecimento" do Estado.

«Tais medidas não podem deixar de ter em conta os objectivos constitucionais da Administração Pública, a participação dos cidadãos e trabalhadores em geral e dos trabalhadores do sec-

tor, em particular, a dignificação e qualificação das funções públicas e de quem as exerce, visando o salvaguarda da função social do Estado, a desburocratização e descentralização administrativa, o reforço da transparência das decisões e do acesso dos cidadãos a todas as matérias que lhes digam respeito.

«É do interesse vital dos trabalhadores portugueses que se inverta, sem hesitações, o ciclo de desresponsabilização governamental face às funções sociais do Estado, traduzida em planos, mais ou menos explícitos, de privatização de serviços públicos essenciais, através de processos condenáveis de degradação dos mesmos, com a finalidade de criar as condições propícias à sua privatização.»

(A defesa e modernização dos Serviços Públicos, ponto III.2.2)



Solidariedade, crise e valores

«O crescimento económico, no quadro de um projecto de desenvolvimento, só terá sentido e viabilidade se estiver associado ao progresso social.

«A política neo-liberal, que os governos vêm executando nos últimos anos, acentuou as desigualdades sociais e regionais e não resolveu os problemas estruturais da economia.

«Fruto de um crescimento económico que não olha a regras nem a meios para atingir os fins, assiste-se hoje na sociedade portuguesa à desvalorização do trabalho, enquanto meio de criação de riqueza e de realização humana, e a graves e preocupantes fenómenos sócio-laborais.

«O trabalho infantil, a precariedade de emprego, os despedimentos, a pobreza, a exclusão social, o individualismo e egoísmo extremos, o isolamento, a solidão e a quebra dos hábitos de associativismo, convivência e convívio sociais, têm vindo a contribuir para diminuir e menosprezar o profundo sentido de solidariedade e fraternidade que caracteriza o nosso povo.

«Esta crise de valores, que tem sido objecto de denúncia de vários quadantes da sociedade, é uma das preocupações fundamentais da CGTP-IN.

«A CGTP-IN responsabiliza a política económica, social e laboral, seguida nos últimos anos, como a causa principal da crise de valores, pois, ao acentuar as desigualdades sociais e regionais,

ao promover a sobre-urbanização e ao não promover uma política de ordenamento do território que crie espaços comunitários, ao promover o ataque às associações sindicais, ao praticar e estimular a precarização do trabalho, ao criar excedentes em vários sectores

incluindo a Função Pública, ao diminuir as funções sociais do Estado, é a verdadeira responsável por este estado de coisas.

«No plano nacional, um Portugal solidário tem de corresponder a uma política que, satisfazendo as necessidades básicas das populações, promova a elevação do nível de vida.

«No plano internacional, um Portugal solidário deve pautar as suas relações externas pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos humanos, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos Estados e da cooperação com todos os povos para a emancipação e progresso da humanidade.»

(O Portugal solidário, ponto III.3)



O Fórum de Porto Alegre Exemplo do debate criador sobre a globalização neoliberal

Participei em Outubro na cidade de Porto Alegre num Seminário Internacional sobre «A crise do capitalismo globalizado na viragem do milénio» que me impressionou profundamente. Na América Latina, do México à Argentina, são hoje frequentes iniciativas similares. A receptividade que elas encontram resulta do descontentamento crescente provocado pelas desastrosas consequências da aplicação do modelo neoliberal nos países que se estendem do Rio Grande à Patagónia.

Acompanhei alguns desses seminários. O de Porto Alegre deixou-me lembrança forte pela qualidade das comunicações, pelo nível e intensidade dos debates, pela atmosfera, pelo envolvimento da comunidade, pela comparência mística da juventude e da *intelligentsia* da cidade.

A grandiosa Sala de Actos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul funcionou durante uma semana como cenário do acontecimento. A média do público em cada uma das dez sessões deverá ter rondado as 500 pessoas, com acentuada maioria de jovens, pois o seminário teve extensão universitária.

Os painéis dão uma ideia da riqueza e diversidade dos debates: *A natureza da actual crise internacional; A crise asiática - mito e realidade; Fim do trabalho ou de emprego?; América Latina-Alca ou Mercosul?; O Brasil no contexto da crise global; Agricultura e revolução tecnológica; Terceira via europeia: alternativa ou neoliberalismo reciclado?; EUA: NATO e a geopolítica do Império; A construção de uma saída para a crise.*

De pouco valeria um ambicioso projecto se ele não fosse assumido pela comunidade em sectores diferentes mas complementares. E isso aconteceu. O Poder, a Universidade, a Comunicação Social, os jovens, os sindicatos fizeram seu o Seminário.

O governador do Estado, Olívio Dutra, do PT, abriu o Fórum com um discurso humanista, de confiança nos trabalhadores, de luta e de condenação do neoliberalismo. A intervenção do prefeito de Porto Alegre, Raul Pont (que moderou um dos painéis), envolveu igualmente a rejeição do modelo neoliberal.

Essa foi a tônica de todos os discursos pronunciados pelas personalidades que integravam a mesa da presidência, desde a reitora da Universidade aos representantes da Ordem dos Advogados, do Ministério Público e da Central Única dos Trabalhadores.

Na Europa - pensava eu ao registar a frontalidade com que os oradores do mundo oficial fugavam o neoliberalismo - aquelas intervenções, todas reflectindo um pensamento de esquerda, seriam impensáveis num Fórum unitário sobre tal temática, promovido por 55 entidades e instituições de quadras sociais e políticas muito diferenciadas.

O objectivo primeiro da iniciativa - contribuir para uma reflexão ampla e aprofundada da sociedade gaúcha sobre a globalização neoliberal e os efeitos do modelo no mundo - encontrou uma compreensão tal entre os *mass media* que jornais, canais de televisão e rádios de tendência predominantemente conservadora deram a mais ampla cobertura ao acontecimento. Em Portugal isso seria uma impossibilidade absoluta.

Não foram somente os convidados famosos que intervieram na grande ronda mediática. Posso falar por mim. Durante a semana fui entrevistado por dois canais de televisão e três rádios locais em programas que em dois casos (mesas-redondas) excederam uma hora.

Pode-se argumentar que Porto Alegre é, no Brasil, uma cidade com padrões culturais muito acima da média. Estamos perante uma evidência. Eu não visitava Porto Alegre há quase 30 anos; reencontrei uma cidade irreconhecível. Somente Brasília apresenta hoje um índice de qualidade de vida superior. Dos três diários do município (1 200 000 habitantes) um, *Zero Hora*, tem uma tiragem próxima dos 300 mil exemplares. O chamado Orçamento Participativo, experiência desenvolvida com êxito, permitiu que o povo se tornasse parcialmente sujeito do seu próprio destino, adquirindo uma consciência social e uma maturidade política ausentes em grandes metrópoles como São Paulo e o Rio.

O particularismo de Porto Alegre não diminui, antes reforça, o mérito de iniciativas como o Seminário Internacional sobre a Globalização, que se realizou pelo terceiro ano consecutivo.

Este ano, além de especialistas brasileiros, muitos dos quais professores das grandes universidades, compareceram representantes da Argentina, da Bélgica, da China, da Espanha, da França, da Inglaterra, do México e de Portugal. O importante não foi o número de países, mas a qualidade da maioria das intervenções e a atmosfera dos debates. O pequeno número de estrangeiros permitiu, aliás, nas horas livres, um tipo de convívio mais íntimo entre os convidados, raro nestas reuniões internacionais.

Diferentemente de outros Seminários sobre o mesmo tema, o de Porto Alegre recusou a fórmula das intervenções *comprimidos*. Os autores das comunicações dispunham de meia hora para a exposição, e os debates em certas sessões ocuparam hora e meia. Outra peculiaridade: após as intervenções sobre o tema do painel, cada um dos expositores dos demais painéis tinha direito a usar da palavra durante cinco minutos, antes de iniciado o período de perguntas e respostas.

Foram assim criadas condições incomuns para que a discussão sobre a crise do modelo económico imposto ao mundo no final do milénio se desenvolvesse num ambiente muito propício a uma reflexão séria.

Seria pretensioso e inútil num breve comentário como este entrar na apreciação das comunicações apresentadas ao plenário, até porque o leque dos temas abordados foi amplíssimo. Mas afigura-se-me útil informar que o economista francês François Chesnais - autor de uma obra que corre mundo, «A Mundialização do Capital» - definiu o modelo neoliberal anglo-americano como um dos mais bárbaros e instáveis até hoje gerados pelo capitalismo. Chesnais lembrou em Porto Alegre uma evidência por vezes esquecida: a globalização do capital é «uma configuração particular do imperialismo». Essa globalização financeira, como elemento constitutivo decisivo do actual regime de acumulação explica o medo dos dirigentes do G-7 cada vez que irrompem na periferia crises financeiras do sistema como a do México, a da Ásia Oriental, a da Rússia, a do Brasil. A simultaneidade de duas dessas crises em áreas diferentes poderia provocar uma situação igual ou mais grave do que a de 29. Daí a preocupação de Washington e dos outros beneficiários do sistema em conter custe o que custar os efeitos das crises financeiras que o abalam aqui e ali. O preço social não é levado em conta. O recurso à guerra é encarado com a mesma frieza com que se discute a desvalorização de uma moeda ou uma alteração da taxa de juros...

A simples presença de João Pedro Stédile — o coordenador do Movimento dos Sem Terra - no debate sobre a Agricultura e a Revolução Tecnológica é por si só esclarecedora da preocupação dos organizações em fazer do Seminário um Fórum de debates que estabelecesse a ponte entre os grandes problemas sociais do mundo e os desafios que a globalização neoliberal coloca à humanidade no final do milénio, ameaçando a sua própria continuidade.

Outra área de encontro, de convergência entre o particular e o universal foi o fascinante painel que tinha por título «Fim do trabalho ou do emprego?». O plenário acompanhou, empolgado, as exposições de dois professores da Universidade de Campinas, especialmente a de Ricardo Antunes, e a do jovem economista belga Thomas Gounet. Naturalmente, a discussão do tema «A construção de uma saída para a crise» constituiu um momento alto de um Seminário em que a serenidade e o rigor científico não foram prejudicados quase nunca pelas opções ideológicas dos intervenientes.

Uma nota pessoal para terminar. Foi para mim gratificante o calor, direi mesmo o sentimento, com que o plenário reagiu quando, em intervenções diferentes, falei do significado da Reforma Agrária em Portugal e da luta dos trabalhadores alentejanos e responsabilizei o sistema de poder dos EUA pela tragédia de Timor-Leste, prestando homenagem à saga vitoriosa do heróico povo maubere.

Seminários como o de Porto Alegre aparecem-me como fonte de inspiração para iniciativas que seriam de grande utilidade social em Portugal. Adaptadas, obviamente, a uma conjuntura marcada negativamente por um governo de direita, sem quaisquer afinidades com o de Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul.



■ Miguel Urbano Rodrigues

Depois de Portugal, o Brasil terá sido o país (o caso da Austrália é peculiar e contraditório) onde a solidariedade com Timor-Leste foi mais calorosa e generalizada. Durante semanas Timor permaneceu nas manchetes da TV, ocupou páginas nos grandes diários, esteve presente em editoriais, entrevistas, crónicas, debates públicos. O tema tornou-se parte da vida quotidiana nas grandes cidades.

1. Tive a oportunidade de participar numa sessão de solidariedade no salão nobre da Câmara Municipal de São Paulo. Compareceram umas quatrocentas pessoas, entre as quais representantes do governo do Estado e da Prefeitura, dirigentes partidários, sacerdotes, deputados federais e estaduais, vereadores, uma delegação do Movimento dos Sem Techo empunhando as suas bandeiras vermelhas, etc.

Foi no início de Setembro. Iam no auge os massacres e a Força Internacional ainda não desembarcara. A atmosfera de calor humano, de fraternidade, de indignação contra a barbárie indonésia emocionou-me.

A surpresa foi tanto maior quanto, há meia dúzia de anos, a maioria dos intelectuais e dos políticos brasileiros tinha uma noção muito vaga da luta que o povo maubere travava. De Timor-Leste sabia-se que era uma ex-colónia portuguesa no Oriente e pouco mais.

Foi a participação de uma delegação brasileira na Conferência Interparlamentar Internacional de solidariedade com Timor-Leste em Maio de 1995 — por teimosia insistência do Partido Comunista Português - que alterou a situação. Ao regressarem ao Brasil, os quatro pioneiros dessa delegação (o deputado do PC do B. Aldo Arantes, o jurista Aldo Lins e Silva, o jornalista Sérgio Gomes e o advogado Funari) assumiram a defesa da causa de Timor com tal empenho e entusiasmo que o tema, rapidamente, tocou a consciência nacional. O Congresso

Três notas sobre Timor

dedicou a Timor-Leste uma sessão extraordinária. Visitas dos líderes da Resistência Nacional, entre os quais Ramos Horta, contribuíram não somente para um conhecimento mais aprofundado do quadro da luta do povo maubere para imprimir à solidariedade uma dimensão cada vez maior. De repente, os brasileiros descobriram que no limiar da Oceania se batia pela liberdade, com heroísmo, um povo esquecido. Passaram a considerá-lo uma nação irmã. Foi bela essa metamorfose.

2. De longe acompanhei o consenso que se formou em Portugal envolvendo a solidariedade com Timor-Leste. A convergência de esforços na acção diplomática e política e na mobilização das vontades ficou transparente nos últimos meses. As imagens das manifestações populares, sobretudo na chegada de Ximenes Belo e de Xanana Gusmão impressionaram-me. Desde as grandes jornadas de Abril que não vi algo comparável.

Mas o respeito pela história implica memória. No início dos anos 90, mesmo após a matança de Santa Cruz, o consenso das forças políticas em torno da questão de Timor-Leste não passava de uma figura de retórica que o Governo Cavaco agitava demagogicamente. Suharto mantinha ainda com firmeza as rédeas do poder. Cavaco Silva não utilizava nos seus discursos a palavra independência. O próprio Mário Soares evitava-a. Ir além da autonomia afigurava-se aos representantes do PSD e do PS uma ideia utópica. Recordo que no final de uma sessão de solidariedade, um dirigente do PSR, hoje deputado, chamou-me romântico por haver posto a tônica na independência da nação maubere como objectivo atingível. O Partido Comunista era então a excepção. Criticou permanentemente a estratégia timorense do Governo Cavaco, por tímida e ambígua. É suficiente consultar os arquivos da Assembleia da República para verificar quem naqueles anos utilizava sempre a palavra «independência» e quem a omitia. Da mesma forma, nas sessões anuais do Comité de Descolonização das Nações, em Nova Iorque, eram muito diferentes das demais, no fundo e na forma, as intervenções do representante do PCP. Num ponto



fundamental aparecia uma divergência de fundo. Além de se pronunciar, sem reservas pela independência de Timor-Leste, os comunistas aproveitavam sempre a tribuna do Comité dos 24 na ONU para denunciar frontalmente a cumplicidade dos EUA na invasão e ocupação do território, responsabilizando Washington pela sabotagem de todas as iniciativas que visavam o cumprimento pelo Conselho de Segurança das Resoluções aprovadas pela própria ONU que exigiam a retirada das tropas indonésias e garantiam ao povo maubere o exercício do direito à autodeterminação e à independência.

Recordo estes factos, recentes, mas sepultados pelos *media* num silêncio quase absoluto, porque muitos órgãos de comunicação social elogiaram mundo afora a posição assumida pelos EUA no desenvolvimento da heróica mas trágica caminhada para a inde-

pendência de Dili se entregavam então, com a ajuda do exército indonésio, as mal chamadas «milícias» pró-Jacarta.

Não me surpreendeu o farisaísmo de Clinton. São bem conhecidas hoje as circunstâncias em que o presidente Gerald Ford, em 1975, deu o seu aval ao projecto de invasão de Timor-Leste, antecipando em 24 horas a saída de Jacarta para estar longe quando a agressão fosse desencadeada. Mas somente transcorridos 19 anos, Henry Kissinger confessou em Nova Iorque, no lançamento de um livro seu, que tanto ele como o presidente tiveram conhecimento prévio da invasão e a aprovaram. Por feliz casualidade encontrava-me, na altura, nos EUA e acompanhei a confissão, provocada, por perguntas dos jornalistas Alain Naim e Mário Crespo, ao tempo correspondente da RTP. Hoje também é bem conhecida outra confissão, a do

total dos investimentos norte-americanos na Indonésia excede presentemente 100 mil milhões de dólares. O país era definido anteriormente como «o paraíso dos investidores». Quando Suharto assumiu o poder em 1965 e promoveu o mais famoso banho de sangue do nosso tempo, a Administração norte-americana fez dele o seu aliado preferencial no Sul da Ásia Oriental. Foi então definido pelo governo dos EUA como «o homem adequado para o momento». Suharto foi apontado como grande estadista por Ford, Mc Namara e Kissinger.

Recorda Chomsky que o cinismo da administração Clinton repete o que ficou a assinalar o do governo de Ford durante a matança dos comunistas em 66. Segundo o historiador indonésio John Roose, «o programa era tão previsível que teria sido muito fácil evitá-lo (...) Mas nas semanas que precederam o voto, a Administração Clinton recusou-se a discutir com a Austrália e outros países a formação (de uma força internacional). Mesmo após a explosão da violência continuou a tergiversar durante dias».

O contraste entre a atitude de Washington perante os acontecimentos do Kosovo e os de Timor-Leste ilumina bem a hipocrisia que caracteriza a estratégia de hegemonismo dos EUA. Invocando a defesa dos direitos humanos, os EUA (com a ajuda dos seus aliados europeus) bombardearam durante dois meses a Jugoslávia, matando milhares de civis e destruindo as infra-estruturas económicas daquele país, numa flagrante violação da Carta da ONU. Mas em Setembro passado assistiram de braços cruzados ao genocídio de Timor-Leste.

A tragédia de Timor-Leste veio, assim, chamar a atenção para uma evidência que não é ainda percebida pela maioria da humanidade. A política externa dos EUA somente encontra precedente pela agressividade, ambição e amoralismo na que celebrou dramaticamente o III Reich nazi. O facto de os EUA serem uma nação cujas instituições são democráticas tem impedido até agora a compreensão dessa realidade - uma realidade que configura perigosa ameaça para toda a humanidade.

A ignorância da teoria e da práxis de uma estratégia não lhe diminuem os perigos potenciais. Ocorre o contrário. Temos o exemplo em Timor-Leste. Os EUA poderiam ter evitado a tragédia que teve por protagonista um pequeno e heróico povo que lutou durante quase um quarto de século contra as forças repressivas de um gigante com 210 milhões de habitantes.

A verdade não pode ser apagada: os EUA são o primeiro responsável, na área internacional, pelos massacres que atingiram o povo da futura república de Timor Loro Sae.



pendência do povo de Timor-Leste.

Estamos perante uma campanha de desinformação. Já iam no quarto dia os massacres desencadeados em Timor-Leste com a cumplicidade actuante do general Wiranto quando o presidente Clinton, interrogado pelos jornalistas, declarou que a situação na ex-colónia portuguesa era confusa e não dispunha ainda de informações suficientes para definir uma posição.

Eu estava em São Paulo e tal como milhões de pessoas em dezenas de países ouvi as suas palavras. Não podem ser apagadas. Trocando de canal pude, aliás, na mesma noite,

senador Patrick Moynihan. Nas suas Memórias, aquele diplomata revela que, quando embaixador dos EUA na ONU cumpriu com zelo e eficácia a missão de que fora incumbido pelo Departamento de Estado: neutralizar todas as tentativas para que fossem cumpridas as Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral que haviam condenado a invasão e anexação de Timor-Leste e abriam caminho à independência.

O presidente Clinton mentiu conscientemente ao simular que ignorava o que acontecia em Timor-Leste, ou seja o genocídio em andamento. O

■ Manoel
de Lencastre

A guerra dos «Boers» começou há cem anos

O Império atacou!

Quando a segunda guerra dos «Boers» começou, há cem anos, as duas nações que vivem na alma inglesa pareciam encaminhar-se em direcções diferentes. Por um lado, a par da consolidação da indústria, as organizações da classe trabalhadora avançavam na sua luta pela melhoria das condições gerais de vida; o Partido Trabalhista, dirigido por Keir Hardie, vivia toda uma vasta campanha para levar às fábricas e a todas as regiões industriais a mensagem do socialismo. Por outro lado, a Inglaterra imperialista mobilizava-se para a guerra na África do Sul. O controlo das minas de ouro e diamantes podia correr perigo. Era necessário não permitir que a influência germânica se largasse.

A segunda guerra dos «Boers» (1899-1902), tal como a primeira (1880-81), foi uma guerra do Império que os próprios «Boers» compreenderam mal. Verifica-se isso nas próprias palavras do presidente do Estado livre de Orange, Marthinus Steyn. Insistia no muito que havia em comum entre os «Boere» (rudes camponeses de origem holandesa) e os «Rooineks» (pescoços vermelhos); os ingleses eram também conhecidos pela vulnerabilidade de pele ao sol. «Partilhamos os mesmos valores. Somos de raças similares. É só o idioma que nos divide. Somos parte de uma grande família. O que nos separa principalmente, não é uma questão de raça, mas de etnia». Steyn não era capaz de ver isto: enquanto os seus «Boere» queriam trabalhar a terra, desenvolver belas explorações agrícolas nas férteis terras de Orange e do Transvaal e viver, assim, para todo o sempre, os «Rooineks» queriam explorar as minas de Kimberley e Witwatersrand, acumular riqueza, desenvolver negócios, estender o poderio do Império até ao Cairo.

Ultimatos?

A rainha Victoria não aceita

A guerra Anglo-Boer e o êxodo dos Afrikaner da colónia do Cabo para concentrarem-se na sua república (Estado Livre de Orange e República do Transvaal) fizeram crer ao mundo que o Império britânico perdera a vontade de lutar e de expandir-se. Mas, de uma simples dificuldade local, a última guerra do Império no século XIX, transformou-se num profundo conflito. A Grã-Bretanha perdeu 22 000 soldados e gastou mais de 200 milhões de libras. Os britânicos decidiram que se punha uma questão de supremacias entre o Império e as pequenas repúblicas «Boer». Como sempre, para que a guerra começasse, os ingleses tinham de invocar uma boa causa: a que defendia os direitos dos «uitlanders» (estrangeiros) que os «boers» não queriam respeitar. A Grã-Bretanha avançou «em força». Os «Boers» exigiram, a 9 de Outubro de 1899, a retirada das suas tropas. Mas o Império não aceitava ultimatos. O governo da rainha Victória, a que presidia o marquês de Salisbury, Robert Cecil (1830-1903), o homem que sucedera a Disraeli no Partido Conservador, declarou a guerra, dois dias mais tarde.

O impulso e o idealismo dos «Boers» parecia indestrutível — cercaram Ladysmith, Kimberley, Mafeking e, em Dezembro, infligiam perdas pesadas às tropas britânicas durante o que passou a chamar-se a «semana mais negra» do conflito. O exército



Cecil Rhodes



Rudyard Kipling, o poeta do Império



A rainha Victoria, à sombra de quem cresceu o colonialismo britânico

britânico chamou voluntários. E, então, a flor da juventude aristocrática britânica, com a do melhor oportunismo político, embarcou para a África do Sul. A certa altura, estavam nas fileiras, mais de 30 deputados aos Comuns e à Câmara dos Lordes e muitos «gentlemen». Winston Churchill também embarcou tanto na capacidade de jornalista do «Sunday Dispatch» como na de militar. A City financiou a constituição de um regimento, os «City Imperial Volunteers». É Whitehall designou como comandante das forças em operações o general Lord Roberts (Frederick Sleigh, 1832-1914).

Reconquista de Bloemfontein e Pretória

Em questão de poucos meses as capitais dos «Boers» eram tomadas de assalto. Bloemfontein e Pretória, em 1900, perdiam-se já no mapa do Império. Os «Boers», entretanto, concluíram que o sonho de derrotar a Inglaterra no campo militar não era viável e, mudando de tática, passaram a lutar como guerrilhas por pequenos objectivos. A guerra em grande escala era uma impossibilidade. Pelo contrário, a acção de pequenas unidades surgindo ao caminho de vulneráveis colunas do exército britânico, produzia resultados.

Os ingleses substituíram Roberts por Kitchner (Herbert, 1850-1916). Este, que já dera mostras das suas qualidades no Sudão, iniciou a política de internamento das mulheres e crianças «Boer».

Construiu linhas de fortificações defendidas com meios superiores a tudo o que as guerrilhas inimigas haviam visto. Criou grupos de comandos que atraíam as guerrilhas e as destruíam. A paz foi assinada, finalmente, em 1902.

Naturalmente, depois de garantido o seu controlo sobre os meios de produção distribuição e transporte, sobre o comércio externo, sobre a natureza da economia da República da África do Sul, os britânicos não tiveram o mínimo problema em aceitar que a administração política passasse para os filhos dos «Boer», os Afrikaner. E estes, através da sua política de segregação racial, o «Apartheid» agravaram a luta entre brancos e negros da maneira cruel e revoltante que se conhece. O Império continuou a viver com os Afrikaner verdadeiramente na paz do Senhor.

Conflito com Portugal

A expansão das companhias de Cecil Rhodes levou-as ao Matabele e à Machona, territórios que seriam absorvidos. O povo Ndebele não tinha meios para defender-se. Em 1888, Bulawayo conheceu os primeiros acampamentos brancos. Rhodes, e os seus negócios com diamantes e ouro, tinha prosperado descomunalmente. Era ele, sem dúvida, o «rei» da África do Sul. A sua empresa, «De Beers», controlava mais de metade da produção diamantífera. Já constituira a «Consolidated Gold Fields» para a extracção de ouro nos territórios de Witwatersrand. Lobengula, o rei do Matabele e da Machona, tem de aceitar que ele, Cecil Rhodes, controle em nome da rainha branca, o seu país.

Segundo o projecto de alargar o Império até ao Cairo, Rhodes põe a trabalhar os principais membros do seu Estado-Maior: John Moffet, Jameson, o major Johnson, Sir Archibald Colquhoun, o capitão Selous. Sustenta que a Grã-Bretanha não deveria reconhecer quaisquer interesses portugueses a ocidente de uma linha recta traçada a partir de Tete. Os britânicos começam a mandar pessoal para leste, para as terras altas de Manica que é região de influência portuguesa desde 1569 quando a expedição de Francisco Barreto já andava, também, à procura de jazigos de ouro. Com efeito, desde Vasco Fernandes Homem, Galvão da Silva.

Os filões de ouro de Manica corriam na direcção leste, isto é, para as terras do Matabele, a sul do monte Wedza, através do Sabi, para Manica. Rhodes não podia perder tempo: «Ocupe-se Manica!», ordenou. Que forças possuía o enfraquecido Portugal para opor-se àquela poderosa directiva? Paiva de Andrade compreende-

ra bem os objectivos dos ingleses. Procurava fazer-lhes frente, militarmente, e através de programas de natureza económica. Mas Paiva de Andrade está só, apesar de que, segundo Mousinho e João de Azevedo Coutinho, desde há tempos que se haviam estabelecido, ali, várias famílias portuguesas abastadas — os Mendes de Vasconcelos, os Araújo Braganças, os condes de Montauray, os Telles Ferrão, os Gameiros, os Rego Lisboa, os Baratas, os Ferrões, os Mirandas de Almeida. João de Rezende é o único posto português em Macequer. Mas é um posto arruinado.

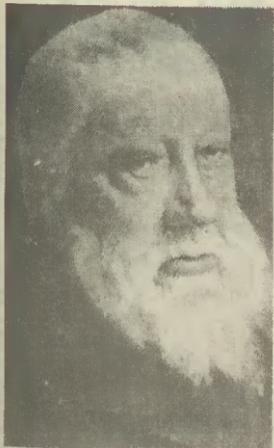
O Rei D. Carlos perdeu Rhodes venceu

O coronel Andrade não desiste. Com Manuel António de Sousa (Gouveia) decide recuperar o chefe Umtasa para a esfera de influência de Lisboa. Os ingleses não querem que a presença portuguesa se consolide. Rhodes manda Colquhoun enviar um destacamento britânico ao encontro de Andrade. Comanda-o o major Forbers. E, assim, a 11 de Novembro de 1890, Andrade é intimado por aquele oficial inglês a abandonar as terras de Umtasa. O coronel português rejeita a carta de Forbers.

Agrava-se o litígio diplomático entre Portugal e a Grã-Bretanha. Lisboa insiste na manutenção das fronteiras traçadas em 1607 e 1625. Considerava o «mapa cor de rosa» como a base da sua



Churchill iniciou nesta guerra a sua carreira «política»



Kruger, o presidente do Transvaal



Um «boer» na guerra



A artilharia «boer» deteve algum tempo as investidas britânicas. Em baixo, um campo de prisioneiros «boers»



A guerra que fez notícia



política de presença em África, segundo as concepções do ministro Barros Gomes e da Sociedade de Geografia. Essa política consistia em unir Angola a Moçambique, possuir as fozes do Zaire, do Cuanza e do Cunene, do Limpopo, o delta do Zambeze, o curso do Rovuma; afirmava, categoricamente, os direitos de Portugal sobre as vastas terras de Manica e da Machona, sobre áreas a norte do Zambeze onde os falsos pregadores da Igreja da Escócia se infiltravam e convidavam as populações indígenas a acreditar no impossível.

Em Junho de 1888, as expedições de António Maria Cardoso e Vitor Cordon, assim como o coronel Andrade, são instruídas para proceder à definição clara das zonas de influência portuguesa. O primeiro vai para norte do Zambeze. O segundo, para sul, Paiva de Andrade segue para Manica. Em Lisboa, Serpa Pinto é encarregado de partir e organizar uma manobra de ligação com Andrade. Mas o coronel inglês, Johnston, já se encaminha para a área do Chire e estabelece em todo o vale banhado por esse rio, a partir do Ruvo e até ao Niassa, uma zona de influência britânica de onde Serpa Pinto seria contestado.

A 16 de Novembro de 1890, dá-se um confronto armado entre portugueses e ingleses. Estes investem a aldeia do chefe Umtasa. Paiva de Andrade e Manuel António de Sousa (Gouveia) são desarmados e feitos prisioneiros por Forber e pelo capitão Fiennes. A 11 de Janeiro, Petre, embaixador britânico em Lisboa, entrega ao governo português o célebre ultimato. O Conselho de Estado, presidido pelo rei D. Carlos, rendeu-se. Cecil Rhodes venceu. Por tudo isto se vê que a causa romântica dos «Boers» não tinha futuro.

Cronologia das guerras dos «Boers»

1652: Jan van Riebeeck estabelece a primeira feitoria holandesa na África do Sul, ao serviço da «Companhia Holandesa das Índias Orientais»;

1770: Começo da chegada de camponeses de nacionalidade holandesa (Boers). Deslocando-se para leste encontraram o povo «Xhosa» componente das tribos «Nguni» nas margens do rio dos Peixes. Começou, assim, a luta entre negros e brancos que se prolongaria até aos nossos dias;

1795: Chegada dos britânicos ao Cabo. Por esta altura o número de brancos no território já ascendia a 15 000. Os britânicos regressariam em 1806;

1814: De acordo com o Tratado de Amiths, as possessões holandesas na África do Sul passaram para administração britânica;

1828: Os britânicos resolveram tornar o povo Koi-Koi livre de ter de aceitar padrões indesejáveis; promoveram a emancipação gradual dos escravos; o objectivo era a anglicização da África do Sul tornando a língua inglesa oficial, em detrimento do holandês; esta política deu origem à retirada dos «Boers» da colónia do Cabo (uma marcha que ficou célebre e levou 4 anos) quando mais de 10 000 homens, mulheres e crianças naquilo a que chamaram a «Grande Viagem» tentaram fugir ao controlo britânico; estabeleceram repúblicas independentes, penetraram territórios a norte do rio Vaal e dirigiram-se para leste, para a província do Natal; estes «Boers» ganharam o nome de «Voor-trekkers»;

1852-1854: Os britânicos decidem ceder o exercício da sua autoridade nos territórios a norte dos rios Vaal e Orange; a província do Natal era, desde 1843, uma colónia inglesa; em 1856, foi-lhe garantida autonomia;

1870: Descoberta de jazigos de diamantes em Kimberley;

1881: Num confronto armado, em Majuba Hill, os «Boers» vencem os ingleses;

1886: Descoberta de jazigos de ouro em Witwatersrand;

(Estes acontecimentos, que marcariam, definitivamente, a direcção futura de toda a África do Sul, conduziriam à destruição das repúblicas independentes onde começavam a chegar «uitlanders» (estrangeiros) que não tinham recursos ou a mínima intenção para desenvolver a exploração das minas onde se extraíam aqueles produtos da generosa terra africana;

1894: A anexação da actual Namíbia (África do Sudoeste), pela Alemanha, aumentou a influência germânica na África do Sul. Já possuíam interesses coloniais a leste (Tanganika, etc.); esta influência encorajou a República da África do Sul, a que presidia Paul Kruger, (1825-1904) que havia organizado a resistência «boer» aos britânicos e fundara a República do Transvaal após a vitória de Majuba Hill;

As actividades de Kruger e da sua república, sempre apoiadas pelos alemães, foram consideradas pelos britânicos como provocações aos seus interesses e às ambições do Império britânico em África; estas ambições eram protagonizadas, em primeiro lugar, pelo imperialista Cecil Rhodes, magnata da extração diamantífera e aurífera que projectava estender o seu poder às terras de Matabele (hoje, Zimbawé, ontem, Rodésia) e alargar até ao Cairo toda a zona de influência imperial; neste processo, Rhodes entraria em conflito com Portugal;

1899: A 11 de Outubro, tem início a 2.ª Guerra dos Boers contra a Grã-Bretanha. Em nome da sua República, que incorporava o Estado Livre de Orange e o Transvaal, invadiram a colónia britânica do Natal. Mas foram derrotados pelo exército imperial britânico que libertou Ladysmith, Kimberley e Mafeking, e passou à ofensiva. Sem possibilidades perante a superior capacidade inglesa, os «Boers» recorreram à acção de guerrilhas e lutaram durante três anos. Os britânicos lançaram-se numa orientação de «terra queimada» e destruíram tudo, incluindo as casas e as explorações agrícolas dos «Boers» ao mesmo tempo que abriam campos de concentração para os quais fizeram seguir as mulheres e as crianças «Boer» – nesses campos, morreram mais de 26 000 pessoas;

1902: A paz foi assinada, finalmente, em Vereeniging, a 31 de Maio;

1906-1907: Os britânicos anexaram a República Sul-Africana (Transvaal e Estado Livre de Orange); nasceria, depois, a União Sul-Africana.

Diamantes

Um relatório da ONU, elaborado pelo espanhol Bernales-Ballesteros, garante que, apesar do embargo decretado pela ONU, as armas continuam a ser entregues à UNITA, tal como esta continua a recrutar mercenários pagos com fortunas. Segundo o relatório, este à-vontade com que os bandos de Savimbi continuam a abastecer-se no mercado negro do armamento deve-se à exportação maciça - e também ilegal - de diamantes roubados pela UNITA ao Estado angolano e extraídos nas Lundas, território que, por enquanto, continua ocupado pela UNITA. O relatório avança mesmo com o montante obtido pela UNITA na exportação de diamantes: qualquer coisa como quatro mil milhões de dólares, ou seja, cerca de 760 milhões de contos. Por trás da UNITA estarão duas grandes empresas ocidentais, que o relatório refere mas não nomeia, que beneficiam deste comércio à custa da espoliação e do sofrimento do povo angolano. Por um lado, eis o que vale, na insuspeita voz de um relatório da ONU, a propalada «implantação da UNITA» entre a população angolana: rios de dinheiro para pagar

PONTOS CARDEAIS

mercenários e a própria guerra, a todos os títulos criminosa, levada a cabo contra o povo angolano e à custa do esbulhamento dos recursos do país. Por outro lado, eis o que vale o direito internacional e as decisões das mais altas instâncias mundiais, quando pelo meio circulam os interesses económicos, ainda que criminosos e fora-da-lei...

«Não pensa»?!

Nuno Cardoso é o novo presidente da Câmara Municipal do Porto em substituição do seu correligionário Fernando Gomes, que se «mudou» para Lisboa para ocupar a cadeira de ministro no novo Governo de António Guterres. Até aqui, nada de extraordinário, e o novel presidente até se tem esforçado para aparecer sempre que pode no exercício do seu novo cargo. O esquisito foi ouvi-lo há dias, numa ampla entrevista no *Diário de Notícias*, contrariar o próprio empenho promocional que uma entrevista destas significa, com a afirmação de que «não estou a pensar em ir a votos»,

ou seja, que não pensa candidatar-se à conquista do cargo que agora ocupa por substituição. Não dá a bota com a perdigota, sobretudo quando recordamos as recentes palavras de Fernando Gomes a promover o seu «delfim» e a afirmar que fora ele próprio, Fernando Gomes, que logo no início deste mandato procurara dar visibilidade ao seu futuro substituto de modo a garantir a sua afirmação à frente do município do Porto. Afinal em que é que ficamos? Será que o actual presidente da Câmara Municipal do Porto acha insuficiente o vencimento de presidente desta importantíssima autarquia? Pelo menos foi o que aconteceu quando recusou abandonar a empresa das Águas do Douro e Paiva para assumir o cargo de vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal do Porto, invocando que o ordenado de autarca não lhe chegava...

Só 14,5%...

Cinco peritos da OCDE estiveram em Portugal durante 10 dias para fazer um exame ao pré-escolar no

nosso país e concluíram que as principais deficiências e fragilidades se situam na faixa etária dos zero aos três anos, onde a cobertura nacional de infantários e creches é de apenas 14,5%, num país com uma das mais altas taxas de mulheres que trabalham quase imediatamente após o parto. Mesmo assim, a avaliação da situação peca por «optimismo», dado que não existem dados sobre as crianças que recebem atendimento informal de amas ou frequentam creches «familiares». Para agravar a situação, a Inspeção Geral de Educação tem apenas 17 inspectores para esta área, o que é quase anedótico, enquanto a rede de infantários e creches apresenta grandes distorções - oferta em zonas de fraca procura e carência em áreas com muitos meninos -, com o pormenor de, nas escolas dependentes de instituições particulares de solidariedade social (IPSS), «a componente pedagógica ser mais frágil». Apesar dos avanços também assinalados pelos peritos, nomeadamente nos jardins-de-infância, onde a cobertura nacional subiu, em quatro anos, de 55% para 65% (de qualquer modo, a um ritmo muito modesto), é caso para dizer que a «paixão» pela Educação que avassalou o Governo de António Guterres produziu muito magros resultados...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Outono

Outono

ele aí está

há
no breve
sono
um leve
arrepio
de frio
a mão
que traz
a sensação
de paz

Sabedoria
na luz do dia.

Fique Deus Nô Senhor
descansadinho.

Não venho subverter
a ordem natural.

Guarde lá seus solstícios
equinócios, essa tralha.

Sou um cidadão pacífico
preocupado apenas em saber
como há-de acabar este poema.

Ah, mas estão enganadas
as folhas amarelas
se pensam, levadas
pelo vento,
se pensam nem que seja por um momento
que vou pactuar com elas
que vou acompanhá-las
abrir alas
às princesas traídas
caídas
do seu trono rico.
Quem quer, vai.
Por mim, bye, bye.

Eu fico.

Fico a ver
nascer
uma folha.

Olha
a multidão
das folhas velhas
centelhas
apagadas
que vão
arrastadas.

Mas olha:
sempre há
vendo
bem
uma folha
rompendo
uma folha
que quer
nascer
que quer
nascer
até
ao pé
do turbilhão
das folhas amarelas.

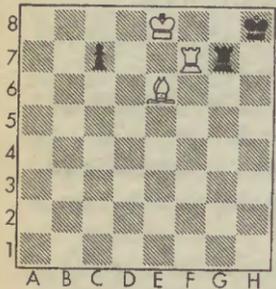
É por isso que eu não
pactuo com elas.

XADREZ

DCCXXVIII - 4 DE NOVEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X39

Por: A. Dობordjhinidze
«Shakhmaty URSS» - 1938

Pr.: [3]: Pç7 - Tg7 - Rh8
Br.: [3]: Bè6 - Tf7 - Rè8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999X39 [A. D.]

1. Tf8+, Rh7; 2. Bf5+, Rh6; 3. Th8+, Rg5;
4. Rf8 e g.

A. de M. M.

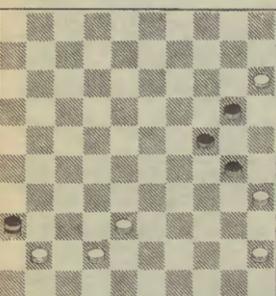
DAMAS

DCCXXVIII - 4 DE NOVEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D39

Por: W. Muliar
- 1969

Pr.: [4]: 20-24-30-(36)

Br.: [6]: 15-35-38-41-42-45



Branças jogam e ganham

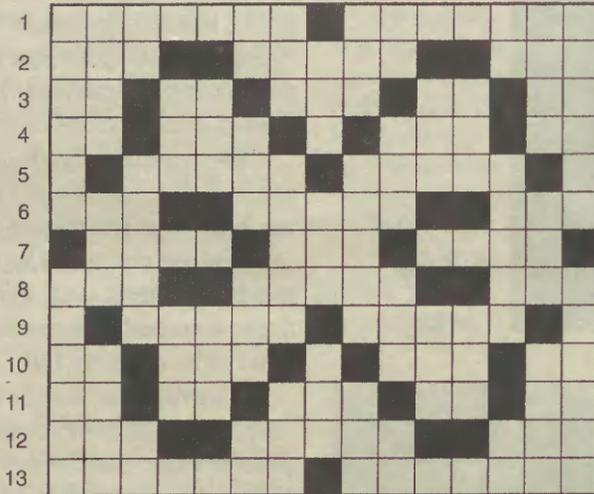
SOLUÇÃO DO Nº 1999D39 [W. M.]

1. 45-40 (36x47), 2. 40-34 (x); 3. 38-33 (47x26); 4. 35-30 (x); 5. 15x44 e g.

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Vaso de barro em que os indígenas encerravam os corpos dos seus mortos (bras.); moeda de cobre com orifício no centro (pl.). 2 - A barlavento (náut.); ave columbina, semelhante ao pombo (pl.); carta ou documento escrito numa só folha. 3 - O enlhecimento ou rosca do corpo da serpente; carta de jogar; rim (ant.); sim (ant.); Alumínio (s.q.). 4 - Atmosfera; grande extensão de água salgada; medida de velocidade equivalente a uma milha por hora (pl.); Rádio (s.q.). 5 - Espécie de turques de madeira, usada pelos penteiros (pl.); grudes. 6 - Prep. indicativa de limite; instrumento que serve para marcar ângulos no terreno (pl.); bago da videira. 7 - Claro; suavidade (fig.); combina. 8 - Remoinho de água (prov.); o símbolo da música (pl.); ninho. 9 - Trabalhar com a sapa; Estado governado por um rei. 10 - Sufixo nominal que designa, sobretudo, lugar onde os animais se recolhem tendo por vezes sentido diminutivo; regressar; minha (ant.); Titânio (s.q.). 11 - Níquel (s.q.); rio costeiro de França; via dentro de uma povoação; caminhos; avenida (abrev.). 12 - Estima muito; coluna simples; fileira. 13 - Peregrinação religiosa; qualidade do que é liso (pl.).

VERTICAIS: 1 - Antiga medida de capacidade que levava quatro quartilhos; alvitrar. 2 - Incentivo; análogo; planta da fam. das algas. 3 - Pedra de moinho; pano preparado para a pintura (pl.); Amerício (s.q.). 4 - Patrão; nome de mulher. 5 - Tempero; carilanga do navio. 6 - Comparecer; chefe etíope; parte inferior do pão; o seu valor é de 3,1416. 7 - Maior; desaparecer; braço de rio. 8 - Bagaço de que se faz a aguapé; possuir; o meio-dia. 9 - Chiste (fig.); permanecer em silêncio; nome de uma árvore terebintácea cuja casca serve para aromatizar o vinho. 10 - Arsénio (s.q.); laços apertados; prep. indicativa de carência ou ausência; mofa. 11 - Esplendor (fig.); três romanos. 12 - Sufixo nominal, de origem latina, existente em substantivos femininos; naquelas. 13 - Cobalto (s.q.); relativo a porco; modo (fig.). 14 - Formar em alas; dirige-se (fig.); tabuinha que serve para comprimir ossos fracturados. 15 - Confusão (fig.); campo plantado de oliveiras (pl.).

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Canuclim; speccas. 2 - Alto; rolas; oia. 3 - Nô; ds; nli; si; Al. 4 - Ar. mar; nos; Ra; 5 - Até; suas; uva. 7 - Mor; sum; nra. 8 - Lia; ter; sul. 9 - Sal; calar; reho. 10 - Li; vir; nra; Tl. 11 - Ni; Aar; nra; is; av. 12 - Amor; plat; ala. 13 - Romana; hmas.
VERTICAIS: 1 - Canada; opinar. 2 - Amor; tal; hmo; 3 - Mof; telas; Am; 4 - Amo; Aya. 5 - Sal; pia. 6 - Ir; rã; lar; pl. 7 - Mor; sum; nra. 8 - Lia; ter; sul. 9 - Sal; calar; reho. 10 - Li; vir; nra; Tl. 11 - Ni; Aar; nra; is; av. 12 - Amor; plat; ala. 13 - Romana; hmas.
15 - Salada; olivas.

Gás natural, preço artificial

Afinal, a opção de ter gás natural em casa pode tornar-se numa armadilha, a começar logo pelo preço de adesão ao serviço que, segundo o *Diário de Notícias*, tem preços completamente diferentes praticados pelas quatro distribuidoras actualmente em serviço (Portgás, Lusitan; aGás, GDL/Lisboagás e Setgás): para os clientes residenciais, e segundo uma ronda feita pelo *DN* no Porto, Leiria, Almada e Lisboa, os custos da adesão variam entre 8400\$00 e os 40 000\$00! Mas não se ficam por aqui, os problemas: ainda no caso da instalação do gás natural, os prospectos informativos e tabelas fornecidos pelas empresas não tornam claro nem transparente o que o cliente está, efectivamente, a pagar no acto do contrato, enquanto a comparação entre a instalação da rede de gás natural com a instalação da electricidade ou da água mostra a primeira como altamente penalizadora para o consumidor.

Mais uma vez, aí temos o belo resultado de se entregar serviços estratégicos à «eficiente» iniciativa privada...

AGENDA

Plenários e convívios**ALMADA**

Plenário da organização da freguesia de Costa da Caparica: sábado, 6, às 15h, no Centro de Trabalho local.

Magusto comemorativo do 7 de Novembro no Centro de Trabalho da Charneca da Caparica: domingo a partir das 17h.

Magusto no CT concelhio de Almada (Pombal): dia 12 às 17h30, com a participação de Jorge Pires.

BENAVENTE

Reunião concelhia de eleitos e membros das listas CDU: sexta-feira, 5, às 21h, no Centro de Trabalho do PCP.

CASCAIS

Almoço-convívio comemorativo do 7 de Novembro no Centro de Trabalho de Tires, com a participação do camarada **Júlio Filipe**: sábado, dia 6, a partir das 13h.

LISBOA

Plenário de militantes da Freguesia de Campolide sobre a situação política e o desenvolvimento e reforço do trabalho na freguesia: sábado, 6, às 15h, no Salão da Junta de Freguesia.

OEIRAS

Reunião de quadros do PCP do concelho de Oeiras sobre os resultados eleitorais e as tarefas e acção do Partido, com a participação do camarada **José Casanova**, seguindo-se convívio comemorativo dos 82 anos da Revolução Socialista de Outubro: domingo, 7, das 15 às 18h30, no Auditório Amélia Rey Colaço (antigo 1º Acto), em Algés.

Magusto promovido pelo Sector de Empresas de Oeiras no CT de Algés: quinta-feira, 11, a partir das 19h.

SEIXAL

Convívio comemorativo da Revolução de Outubro no Centro de Trabalho do Seixal, com intervenção de **Aurélio Santos**: domingo, 7 a partir das 16h.

S. Martinho na Quinta da Atalaia - Almoço convívio concelhio no dia 13 às 13h. (Inscrições nos Centros de Trabalho do concelho).

SINTRA

Reunião da Comissão Concelhia, para discussão do Plano de Acção no concelho, reforço orgânico do Partido e da sua ligação às massas: quinta-feira, 4, às 21h30, no CT do Cacém, com a participação do camarada **António Andrez**.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de Vialonga, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**: sábado, 6, às 15h, no Centro de Trabalho local. Magusto comemorativo do 7 de Novembro, no final.

Plenário de militantes de S. João dos Montes, com a participação do camarada **António Andrez**: domingo, 7, às 15h30, no Centro de Trabalho local.

**Encontro Regional do Porto da JCP
Reuniões preparatórias**

Teve já início a fase preparatória do Encontro Regional do Porto da JCP, a realizar no dia 20 de Novembro no auditório da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Previstas para os próximos dias estão as seguintes reuniões:

- Hoje, dia 4, 20h30, no CT da Boavista, jantar da Org. Ensino Secundário, seguido de discussão política.

- Dia 5, 21h30, nos CT de Ermesinde e CT de Trofa: discussão das propostas de resolução; às 21h30, no CT de Barão de S. Cosme, debate convívio sobre a praxe, promovido pela Org. Ensino Superior.

- Dia 6, às 15h, no CT de Valongo, debate sobre as competências das autarquias, seguindo-se magusto e torneio de matraquilhos; às 15h, no CT de Pedrouços, discussão das propostas de resolução e debate sobre a situação política e social no distrito; torneio de futebol no Bairro das Pedras, em Mafamude - das 10 às 12 e das 14h30 às 18h; às 22h, no CT de Matosinhos, Noite Livre com música, animação e karaoke;

- Dia 7, às 15h30, no CT da Boavista, discussão das propostas de resolução.

**Reunião Nacional
de Quadros do PCP
"NOVOS DESAFIOS
AO PODER LOCAL
DEMOCRÁTICO"**

Sábado, 6, a partir das 10h,
na Timbre Seixalense

com a presença
do Secretário-geral do PCP

**Amanhã no BARREIRO
CDU é uma festa!**

Animação com os grupos

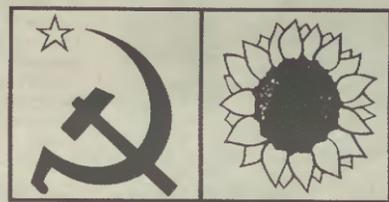
Romarias - Lado B - Lena Guerra - Teatro do Elefante

Tocarufar - Foligaita - Bordoada

Dia 5 às 21h30, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal

Com a participação de

CARLOS CARVALHAS



...e no sábado em BRAGA também!

Para festejar

**a eleição de um deputado
CDU pelo distrito**

Dia 6 a partir das 18h no Átrio de Entrada do Parque de Exposições

Convívio com a participação

de **AGOSTINHO LOPES** e **CARLOS CARVALHAS**

———— Póvoa de Varzim ————

**Eleições antecipadas para
a Assembleia de Freguesia**

Na Póvoa de Varzim estão já em curso acções de propaganda da CDU com vista à eleição antecipada dos órgãos de Freguesia.

Além de participarem nos debates com os quatro cabeças de lista que se realizam, um, amanhã à noite no Auditório Municipal, promovido pela Rádio Onda Viva, outro sábado às 18h, na Biblioteca, este promovido pela Rádio Mar, os candidatos da CDU estarão na manhã de sábado, a partir das 9h, no Mercado da Póvoa.

———— Castelo Branco ————

Encontro Distrital da CDU

Sábado, 6, a partir das 15h, no Auditório do Teatro Clube de Alpedrinha

com a participação de

FRANCISCO LOPES

Já começámos a cumprir

Para que não fique
tudo na mesma



O PCP entregou propostas no Parlamento sobre:

- ✓ Aumento das Pensões e Reformas
- ✓ Redução para os 62 anos da idade de reforma das mulheres
- ✓ Aumento digno do salário mínimo nacional
- ✓ Baixa da electricidade em 10%

web - <http://www.pcp.pt>

Agora...é preciso o seu apoio!



TELEVISÃO

Quinta, 4

CANAL 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Lições do Tonecas
22.30 Reportagem
23.30 O Juramento
(de Bethany Rooney, EUA, com Isabella Hoffman, Tracy Nelson, Neil Maffin. Telefilme / Drama)
01.05 24 Horas
01.55 Scarlett

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 A Matemática e o Homem
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.30 Riscos
21.00 Cidade Louca
21.30 Remate
22.00 Jornal 2



Futebol: jogos completos na RTP (segunda-feira) e SIC (hoje e segunda-feira)

22.40 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 No Rasto do Mal
00.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século

SIC

08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.30 Futebol: Benfica-Paok
21.30 Jornal da Noite
22.00 Suave Veneno
22.45 Esta Semana
24.00 Caminhos Errados
(de Jim McBride, EUA/1993, com Roseanne Arquette, John Lightgow, Kevin Anderson, Robert Harper. Drama)
02.00 Último Jornal
02.35 Dra. Quinn
03.35 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.45 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.00 Directo XXI
21.15 República & Bananas
21.45 Um por Todos
23.10 A Bola É Nossa
01.10 O Ente do Passado
(de Michael Toshiyuki Uno, EUA/1996, com Tiffani-Amber Thissen, Tim Matheson. Mistério)
02.10 O Rei do Bairro
03.30 Terra, Conflito Final
04.30 A Balada de Hill Street
05.30 Mulher Perigosa

Sexta, 5

CANAL 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 Lenda da Garça
22.00 Companhia do Riso
22.40 As Chaves do Poder
(de Sidney Lumet, EUA/1986, com Richard Gere, Julie Christie, Gene Hackman, Kate Capshaw, Denzel Washington. Ver Destaque)
00.30 Passeio da Fama
01.30 24 Horas
02.15 NBA

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 A Matemática e o Homem
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.30 Riscos
21.00 Cidade Louca



21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 No Rasto do Mal
00.30 Os Planetas
01.25 Amigos

SIC

08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.15 Suave Veneno
23.30 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal
02.35 Sonho de Uma Noite de Inverno
(de Kenneth Branagh, EUA/1995, com Michael Maloney, Richard Briers, Joan Collins. Comédia)
04.35 Portugal Radical
04.55 Vibrações

TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.00 Directo XXI
21.15 Os Reis da Música Nacional
24.00 Um Sonho de Risco
(de Michael Scott, EUA/1996, com Marcia Cross, James Marshall, Leila Kenzle. Drama)
02.05 O Rei do Bairro
02.35 Terra, Conflito Final
03.50 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

Sábado, 6

CANAL 1

08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Top +
15.15 Máquinas
16.00 Estrada Viva
16.35 Amigos e Detectives
(de Roger Spottiswoode, EUA/1989, com Tom Hanks, Mare Winningham, Craig T. Nelson. «Thriller» / Comédia)
18.35 Que Vida Esta
20.00 Telejornal
23.20 Santa Casa
21.20 Santa Casa
23.15 24 Horas
23.55 Liga dos Campeões



«Suave Veneno» caminha para o fim

01.00 Linhas Trocadas
(de Ted Kotcheff, EUA/1987, com Kathleen Turner, Burt Reynolds, Christopher Reeve, Ned Beatty. Ver Destaque)
03.00 O Duende Assassino
(de Mark Jones, EUA/1993, com Jennifer Aniston, Ken Olandt, Warwick Davies, Mark Holton. Terror)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.15 Quem Sai aos Seus
12.40 Juvenil
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 2001
19.30 Onda Curta
(O Café da Praia, «Le Café de la Plage», de Mohamed Ulad-Mohand. Curta Metragem)
20.00 O Século das Descobertas
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
22.50 O Lugar da História
23.40 Allô, Allô!
00.10 Crimes do Pior
00.40 Smith and Jones
01.10 Ainda Não!
(de Akira Kurosawa, Jap/1993, com Tatsuo Matsumura, Kyoko Kagawa, Hisachi Izawa, George Tokoro. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Mulher Sofre!
(de Nick Castle, EUA/1996, com Ellen DeGeneres, Bill Pullman, Joan Cusack, Dean Stockwell. Comédia)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.20 Pequenos e Terríveis
23.15 Desejo Apaixonado
(de Mike Sedan, EUA/1998, com Jeff Davis, Amy Lindsay, Lisa Gorshaw. Erótico)
01.15 Afrodísia
02.15 Último Jornal
02.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.30 Caras Lindas
17.00 O Adeus de Ema
(de Graeme Rattigan, EUA/1996, com Aden Gillie, Jack Thompson, Jacqueline McKenzie. Drama)
19.00 Protector
(de Bret McCormick, EUA/1996, com Ed Marino, Lee Majors, Cyril O'Reilly, Kate Rodger. Acção)
21.00 Todo o Tempo do Mundo
22.00 As Cores da Vida
(de Michele Lee, EUA/1996, com Hiromoto Ida, Michele Lee, Robin Thomas, Susan Blackley. Drama)
24.00 Directo XXI
00.30 Polícia Cyborg
(Longa-metragem)
02.25 Casos de Arquivo
03.25 A Balada de Hill Street
04.25 Mulher Perigosa

Domingo, 7

CANAL 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.10 Academia de Polícia
16.15 Laços de Amizade
(de Peter Horton, EUA/1995, com Joseph Mazzello, Brad Renfro, Annabella Sciorra, Diana Scarwid. Drama)
18.15 20.000 Léguas Submarinas
19.25 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.25 Os Principais
23.05 Jet Set
23.45 Domingo Desportivo
01.00 24 Horas



01.40 Fuga Arriscada
(Longa-metragem)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 Infantil / Juvenil
13.05 Quem Sai aos Seus
13.30 Saber e Fazer
14.00 Jornal d'África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
19.00 Bombordo
19.30 Quanto Mais Velho Melhor
20.00 Artes e Letras - «Tchaikowsky»
21.00 O Amigo Comum
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Nazismo: Um Aviso da História
00.20 A Triade de Hong-Kong
(Longa-metragem. Nenhuma informação fornecida pela RTP)

SIC

08.00 Zip Zap
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Poderia Acontecer-te
(de Andrew Bergman, EUA/1994, com Nicolas Cage, Bridget Fonda, Rosie Perez. Ver Destaque)
15.50 VIP
16.45 Rex, O Cão Polícia
17.40 Flores de Aços
(de Herbert Ross, EUA/1989, com Sally Field, Dolly Parton, Shirley MacLaine, Daryl Hanna, Julia Roberts. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Casos de Polícia
22.40 O Cliente
(de Joel Schumacher, EUA/1993, com Susan Sarandon, Tommy Lee Jones, Mary-Louise Parker, Anthony LaPaglia. Ver Destaque)
01.10 Musical
02.30 Último Jornal
03.05 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
17.30 Segredo das Estrelas
19.00 Tratado de Traição
(de James Becker, EUA/1993, com Linda Purl, Will Paton, Tim Thomerson, Ali McGraw. Drama)
21.00 Directo XXI
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Casa Justa
23.30 Falsa Acusação
(de Noel Nosseck, EUA/1992, com Christopher Meloni, James Staley, Peter Juraski. Policial)
01.30 Vidas Nocturnas
(de John Carpenter, EUA/1993, com Stacey Keach, Mark Hamill, Robert Carradine, David Warner. Ver Destaque)
03.20 A Balada de Hill Street
04.20 Mulher Perigosa

Segunda, 8

CANAL 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Santa Clara-Boavista
20.00 Telejornal
21.25 Os Principais
23.05 Jet Set
23.45 Domingo Desportivo
01.00 24 Horas

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Novas Aventuras de Robin Hood
17.00 Animais e Suas Crias
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.30 Riscos
21.00 Cidade Louca
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Segredos Reais
00.05 Perigo Iminente
01.00 Retratos: «Joly Braga Santos»

SIC

08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube dos Campeões
21.20 Suave Veneno
22.50 Roda de Milhões
00.40 Futebol: Benfica-Braga
02.25 Último Jornal
03.00 Esposas Levianas
(de Erich von Stroheim, EUA/1922, com Erich von Stroheim, Maud George, Mae Busch. Ver Destaque)
06.45 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.00 Directo XXI
21.10 Quero Justiça
22.50 Ficheiros Secretos
24.00 Perigo Total
(de Tom Mankiewicz, EUA/1993, com Tony Goldwin, Lynn Whitfield, George Segal, Peter Boyle. Acção)
02.00 O Rei do Bairro
02.30 Terra: Conflito Final
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

As descobertas do Século (sábado na RTP2) - algumas, como as que levaram ao espaço, de repercussões longe de se esgotarem, e em toda a nossa vida



Terça, 9

CANAL 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Herman 99
24.00 Jesse
00.30 24 Horas
01.20 Seaquest, Brigada Submarina
02.15 A Qualquer Preço
(de Jane Simpson, EUA/1994, com Chad McQueen, Catherine Mary Stewart, Paul Bartel. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Derrick
17.00 Animais e Suas Crias
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.30 Série (não designada)
21.00 Cidade Louca
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Macau - Os que Ficaram
00.35 Ma Vie en Rose
(de Alain Berliner, Fr./Bélg./Gr.Br./1997, com Michèle Larcque, Georges Du Fresne, Jean-Philippe Ecoffey, Hélène Vincent. Comédia Dramática)
02.10 Documentário

SIC

08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide



«Todo o Tempo do Mundo», a novela portuguesa da TVI

15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Suave Veneno
23.30 Johnny Palito
(de Robert Beghini, It./1991, com Roberto Beghini, Nicoletta Braschi. Comédia)
01.30 Último Jornal
02.05 Cidade Escaldante
02.35 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.00 Directo XXI
21.10 Noite Especial
23.15 As Advogadas
(de Rod Holcomb, EUA/1996, com Stockard Channing, Michelle Forbes. Drama)
01.05 O Rei do Bairro
01.35 Terra, Conflito Final
02.35 Desporto
03.05 A Balada de Hill Street
04.00 Mulher Perigosa

Quarta, 10

CANAL 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Shine - Simplesmente Genial
(de Scott Hicks, Austrália/1995, com Geoffrey Rusch, Armin Müller-Stahl, Lynn Redgrave. Drama)
00.05 24 Horas
00.55 Diário de Maria

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Série (não designada)
17.00 Animais e suas Crias
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.30 Série (não designada)
21.00 Cidade Louca
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Sinais do Tempo ou Zoom
00.35 Ópera

SIC

08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Suave Veneno
23.15 O Homem da Meia Noite



«Todo o Tempo do Mundo», a novela portuguesa da TVI

(de Moshe Diamant, EUA/1995, com Lorenzo Lamas. Acção)
01.15 Toda a Verdade
02.15 Último Jornal
02.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Asas nos Pés
19.30 Directo XXI
20.00 Tiro e Queda
21.15 Ri-te Ri-te
22.40 Na Vigília da Noite
(de Ridley Scott, EUA/1987, com Tom Berenger, Mimi Rogers, Lorraine Bracco. Ver Destaque)
01.05 O Rei do Bairro
01.35 O Corvo
02.35 Terra: Conflito Final
03.35 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

As Chaves do Poder

(Sexta, 22.40, RTP1)

Grito de revolta contra os meandros de corrupção dos todo-poderosos, *As Chaves do Poder* não pode figurar, entretanto, no número dos grandes filmes de denúncia social e política a que nos habituou um cinema exemplar pela verticalidade das suas obras, como é **Sidney Lumet**. De facto, é de todo incrível a personagem principal de um promotor de políticos (independentemente dos seus credos ideológicos) que passa todo o filme a ser caracterizado como um crápula sem princípios e, subitamente, se transforma na mais honesta e cândida das criaturas pela simples ocorrência de práticas duvidosas por parte de um seu cliente... Louvem-se de qualquer maneira as boas intenções deste filme com **Richard Gere** e **Julie Christie** nos principais papéis.

Linhas Trocadas

(Sábado, 01.00, RTP1)

Eis uma nova versão, datada de 87, de uma peça de **Ben Hecht** e **Charles MacArthur**, intitulada *The*

Poderia Acontecer-te

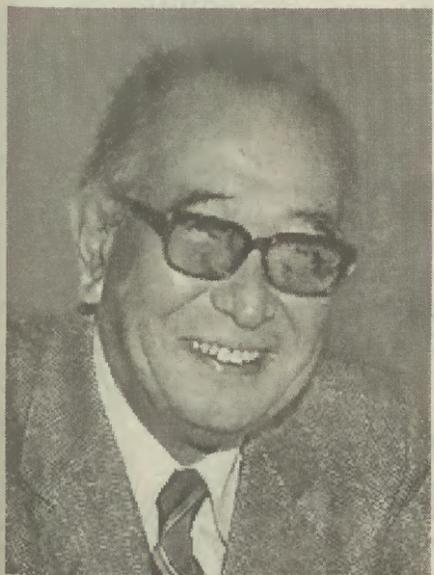
(Domingo, 13.50, SIC)

É a **SIC** que bem resume: uma comédia na qual «um agente da polícia compra um bilhete de lotaria e promete partilhá-lo com a empregada do café. O bilhete é premiado, deixando-o milionário. Honesto, ele resolve cumprir a promessa, mas a sua mulher não está pelos ajustes». Uma comédia romântica, com **Nicolas Cage** e **Bridget Fonda** nos principais papéis.

Flores de Aço

(Domingo, 17.40, SIC)

Um salão de beleza de uma pequena cidade do sul dos EUA é o local de cruzamento de histórias vividas, sentidas ou comentadas por um conjunto de personagens femininas que normalmente o frequentam, entre as quais avultam as consequências da tragédia de uma jovem mãe provocada por um parto. Evoluindo entre a comédia e o drama, *Flores de Aço* é, por vezes, um verdadeiro espectáculo de representação (Ver *Ficha Técnica*), em que se destaca, pelo insólito, a secura de **Shirley McLaine**. A realização segura é de **Herbert Ross**.



Akira Kurosawa e **Eric von Stroheim**, dois mestres do cinema, com filmes a não perder nas emissões da RTP e da SIC (sábado e segunda)



Susan Sarandon e **Tommy Lee Jones**, em excelentes papéis no filme «O Cliente», de **Joel Schumacher**

Front Page, que já conheceu três adaptações ao cinema. Aqui, esta história que se passava originalmente na redacção de um jornal é transposta para uma estação de televisão por cabo, contando-nos a história de uma repórter, ex-mulher do director da estação, que anuncia o abandono da profissão para se casar com um milionário e dos esforços daquele para manter a ex-mulher ao serviço da empresa, até porque ainda está apaixonado por ela. Com **Kathleen Turner** e **Burt Reynolds**, uma comédia que se vê com agrado.

Ainda Não!

(Sábado, 01.10, RTP2)

Trata-se da última obra de **Akira Kurosawa** (1993), o grande mestre do cinema japonês e mundial, que acompanha a vida de um professor que se reforma em plena Guerra Mundial e nos anos que se seguem decide ocupar-se dos seus próprios estudos e reflexões sobre a vida, que partilha com os alunos. Como bem observa o texto de apresentação deste filme, trata-se de «um derradeiro hino à alegria de viver, ensinar, aprender e envelhecer, em serenidade e em harmonia com o Mundo.»

O Cliente

(Domingo, 22.40, SIC)

A bem urdida história deste filme centra-se sobre a figura de um jovem de 11 anos que é apanhado entre dois fogos: o **FBI** e a **Mafia**, que se prepara para o liquidar por saber demais. Suficientemente esperto e desembaraçado o miúdo trata de arranjar o que mais precisava - uma advogada - que se interessa pelo caso e decide ocupar-se dele. Acontece, entretanto, que o filme vai bem mais fundo do que esta superficial e angustiante emergência e acabamos por mergulhar na mais sórdida história de corrupção, na qual somos levados a hesitar entre quem são os «bons» e quem são os «maus». **Susan Sarandon** e o jovem **Brad Renfro** dão nas vistas, mas **Tommy Lee Jones** tem uma composição tão fabulosa quanto terrível. A realização, impecável, é de **Joel Schumacher**.

Vidas Nocturnas

(Domingo, 01.30, TVI)

Se não se impressiona com as situações por vezes macabras que os filmes de **terror** nos dão a ver, então está aqui nas suas sete quintas: **John**



Um punhado de excelentes atrizes, em «Flores de Aço», de **Herbert Ross**

Carpenter produziu este tríptico de verdadeiro horror cuja origem se encontra numa morgue e nos cadáveres dos principais protagonistas. Neste telefilme, duas das histórias são realizadas por **Carpenter** e uma terceira por **Tobe Hooper**. Mas, por ali vagueiam os «fantasmas» de gente que deu cartas no género, como os realizadores **Roger Corman**, **Sam Raimi** ou **Wes Craven**, e, ainda, as cantoras **Sheena Easton** e **Deborah Harris** ou a modelo **Twiggy**, fazendo companhia aos actores **Stacy Keach** e **Robert Carradine**. Ou seja, um pessoal de morrer...

Esposas Levianas

(Segunda, 03.00, SIC)

Três esboços, o falso conde **Karamzin** e as pretensas princesas **Olga** e **Vera**, fazem crónica em Monte Carlo, não apenas a amorosa mas também a da vigarice e a do furto: um filme delirante e desmesurado no qual a célebre estância mundana do sul de França foi reconstituída em plena Hollywood por um milhão de dólares afim de ali abrigar uma história extravagante de adultério entre um falso conde russo - cujo cadáver acaba num esgoto - e a mulher do embaixador dos EUA. A censura americana impôs numerosos cortes mas esta obra dirigida por **Eric von Stroheim** em 1927 conserva, mesmo assim, um clima perturbador e perverso e permanece uma obra-prima do cinema mudo.

Na Vigília da Noite

(Quarta, 22.40, TVI)

A história conta-se em poucas palavras: uma bela mulher da sociedade nova-iorquina é testemunha de um crime e um polícia é designado para a proteger. Tudo o que interessaria num filme como este era averiguar se o realizador seria capaz de introduzir, na encenação desta história mais do que banal, qualquer coisa de diferente e original - o «golpe de génio» que a transformasse em algo mais do que apenas um filme escorrido e que cumpre a função de bem entreter. No entanto, as «novidades» não são mais do que duas ou

três, uma negativa e as outras positivas: 1) os intérpretes principais (**Mimi Rogers** e **Tom Berenger**) não acrescentam nada de particularmente interessante ao que deles se esperava; 2) o estilo de **Ridley Scott** surge neste filme (com vantagem) relativamente despido dos efeitos espectaculares e pleonásticos que, por vezes, o caracterizam; 3) a interpretação de **Lorraine Bracco** (no papel da mulher do polícia) é que acaba por se destacar.

CABO & SATÉLITE

A África dos Exploradores

Entre 1795 e 1850, três exploradores quiseram penetrar no mistério de Tombouctou, a capital do fim do Mundo. Ilustradas pelas gravuras da época e por imagens soberbas da África actual, as viagens de **Mungo Park**, **René Caillé** e **Heinrich Barth** abrem-nos as portas da cidade lendária. É no documentário «**Vers Tombouctou**» que o canal franco-alemão transmite entre as 19.45 e as 20.45 no próximo sábado 6.

Segundo o texto de apresentação deste programa - realizado por **Jean-Claude Loubtchansky** a partir do livro homónimo de **Anne Hugon** - «o mais espantoso na história destes exploradores, é que eles perseguiram uma aventura individual. Cada um deles tinha uma personalidade bem particular: **Mungo Park**, que nada conhecia de África, descobre maravilhado a beleza do local e os costumes estranhos dos autóctones. **René Caillé**, fascinado pela relato de **Mungo Park**, tenta tudo por tudo fazendo-se passar por muçulmano, conquistando a glória de ter sido o primeiro a sair vivo de Tombouctou. Quanto a **Heinrich Barth**, ele revela-se um erudito brilhante que estuda as línguas das populações». A não perder.

(Arte, Sábado, das 19.45 às 20.45)





Nunca mais!

Foi no passado domingo. Ao ligar para a RTP 2, fui surpreendido pelo facto de uma série com a chancela da BBC e cujo título genérico era «Nazismo – Um Aviso da História» já ir no seu quarto episódio.

Investigando um pouco mais, concluí então não ter reparado que, pelo menos no domingo anterior, fora transmitido o terceiro episódio mas, recuando um pouco mais no tempo (até à semana de 11 a 17 de Outubro, por exemplo) e consultando a própria documentação relativa à programação de domingo que a RTP envia para os órgãos de informação, nenhum sinal vi da existência prévia dos outros episódios, pelo que concluí que, mais uma vez, esta estação terá estropiado a transmissão de uma série potencialmente importante, quiçá mudando-a de dia ou interrompendo a sua sequência, prática habitual que a reinante e irresponsável incompetência permite supor.

O facto é que teria valido a pena – se houvesse mesmo interesse em valorizar as suas emissões e os seus resquícios de serviço público – que a RTP fizesse devidamente a promoção da série não apenas no canal que a transmite (e, com toda a franqueza, comparando com outros insistentes destaques, não dei por ela) mas também na RTP 1, prática frequente na estação quando, por exemplo, se trata de divulgar a transmissão de outras mais que duvidosas séries documentais que agora por ali também proliferam e se vêm debruçando sobre o «comunismo» ou o chamado «império do Mal», para empregar a célebre fraseologia de Ronald Reagan.

Enfim, resta-nos porventura aguardar que sejam agora transmitidos nos próximos domingos, com realce que se veja, os restantes (dois) episódios da série, tanto mais que se trata de uma análise aprofundada da ascensão e queda do Terceiro Reich, pelos vistos dividida em capítulos temáticos que enquadraram fenómenos importantes ligados ao mais negro período da História Mundial. E os próximos episódios, dedicados certamente aos anos da guerra, não podem deixar de suscitar a curiosidade de vermos como serão tratados certos posicionamentos de eminentes e decisivos responsáveis políticos da época.

Indo agora ao concreto, o episódio em questão intitulava-se «Caos e Consentimento – A Dominação Nazi da Alemanha». Correspondendo inteiramente ao que se esperaria de um trabalho com esta grandeza e utilizando os meios necessários a dar-lhe forma, era naturalmente farto o material de arquivo, algum inédito até hoje, a par de outras imagens impressionantes, por exemplo as extraídas das tão sinistras quanto (objectivamente) geniais obras de propaganda de Leni Riefenstahl, a cineasta do III

Reich, como excertos de «Sieg des Glaubens» ou «Triumph des Willens», dois célebres documentários por ela realizados durante o Congresso de Nuremberga do Partido Nacional-Socialista.

Assim vimos a ascensão de Hitler ao poder, a forma como este poder se hierarquizava e organizava e como, no segredo dos gabinetes, os colaboradores mais próximos do ditador empreendiam manobras insidiosas em troca de favores pessoais, bem como a actuação impune e explícita ou implícita não controlada da Gestapo, esse Estado dentro do Estado.

Mas este material audiovisual não se ocupava apenas da superestrutura do Estado, era ainda enquadrado por entrevistas a testemunhas de todos os níveis sociais e de todas as orientações políticas (menos uma!) que viveram aquela época de um e do outro lado da barricada – ou seja, colaborando por dentro com a ditadura, a guerra e o holocausto ou sofrendo individual, familiar e colectivamente os horrores deste período trágico.

Foi assim ainda possível pasmar-nos perante excertos de entrevistas que nos contavam os episódios mais horríveis dos primeiros tempos do nazismo – como, por exemplo a tristemente célebre «Noite de Cristal», com o seu cortejo de horrores – mas também depoimentos de gente que, ainda hoje, acha natural que muitos desses crimes pudessem ter acontecido.

Por exemplo, um destacado banqueiro, contemporâneo do holocausto, confrontado com a perseguição aos judeus, afirmava com a maior tranquilidade perante as câmaras, em 1997 (à data da realização da série): «A opinião geral era a de que os judeus na Alemanha tinham ido longe de mais. Dos 4800 advogados de Berlim, 3600 eram judeus. À parte Furtwängler, quase todos os encenadores (?) eram judeus. Um dia tornou-se demasiado. O sentimento geral de que os judeus deviam ser afastados não encontrou oposição».

E como não estremecer de indignação ao ver e ouvir o chefe de propaganda Joseph Goebbels, do alto da tribuna de um tristemente histórico comício, afirmar coisas como estas: «Temos teatro alemão, filmes alemães, imprensa alemã, literatura alemã, arte alemã e rádio alemã. A objecção muitas vezes levantada contra nós no passado de que não era possível afastar os judeus das artes e da vida cultural, porque eles eram demasiados e não conseguiríamos preencher todos os lugares vagos (sic), tudo isto provámos brilhantemente estar errado».

É por isso que séries como esta não podem ser arrumadas para o canto de uma programação que nos deve, antes, alertar para os horrores e os arbítrios que nunca mais devem voltar.

TVISTO

Francisco Costa

A alma do negócio

De entre os tantos deputados do PS que se reuniram com Guterres num primeiro encontro formal do primeiro-ministro com a bancada parlamentar que lhe vai permitir sentar-se com à-vontade absolutamente relativo na cadeira de S. Bento, não se sabe quem veio cá para fora badalar tudo à comunicação social. À saída da reunião, Guterres teve de «explicar» aos jornalistas porque é que mandou «calar» os seus rapazes, porque é que os avisou dos perigos da promiscuidade entre deputados socialistas e jornalistas de todas as cores. Estes parece não terem receado o contágio e já sabem de tudo o que à porta fechada se passara.

Com o ar professoral que foi adquirindo ao longo dos anos do primeiro mandato, o chefe do Governo – que acumula chefias, como o rebelde Eurico o acusou em carta de despedida, no jeito de bater com a porta do PS – depois de ter advertido os seus deputados, achou por bem chamar à responsabilidade os próprios profissionais dos media. Como quem diz que isto de divulgar o que vai nas intenções do executivo só pode trazer males ao País.

A não ser que se tenha tratado de uma «fuga controlada» de informação, o recado – ou a advertência – não terá surtido efeito. Quando Guterres chegou cá fora, já muita gente sabia o que se passara lá dentro. E, a menos que alguém venha queixar-se da instalação abusiva de microfones – o PS dá mostras de haver inaugurado uma fase de para-

órgãos de comunicação, a ideia de que esta legislatura vai ser «particularmente difícil».

É certo que o PS pretendia mais folga para prosseguir, aprofundando os seus aspectos negativos, a política de direita que foi a sua nestes últimos quatro anos. Mas o PS não pode queixar-se de ter visto diminuir o número dos seus deputados e por conseguinte o apoio parlamentar ao Governo. Se não alcançou a maioria absoluta, está de pedra e cal em termos institucionais. Só ele próprio pode

deixar-se cair. Bem vistas as coisas também não poderá queixar-se de ter visto reduzida à esquerda a sua influência eleitoral e, sobretudo, social. Fez tudo para que

fosse considerado um partido enganoso que mostra uma rosa para melhor poder disfarçar os espinhos.

O PS e o Governo de Guterres lá terão as suas razões para considerarem com apreensão os tempos que aí vêm. E o programa que está hoje em apreciação na Assembleia da República dá uma ideia de que, ao pretender prosseguir a mesma política, de persistir no serviço do grande patronato e no agravamento da

CRÓNICA

Leandro Martins



nóia conspirativa –, não deve ter havido nenhum milagre electrónico. Alguém de entre os deputados, mal dispostos com as admoestações do primeiro-ministro, deu com a língua nos dentes. O engenheiro vai ter grandes dificuldades em controlar a vontade comunicativa dos membros do seu partido. E, se é verdade que linguareiros há-os um pouco por todo o lado, o certo é que no PS, as «sensibilidades» estão sempre à espreita de um jornalista que queira partilhar um segredo.

Segundo os jornais que tiveram acesso aos conselhos de Guterres, dados em jeito de reprimenda aos alunos mais velhos e de aviso aos caloiros da bancada rosa, este «evitar promiscuidades» com os jornalistas teria em vista fazer segredo em torno de «matérias controversas», nesta legislatura «particularmente difícil». Se sabemos muito bem que vai haver, entre os socialistas, «matérias controversas» – sempre as houve e à medida que o PS se vai afastando da gaveta onde uma certa vez meteu o socialismo, arrisca-se a encontrar mais matéria dessa –, já não se sabe porque é que pretende servir ao público, através da promiscuidade que tão bem o liga a certos

exploração dos trabalhadores, PS e Governo não irão ter vida fácil. Não será apenas na Assembleia da República que a oposição a esta política se vai manifestar.

Apesar de ocupar metade do hemiciclo na AR e de tocar à tangente a maioria absoluta, o PS já começou a jogar à defesa. As advertências de Guterres aos seus parlamentares e a atmosfera «consensual» e sem fracturas que terá reinado na sala onde secretamente realizaram o conclave, mostram que os deputados socialistas cerram fileiras, mantendo embora as suas promiscuidades atávicas. Até o facto de ter transpirado, dessa reunião, para além da ensaboadela do primeiro-ministro, apenas a indignação de Manuel Alegre, preocupado com as investidas de um Ministério Público à caça de «burlas agravadas», e de este deputado ter visto reunido em torno de si um consenso – será a primeira vez... – diz bem da crispação do PS que parece preparar-se para enfrentar, acossado e monolítico, os maus tempos que aí vêm.

É que todo o cuidado é pouco. E como sabem os mercadores, o segredo é a alma do negócio.

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Pintura na Galeria Gymnásio

Foi inaugurada no passado dia 19 de Outubro na Galeria Municipal Gymnásio (R. da Misericórdia, Lisboa) e prossegue até 17 de Novembro, uma exposição de pintura de Alexandre Figa. Segundo o testemunho do próprio autor, «estes trabalhos têm como fio condutor uma exploração sistemática dos mesmos materiais, uma paleta de cores escolhida não apenas como uma linguagem plástica, mas como expressão de valores essenciais. Cores dramáticas habitam um espaço sombrio e sujo de materiais desbotados pelo verniz, ou estão ausentes pelo negro austero que as sobrepõe.»

Bienal de Fotografia na Moita

Entretanto, integrada na Semana Cultural e Desportiva levada a cabo pela Câmara Municipal da Moita, é inaugurada no próximo sábado 6, no Pavilhão Municipal de Exposições naquela cidade, a IV Bienal de Fotografia.

Mais uma vez a Música

Sem dúvida que está a ser particularmente rico e diversificado este início de temporada nas várias áreas da música. Assim, por exemplo, continua a Temporada da Fundação Gulbenkian e, embora à distância de mais de uma semana, um primeiro destaque de hoje tem de ir para o concerto que a Orquestra Sinfónica do Curtis Institute de Filadélfia, sob a direcção do maestro André Previn, vai realizar, na sexta-feira 12, às 21 horas, no Coliseu dos Recreios (Lisboa), tendo como solista a extraordinária violinista Anne-Sophie Mutter.

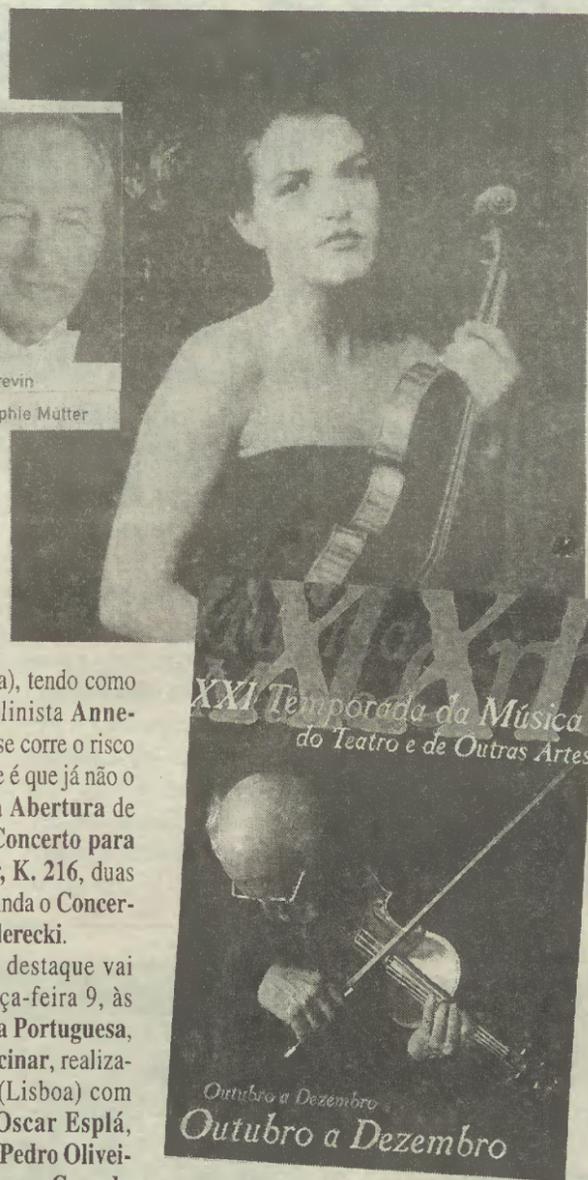


André Previn
Anne-Sophie Mutter

Isto porque se corre o risco de os bilhetes se esgotarem (se é que já não o estão!). O programa inclui a Abertura de «As Bodas de Fígaro» e o Concerto para Violino n.º 3, em Sol Maior, K. 216, duas obras célebres de Mozart, e ainda o Concerto para Violino n.º 2 de Penderecki.

Ainda nesta área, outro destaque vai para o concerto que, na terça-feira 9, às 21.30, a Orquestra Sinfónica Portuguesa, dirigida por José Ramón Encinar, realizará no Teatro de S. Carlos (Lisboa) com obras de Gustav Mahler, Oscar Esplá, António Chagas Rosa, João Pedro Oliveira e Edgard Varèse. Participam o Coro do Teatro Nacional de S. Carlos e o pianista Marino Formenti.

Por outro lado, em Benavente, a Câmara Municipal desta cidade está a levar a efeito a XII Temporada da Música mas alargada ao Teatro e a Outras Artes, que decorre até Dezembro. Para os próximos dias, estão previstos: sexta-feira 5, às 21.30, o Teatro de Almada levará à cena, no Salão da Cooperativa de Consumo União Samorense, a peça «Crónica Feminina»,



de Jorge Listopad; sábado 6, pelas 21.30, actuará no Centro Cultural de Benavente o grupo Canora Turba Música e Dança Barroca; domingo 7, pelas 16 horas, será a vez de actuarem no Centro Social dos Foros de Almada o grupo «Os Revisiteiros», com a peça «Cá Estão Eles Outra Vez».

Quanto ao restante programa a realizar até Dezembro, aconselha-se a recolha de informações junto do Pelouro da Cultura.

BAILADO

Ballet Gulbenkian

Tem início na próxima quarta-feira 10, às 21.30, no Grande Auditório da FCG, a Temporada de Dança do Ballet Gulbenkian, com um programa que se repetirá em 11, 12 e 13, também às 21.30, e no mesmo dia 13 ainda às 16 horas. Do repertório fazem parte: «Stamping Ground» (estreia em Portugal), com coreografia de Jiri Kylián, e «Black Milk» e «Perpetuum» (estreia em Portugal), duas coreografias de Ohad Naharin. Segundo a apresentação destes bailados, nas três coreografias destes consagrados coreógrafos estarão em destaque «temas muito debatidos no final deste século: as etnias minoritárias e o direito ao seu reconhecimento, os rituais, o misticismo e o culto religioso, o consumismo, os bens descartáveis, a artificialidade e a veneração das divas».



LIVROS

Maria do Céu Carvalho
Macau... bye, bye!



Macau... bye, bye!

Aproximando-se vertiginosamente o momento da passagem de Macau à soberania chinesa - e não apenas à «administração» da China, como é caro a alguns dizer - é natural que, também um pouco «vertiginosamente», venham aparecendo textos - romances, viagens, poemas, notas, além de filmes e documentários - sobre a vida do território e o que lá se passa, numas repentinas saudades de uma terra sobre a qual muitos poucos portugueses se debruçaram com olhos de ver, de ouvir e de... falar.

Será também nesse cesto de «últimas palavras» que se irá um dia inserir este romance de Maria do Céu Carvalho? O tempo o dirá, se este trabalho sobreviver, como sobreviveram na memória de leitores os seus anteriores livros também publicados na colecção Policial da Caminho.

É que se trata de um policial, com a personagem habitual da escritora a fazer agora uma viagem - cheia de perigos, pois - ao oriente e a urdir aí as suas novas aventuras. A autora conhece Macau. E conta-o, deixa-o entrever nestas páginas de fim de século. Uma viagem a que nos convida na leitura de Macau... bye, bye!

JOAQUIM LAGOIRO

CAIU UM SANTO DO ALTAR

Romance

LISBOA
1999

Caiu um Santo do Altar

De Joaquim Lagoiro, um novo romance a acrescentar à já longa lista das obras deste escritor. Caiu um Santo do Altar é mais uma vez um livro de ficção carregado de histórias e não menos de reflexões sobre a vida, onde o realismo se deixa atravessar pela fantasia só para se tornar mais forte e verossímil. Dizemos nós como Maria Alzira Seixo escreveu sobre o autor que «Joaquim Lagoiro é um ficcionista hábil, de estilo enxuto e escrita discreta». Mas falava a crítica literária sobre outro romance do autor. Deste diremos que Lagoiro vai mais longe na viagem, investigando no tempo para nos fornecer personagens enredadas numa história ainda mais forte, num livro que «fala de maravilhas», «pois que o autor não fecha os olhos ao mistério, certo de que, real, real, não é apenas a pele das coisas». O romance, edição do autor, tem como depositária a Livraria Ler.

TEATRO

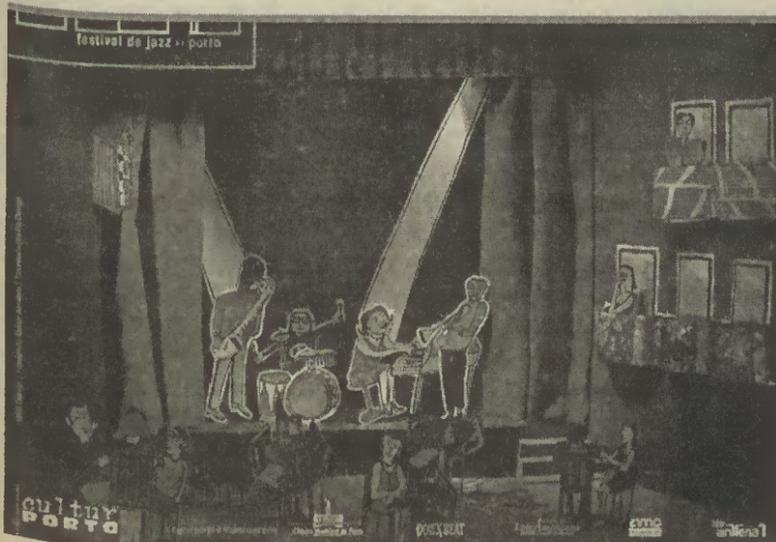
30.º Aniversário de «Intervalo»

Estreou-se anteontem no Auditório Lourdes Norberto (Linda-a-Velha) o espectáculo integrado no bicentenário do nascimento de Almeida Garrett intitulado «Rua Garrett». É uma teatralização da vida do grande autor, com encenação de Armando Caldas. O espectáculo repete-se todas as sextas e sábados às 21.30, até 18 de Dezembro.

Entretanto, a apresentação desta peça integra-se também no 30.º Aniversário do Grupo «Intervalo» (1.º Acto), que se comemora com uma série de realizações, sempre às 21.30, no mesmo local, as quais começam na próxima 2.ª feira 8, com um debate intitulado «Os Últimos 30 Anos do Teatro em Portugal», prosseguindo com uma conferência de Eduardo Lourenço intitulada «Os Últimos 30 Anos da Vida Política em Portugal» (4.ª feira 10) e, ainda, homenagens a Nuno Teotónio Pereira (5.ª feira 11) e a José Saramago (6.ª feira 12).

Teatro no CAM/ACARTE

Sobe à cena no Centro de Arte Moderna / ACARTE, da Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 (às 21.30) e nos dias 6 e 13 (às 16 horas) a peça «Área de Risco» de Paulo Filipe, com música de Carlos Bica, cenografia de Vera Castro, com interpretação de Isabel Ruth, Sofia Marques, Pedro Laginha, Stephen Jurgens, Alexandra Gonçalves, Sofia Froes, Amândio Pinheiro, Sara Rodrigues e Paulo Filipe.



JAZZ

Festival no Porto

Depois de um promissor início nos passados dias 29 e 30 de Outubro, prossegue com quatro concertos, sempre às 22 horas, no Teatro Municipal Rivoli, o 9.º Festival de Jazz do Porto, numa organização da Culturporto. Já hoje à noite, actuará a solo o excelente pianista Fred Hersch; amanhã, será a vez do saxofonista britânico Julian Arguelles apresentar o seu Octeto, num concerto duplo que contará com a participação na primeira parte do trio do pianista português João Paulo Esteves da Silva, que contará com a colaboração de Carlos Bica (contrabaixo) e Peter Epstein (saxofones); no sábado 6 a expectativa vai para o quarteto do trompetista Dave Douglas, com Mark Feldman (violino), Guy Klucevsek (acordeão) e Greg Cohen (contrabaixo); finalmente, no domingo 6, o festival terminará com um grupo europeu, «Palatino», com Aldo Romano (bateria), Mauro Negri (clarinete), Glenn Ferris (trombone) e Michel Benita (contrabaixo).

ATALHE DE FOICE

A escada

Habito num prédio dos anos 50, sólido como uma fortaleza e servido por uma escada de madeira que o condomínio sempre caprichou em manter refulgente à força de cera perfumada, durante as décadas anteriores aplicada pelo feminino empenho das famílias proprietárias e com cada uma a tratar do seu lanço, hoje a cargo de mulheres contratadas que, semanalmente e pagas à hora, se encarregam de manter a tradição de uma escada feita espelho.

Nas idas e vindas para casa tenho-me cruzado regularmente com as novas guardiãs da dignidade da minha escada, e uso o plural porque têm sido tantas que já lhes perdi a conta. Contudo, a sucessão quase vertiginosa destas trabalhadoras não tem adulterado a qualidade do produto final dado que a escada, embora passando de mão em mão com a inconstância de um vigésimo premiado, continua a manter-se obstinadamente cintilante, pelo que a debandada sistemática destas colaboradoras (para usarmos o novo jargão empresarial), manifestamente, não resulta de um desempenho insatisfatório da função mas de uma função insatisfatoriamente desempenhada.

Nesses encontros fortuitos com as guardiãs do brilho da minha escada tenho-me deparado com senhoras de idade propecta e jovens a sair da adolescência, mulheres com o gesto despachado de quem nada nos problemas à braçada e mulheres agrilhoadas à tarefa pela simples obstinação da sobrevivência. Estas últimas nem dão por quem passa, as outras lá vão reparando conforme os feitiços, ora forçando um sorriso cansado, ora erguendo-se numa pausa onde a dignidade parece querer afirmar-se num olhar frontal aos passantes, às vezes deixando bruxulear a expectativa de umas palavras na distância onde se refugiam e defendem.

Neste frágil e fugaz convívio, elas e eu temos uma vez por outra conseguido subir alguns degraus na improvável comunicação entre quem limpa uma escada e quem a suja. Foi assim que soube haver, de vez em quando, um fio condutor entre elas resumido à passagem do testemunho, que é como quem diz à proposta de substituição na tarefa quando a última em funções encontrou um trabalho melhor. Quando esta precária solidariedade de desempregados falha, a administração do prédio vê-se forçada a abastecer-se noutro lado mas, felizmente para a resplandescência da minha escada, as «novas» tradições também continuam a ser o que eram e em breve a linha do desemprego repõe o fornecimento das guardiãs.

Hoje, quando subia a escada a magiar nesta crónica por escrever, deparei com uma nova guardiã e o insólito de a ver acompanhada por cinco crianças do pré-escolar. A senhora, com idade para ser avó de todos eles, aplicava laboriosamente a cera degrau a degrau e ia lançando admoestações intermitentes e atarantadas aos infantes que, encurralados no hall de entrada, guinchavam brincadeiras desesperadas. Quando entrei, todos me olharam com apreensão: as crianças, porque a minha presumível condição de proprietário lhes segregou um reflexo condicionado de culpa pelo alarido com que estavam a ocupar o meu «território»; a senhora, porque se sentiu embaraçada por trazer para o trabalho tal desacato. Estimulada pela afabilidade com que encetámos conversa, explicou-me com alívio que as crianças eram «filhos de vizinhas» que os deixavam a seu cargo enquanto iam para o trabalho.

Ou seja, a nova guardiã da escada do meu prédio é uma educadora «informal» e a escada do meu prédio é agora uma creche ambulante na hora da limpeza.

Como havia escolhido para tema desta crónica a conclusão tirada esta semana, por uma delegação comunitária, de que a assistência pré-escolar no nosso país estava pelas ruas da amargura, este episódio afigurou-se-me a ilustração mais adequada.

Afinal, a «paixão pela Educação» do Primeiro-Ministro António Guterres não se confina à imagem retórica das «ruas da amargura»: está concretamente instalada nos vãos de escada.

■ Henrique Custódio

Programa do Governo

Carlos Carvalho critica política de continuidade

No decorrer do debate sobre o Programa do Governo, que ontem encerrou na Assembleia da República, o Secretário-Geral do PCP teceu duras críticas ao Executivo liderado por António Guterres, acusando-o de ser continuador fiel de «uma política que na prática se traduziu pela concentração da riqueza e pela acentuação das desigualdades.

Inquirindo directamente o chefe do Governo, Carlos Carvalho interrogou-se com algumas ironia sobre o significado que têm para o PS afirmações como «nova geração de políticas sociais» ou «prevenir e diminuir fracturas sociais». É que, sublinhou, se tiverem a mesma leitura que os

comunistas lhes atribuem, então, «significa que o Governo está de acordo com as propostas do PCP». Por outras palavras, significa que «vai aumentar significativamente as reformas e o salário mínimo!; que vai aumentar os salários de modo a aproximá-los da média europeia e a reequili-

brar a distribuição do Rendimento Nacional; que vai combater o trabalho precário e mandar para o lixo o pacote laboral e a famigerada lei das férias!; que vai repor a idade da reforma das mulheres para os 62 anos!».

E para dar desde já um «sinal forte em relação à reforma fiscal», ainda segundo Carvalho, o Governo «irá reduzir já no próximo Orçamento de Estado pelo menos 100 milhões de contos em benefícios fiscais às actividades financeiras!».

Noutro plano, analisando as antigas e novas paixões do Governo, o dirigente comunista perguntou ao Primeiro-

Ministro se pensa materializar a paixão pela saúde nos mesmos moldes em que o fez com a paixão pela educação nestes últimos quatro anos. Isto porque, lembrou, o Governo prometeu acabar com o *numerus clausus*, e o que se vê «é que na Universidade de Lisboa, em Medicina, o último colocado entrou com média de 19 e em arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa o último entrou com 18,3».

Por isso a pergunta: «vai concretizar a paixão pela saúde mantendo-se os genéricos de marca e a promiscuidade entre o público e o privado?»

Depois de recordar outras promessas do Governo que nunca chegaram a ver a luz do dia – casos, entre tantos outros, da conclusão da auto-estrada para o Algarve, da Via do Infante, ou da duplicação do IP5 – o Secretário-Geral do PCP afirmou que «aceitar os desafios da globalização não é aceitar a globalização da pobreza, da precariedade, da acentuação das riquezas, é não aceitar os *diktats* neoliberais».

Madeira PCP propõe estudo

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional da Madeira apresentou, na passada terça-feira, um projecto de resolução para a realização de um Estudo da população idosa na região. De acordo com a bancada, «um dos principais objectivos do Ano Internacional das Pessoas Idosas é promover um maior conhecimento das especificidades dos problemas desta faixa etária da população».

Para o PCP, «um estudo capaz de atender àqueles objectivos seria um relevante contributo para o desenvolvimento de adequadas políticas sociais na Região», dirigidas em particular para os idosos. O projecto de resolução, a ser discutido no parlamento madeirense, remete para o Governo Regional a responsabilidade pela realização do estudo.



Delegação do PCP visitou CERCJ de Lisboa

Uma delegação do PCP, dirigida pelo Secretário-Geral, Carlos Carvalho, visitou, na terça-feira, as instalações da CERCJ Lisboa (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), em Chelas, que entrará brevemente em funcionamento.

Países da UE comprometem-se a ratificar protocolo de Quioto

Os países da União Europeia (UE) comprometeram-se na terça-feira, em Bona, a ratificar o protocolo de Quioto até 2002, esperando Portugal ter o processo concluído no final do próximo ano ou no princípio de 2001.

O documento que estabelece os limites de redução de gases foi assinado em Dezembro de 1997 em Quioto (Japão), mas só entra em vigor depois da sua ratificação por parte de 55 países que somem 55 por cento das emissões mundiais (ver página 19).

A posição dos Estados Unidos nesta matéria foi mais uma

vez pouco clara, tendo o responsável norte-americano manifestado o interesse do seu país em ratificar o protocolo, sem no entanto adiantar qualquer data.

No protocolo, ficou estipulada a redução das emissões de gases em cinco por cento para os países industrializados até 2010, enquanto a UE terá de reduzir, em média, oito por cento.

Nas negociações surgiram dificuldades na aprovação das medidas conjuntas a implementar pelos vários países, as quais só deverão ser resolvidas na 6ª Conferência das Partes,

prevista para o próximo ano. A principal divergência entre as partes reside na compra e venda dos direitos de emissão. Enquanto a UE quer impor limites, os EUA querem explorar este negócio a cem por cento, o que abre caminho à compra de «direitos de poluir» a países africanos e da América do Sul.

Portugal, que obteve em Quioto autorização para aumentar as emissões de dióxido de carbono em 40 por cento até 2010, registou desde 1990 um aumento de 37 por cento, próximo do limite estipulado para daqui a dez anos.

